

Sara Lopes Cordeiro
34938

Tráfico Humano: Uma abordagem nacional e internacional

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2019

Sara Lopes Cordeiro
34938

Tráfico Humano: Uma abordagem nacional e internacional

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2018

(Assinatura)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia sob a orientação do Professor Doutor João Casqueira.

Agradecimentos

A realização do presente projeto de graduação, contou com importantes apoios de diversas pessoas, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização do mesmo e por isso estarei eternamente grata.

Em primeiro lugar queria agradecer ao orientador deste projeto, Doutor Professor João Casqueira, pela orientação prestada, pelo seu incentivo, críticas construtivas e pela disponibilidade que sempre demonstrou.

Agradeço de igual forma, ao supervisor do meu estágio curricular, Inspetor Chefe Rui Zilhão pelo enorme apoio, e contributo na elaboração deste projeto, bem pela cedência de dados e informações imprescindíveis para o estudo em causa.

Ao SEF, em especial a todos os inspetores da Direção Regional Norte, que além de me terem proporcionado a melhor experiência de estágio possível, sempre se mostraram disponíveis para ajudar na elaboração deste projeto e por terem contribuído para a melhor aprendizagem no que diz respeito ao Tráfico de Seres Humanos.

A todos os colegas e amigos mais próximos, sem nomear nenhum em particular, já que de alguma maneira todos contribuíram para a elaboração deste projeto, através do companheirismo, força e palavras de incentivo prestadas em momentos mais difíceis.

Por último, tendo ainda a consciência que sem eles nada disto teria sido possível, dirijo um agradecimento à minha família, em especial aos meus pais, por me terem prestado todo o apoio nesta minha viagem académica e em especial na elaboração deste projeto com palavras de incentivo.

Resumo

O Tráfico de Seres Humanos é um fenómeno grave e importante para a Criminologia, uma vez que interfere com os Direitos Humanos e perpetua-se a nível nacional e internacional.

Este trabalho é composto por uma parte teórica, onde se enunciam os vários tipos de exploração, aliados ao tráfico de seres humanos, e distingue as mesmas de outras situações como o Lenocínio e/ou o Auxílio à Imigração Ilegal. Na parte empírica, realiza-se uma abordagem às estatísticas nacionais e internacionais, bem como das medidas de prevenção e de combate a este fenómeno.

Palavras-Chave:

Tráfico de Pessoas; Lenocínio; Menores; Tráfico de menores; Imigração Ilegal.

Abstract

Trafficking in human beings is a serious and important phenomenon for Criminology, as it interferes with human rights and perpetuates itself at national and international levels.

This work is composed of a theoretical part, where the various types of exploitation are enunciated, together with the trafficking of human beings, and distinguish them from other situations such as exploitation of prostitution and/or the aid to illegal immigration. In the empirical part, an approach is made of national and international statistics, as well as measures to prevent and combat this phenomenon.

Key-Words:

Trafficking in persons; Exploitation of Prostitution; Trafficking in minors; Illegal immigration.

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos | 4 |
| Resumo | 5 |
| Abstract | 6 |
| Lista de abreviaturas | 8 |
| Introdução | 9 |
| Capítulo I - Enquadramento Teórico: | 10 |
| 1.Tráfico de Seres Humanos – Aspetos Gerais | 10 |
| 2.Crime de Tráfico de Pessoas e o seu enquadramento jurídico | 15 |
| 3.Formas de Exploração no TSH..... | 18 |
| 3.1.Crime de Lenocínio e o crime de Tráfico de pessoas..... | 20 |
| 3.2.Indícios de Tráfico de Pessoas e qual a sua distinção com o crime de Lenocínio?.. | 21 |
| 3.3.Diferença entre o crime de Auxílio à Imigração ilegal e Tráfico de Seres Humanos..... | 22 |
| 4.Enquadramento do TSH a nível internacional..... | 24 |
| 5.Enquadramento do Tráfico de Menores | 27 |
| 6.Tráfico de Seres Humanos para mendicidade forçada | 28 |
| 7.Tráfico de Seres Humanos para exploração sexual | 30 |
| 8.Tráfico de Seres Humanos para exploração laboral | 31 |
| 8.1.Prevenção do Tráfico de Seres Humanos para exploração laboral | 33 |
| 8.2.O TSH e o setor privado | 37 |
| 8.3.Definição de TSH para exploração laboral noutros países..... | 38 |
| 9.Métodos de Recrutamento para o TSH..... | 39 |
| 10.Situações de Vulnerabilidade para o Tráfico de Seres Humanos | 42 |
| 11.TSH em Portugal | 44 |
| 11.1.Setores de Risco em Portugal | 47 |
| 12. Instituições que procuram combater o TSH | 49 |
| 12.1. Campanhas de prevenção e combate contra o TSH em Portugal | 62 |
| 13.Fragilidades no âmbito do Sistema Jurídico e das Investigações do TSH | 64 |
| Capítulo II - Estudo Empírico | 68 |
| 1.Metodologia e Análise de Dados Estatísticos..... | 68 |
| 2.Estatísticas Internacionais..... | 83 |
| Conclusão | 103 |
| Bibliografia | 105 |

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho
APAV – Associação de Apoio à Vítima
APF - Associação Para o Planeamento da Família
CAVITP – Comissão de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
COATNET – Christian Organisations Against Trafficking in Human Beings
DGACCP - Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
FRA - European Union Agency for Fundamental Rights
FRONTEX - European Border and Coast Guard Agency
ICMPD – International Centre for Migration Policy Development
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPC – Órgão de Polícia Criminal
OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAPCTSH - Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos
PF – Postos de Fronteira
PJ – Polícia Judiciária
QCEA - Quaker Council for European Affairs
RAPVT - Rede de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TSH – Tráfico de Seres Humanos
UE – União Europeia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

Introdução

O tema abordado neste projeto tem como objetivo dar a conhecer os aspetos gerais e específicos do crime de Tráfico de Seres Humanos.

Primeiramente, através do seu enquadramento jurídico em Portugal e das principais características que permitem distinguir este crime de outros similares, bem como as principais formas de recrutamento, transporte e exploração, que permitem afirmar quando estamos perante um crime de Tráfico de Pessoas.

Posteriormente, será então abordada uma parte empírica, relativa a este assunto, com a análise de estatísticas nacionais e internacionais. Deste modo, irá compreender-se a perceção, que estas entidades nacionais e internacionais, possuem desta realidade, cada vez mais presente nos dias de hoje.

“O Tráfico de Seres Humanos é uma das mais graves violações de direitos humanos do século XXI. A imensidade do sofrimento psicológico é tal, que os relatos das vítimas parecem muitas vezes fantasiosos.” (cit in Soares, 2018). Para além disso, é um crime que tem a particularidade de ser complexo e silencioso. É tão complexo e sofisticado que combatê-lo exige cooperação e coordenação entre todos os setores (público, privado) e vontade de criar mecanismos, que têm de se encontrar em constante atualização, para combater novas estratégias.

No meio das vítimas não existem apenas pessoas que vivem em pobreza extrema e/ou de baixa escolaridade e formação. Há também vítimas licenciadas e/ou com um nível de vida média/alto. “Pensar que existe apenas um tipo de vitimologia, duas ou três abordagens e não difundir os indicadores, as estratégias e ignorar as constantes inovações do processo é estar a condenar as pessoas a viver em risco”. (cit in. Soares, 2018)

Apesar da crescente consciencialização e de aplicação da lei mais eficaz, o TSH continua a ser um negócio com riscos reduzidos e grande rentabilidade. É, portanto, necessária uma “intervenção legislativa adequada nos países de origem, trânsito e destino para facilitar a regularidade das migrações”.

Infelizmente, não podemos “fechar os olhos” ao facto de que sempre irá existir o envolvimento do Governo e de entidades - que muitas vezes têm o especial dever de proteger estas vítimas - no próprio meio de tráfico de pessoas, contribuindo para o desenvolvimento do mesmo.

Capítulo I - Enquadramento Teórico:

1. Tráfico de Seres Humanos – Aspetos Gerais

Um autor importante nesta temática do tráfico de pessoas, elaborou um artigo, com o título “Human Trafficking”. Este mesmo autor é David A. Feingold, Diretor do Instituto de Pesquisa Ophidian e coordenador internacional para projetos de HIV/AIDS e tráfico para a UNESCO Bangkok, o tráfico de pessoas é um fenómeno relativamente recente, se nos basearmos pelo surgimento das notícias relativas a este assunto. No entanto, na verdade, este movimento forçado de pessoas, é tão antigo quanto os princípios de procura e oferta. De facto, o que nos parece novo é o volume do tráfego de pessoas e a percepção de que fizemos pouco para conter esta ‘maré’. (Feingold, 2005)

Tráfico de mulheres e crianças - e em casos mais raros, homens jovens - para a prostituição é uma violação hedionda dos direitos humanos, no entanto, o tráfico de trabalho é provavelmente o mais divulgado e vulgarizado. Tal pode ser verificado, segundo Feingold, através das evidências encontradas, em estudos de ‘terreno’ de vítimas de tráfico em todo o mundo. Nestes estudos, o principal fator encontrado é que no mercado de tráfico humano, a nível internacional, o tráfico de pessoas para o trabalho forçado é muito maior que o de tráfico de pessoas para exploração sexual. Por outro lado, as estatísticas sobre a ‘finalidade’ de pessoas traficadas são muitas vezes pouco confiáveis, uma vez que estas tendem a sub-representar o comércio sexual. Outro fator, importante a ser destacado, é que os homens são excluídos das estatísticas de tráfico reunidas, por exemplo na Tailândia já que, de acordo com sua lei nacional, os homens não podem ser qualificados como vítimas de tráfico.

É muito comum pensar-se que ao fechar-se fronteiras irá exterminar-se a evolução galopante que caracteriza o tráfico. No entanto, esta ideia não é, de todo, correta. Assim, a questão do tráfico de pessoas é frequentemente usada para apoiar políticas que limitam a imigração. De fato, a recente opressão global de admissões de asilo contribui inevitavelmente para o aumento do tráfico de seres humanos, uma vez que forçaram muitos cidadãos desesperados a recorrer a meios que lhes permitissem contornar as fronteiras, recorrendo principalmente a contrabandistas. Este facto, pode ser corroborado com um estudo no sudeste da Europa, que descobriu que os controlos fronteiriços mais rigorosos levaram a um aumento no tráfico, visto que as pessoas se voltaram para terceiros de modo a que os ‘ajudassem’ a abandonar o país. Da mesma forma, outros esforços legais para proteger as mulheres do tráfico tiveram o efeito contrário ao tornarem-nas

mais vulneráveis. Por exemplo, a lei birmanesa impede mulheres com menos de 26 anos a visitarem áreas fronteiriças, a menos que sejam acompanhadas pelo marido ou pelo pai.

Apesar de as autoridades birmanesas afirmarem que a lei demonstra a preocupação do governo com a questão do tráfico de pessoas, muitas mulheres acreditam que esta lei só contribuiu para o aumento do custo da viagem (particularmente por parte dos subornos da polícia) e diminuiu a sua segurança, fazendo estas dependentes de “facilitadores” para ultrapassarem a fronteira. Estas mulheres incorrem numa dívida ainda maior pela sua passagem, tornando-as ainda mais vulneráveis à exploração, uma vez que há uma grande probabilidade de, posteriormente à passagem das fronteiras, estes ‘facilitadores’ lhes virem a cobrar o valor da viagem através de alguma forma de exploração.

Outra ideia debatida, neste artigo de David A. Feingold, é que o tráfico é um grande negócio controlado pelo crime organizado, no entanto este autor considera esta afirmação falsa. O tráfico é um grande negócio, mas em muitas regiões do mundo, como o Sudeste Asiático, o tráfico envolve principalmente “crime desorganizado” onde não há um perfil padrão de ‘traficantes’. Estes variam de ‘camionistas’ e senhoras de aldeias a polícias. Os traficantes são tão variados tal como as circunstâncias das suas vítimas. (Feingold, 2005)

O comércio mundial de pessoas foi estimado, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em 7 bilhões de dólares anuais, e pelo fundo das Nações Unidas para a Criança, dos Estados Unidos, em 10 bilhões de dólares, claro que evidentemente nunca será possível saber ao certo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima um total de lucros ilícitos, produzidos pelo tráfico trabalhadores forçados, por volta do valor de 32 bilhões de dólares. Embora isto não seja uma quantia insignificante, é um pequeno montante em comparação com os mais de 320 bilhões de dólares resultantes do comércio internacional de drogas ilícitas.

Outra ideia bastante disseminada é que a legalização da prostituição irá aumentar o tráfico, no entanto não se pode constatar com 100% de certeza que isto se iria verificar, uma vez que, segundo o autor em questão, irá depender de como essa legalização é feita. (Feingold, 2005)

O governo dos Estados Unidos da América (EUA) não deixa dúvidas quanto ao ponto onde se encontra: De acordo com o Departamento de Estado: “Onde a prostituição

é legalizada ou tolerada, há uma maior requisição para as vítimas de tráfico humano e quase sempre um aumento no número de mulheres e crianças traficadas para o comércio da escravidão sexual”. (Feingold, 2005)

Contrariamente e em contradição ao governo dos EUA, países como a Holanda, a Austrália e a Alemanha - países que legalizaram a prostituição - receberam as melhores classificações, no mais recente Relatório de Tráfico de Pessoas.

Além disso, alguns esforços para proibir a prostituição aumentaram o risco de vulnerabilidade dos profissionais do sexo para os perigos do tráfico, embora em grande parte, porque os legisladores negligenciaram as leis que foram projetadas para proteger estas supostas vítimas vulneráveis.

Outros argumentam que dar às prostitutas uma medida de legitimidade aquém da legalização seria realmente uma forma de desencorajar o tráfico. Tal movimento poderia dificultar o tráfico, abrindo estabelecimentos sujeitos a inspeção, permitindo a organização do trabalho e expondo os casos de prostituição em menores de idade.

Muitos autores acreditam que a acusação deste tipo de crime irá parar os traficantes, no entanto segundo Feingold, isto é pouco provável de acontecer.

Segundo este autor, apesar das energias políticas gastas nesta questão do tráfico de seres humanos, há poucos indícios de que tenha existido qualquer impacto significativo nos níveis de tráfico. Por exemplo, segundo o governo dos EUA, os números indicam a presença de cerca de 200.000 pessoas traficadas e vítimas nos Estados Unidos. Mas mesmo com uma aplicação da lei e sistemas de procuradoria, cerca de 500 pessoas receberam ‘vistos especiais’ concedidos às vítimas em troca da cooperação com procuradores federais. Além disso, entre 2001 e 2003, apenas 110 traficantes foram processados pelo Departamento de Justiça. Destes, 77 foram condenados ou declarados culpados.

Dada a natureza do negócio de tráfico, o baixo número de casos resolvidos terá pouco efeito. Para além disso, a captura de um recrutador local ou transportador não tem um impacto significativo na escala global do tráfico. Assim, o fluxo de pessoas traficadas dificilmente será interrompido.

Para este autor, as sanções para este tipo de crime não são motivo para o exterminar por completo. A mesma lei dos EUA, que fez do tráfico um crime federal, também deu aos EUA o direito de punir outros estados que não reprimem o tráfico

humano. O Departamento de Estado, é obrigado a enviar um relatório ao congresso a cada ano, classificando os países consoante o seu sucesso no combate ao tráfico e ameaçando impor sanções para aqueles com os piores registos.

Por outro lado, as agências humanitárias internacionais veem a ameaça de sanções dos EUA contra governos estrangeiros como algo desaconselhado. Não obstante, as sanções provavelmente serão aplicadas apenas contra países já sujeitos a sanções, como a Birmânia ou Coreia do Norte. Para os países moderadamente ameaçadores - como a China, a Nigéria ou a Arábia Saudita - provavelmente, iria produzir com que esses países se tornassem menos abertos ao diálogo e faria com que os mesmos limitassem o fluxo de informação necessária para uma cooperação eficaz.

Embora alguns países certamente careçam de franqueza e criem falsas frentes de atividade, outros procuram, ativamente, o ‘selo de aprovação’ com esforços genuínos para combater o tráfico. Bangladesh, por exemplo, recebeu das notas mais altas do Departamento de Estado no ano de 2005, tomando medidas significativas contra o tráfico, apesar de pobreza e recursos limitados do país. De acordo com o autor, incentivos, em vez de sanções, podem estimular os restantes países a adotarem as mesmas abordagens para combater o tráfico. (Feingold, 2005)

Após a resolução destes casos de tráfico humanos, muitos autores consideram que as vítimas de tráfico devem ser enviadas para casa. Todavia, nem sempre isto deverá acontecer, uma vez que o envio das vítimas nos mesmos ambientes, rotinas e locais de habitação, pode simplesmente colocá-las de volta nas mesmas condições que as ameaçaram em primeiro lugar, especialmente se estivermos a falar em meios de conflito armado ou agitação política. Ainda assim, não podemos descartar a hipótese de que se existiam gangues e redes criminosas envolvidas no tráfico, estes provavelmente vão ameaçar a segurança das vítimas e das suas respetivas famílias, especialmente se as vítimas regressarem aos mesmos ambientes e locais de habitação.

Para complicar ainda mais a situação, as vítimas podem não ter uma "casa" para a qual possam regressar. Assim, por outro lado, a falta de estatuto legal é um dos principais fatores de risco no tráfico, impedindo o retorno e a reintegração das vítimas. Esta problemática torna-se particularmente preocupante para as minorias, indígenas, os povos e migrantes informais que frequentemente não têm como provar a sua nacionalidade. Na Tailândia, por exemplo, estudos da Organização das Nações Unidas

para a Educação, e da Organização Científica e Cultural demonstraram que a falta de prova de cidadania é o único e maior fator de risco para uma criança pertencente a uma tribo ou uma mulher a ser traficada ou explorada de qualquer outra forma. Por exemplo, sem cidadania, esta não pode obter um diploma da escola, o registo do seu casamento, da sua própria terra ou trabalhar fora do seu bairro natal, sem permissão especial.

Nos países em desenvolvimento, a falta de estatuto legal, geralmente começa no nascimento. Sem uma certidão de nascimento, uma criança normalmente não tem identidade legal: é por isso que leis como a Convenção sobre os Direitos da Criança enfatizam que as crianças têm o direito de ser registadas após o seu nascimento. (Feingold, 2005)

Muitos ativistas nunca consideraram que uma correção tão simples como promover o registo de nascimento, nos países em desenvolvimento, é um dos meios mais benéficos para combater o tráfico de seres humanos.

O último assunto discutido, neste artigo denominado de “Human Trafficking”, e da autoria de David A. Feingold – tal como já referido anteriormente - é uma ideia que, por incrível que pareça ainda está muito incutida na nossa sociedade, que é o facto de se acreditar que o tráfico é encaminhado pela pobreza. O autor responde a esta questão como sendo algo muito simples de responder: “O tráfico é frequentemente uma migração que simplesmente ‘correu mal’. Além do impulso da pobreza ou instabilidade política e social, o tráfico humano é influenciado pelas visões, demasiado alargadas, das vítimas relativamente ao mundo – “o desenho de luzes brilhantes e grandes cidades.” (Feingold, 2005)

Além de que, para preencher a procura por mão-de-obra cada vez mais barata, muitas vítimas são traficadas dentro da mesma classe económica ou dentro do mesmo país. No Brasil, por exemplo, jovens raparigas podem ser traficadas para trabalho sexual do meio rural para áreas urbanas, enquanto os jovens rapazes podem ser vendidos para trabalhar nas minas de ouro da Floresta da Amazónia. Na Costa do Marfim, crianças são frequentemente vendidas como escravos para trabalhar nas plantações de cacau. Na China, as meninas são traficadas como noivas, nas áreas rurais empobrecidas, que são desprovidas de casamentos como resultado da política de filho único da China e respetiva preferência das famílias por bebés do sexo masculino.

Em relação a isto, Feingold (2005) questiona: “Isto significa que os países ou cidades de “destino” são os beneficiários do tráfico? Não necessariamente. O que uma área ou indústria pode ganhar em mão de obra barata, - especialmente aquelas situadas próximas das fronteiras nacionais - muitas vezes ‘perdem’ em termos de segurança, custos de saúde e por vezes agitação política.”

2. Crime de Tráfico de Pessoas e o seu enquadramento jurídico

Artigo 160.º - Tráfico de pessoas

“1 - Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
 - b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
 - c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
 - d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
 - e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;
- é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4 - As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a conduta neles referida:

- a) Tiver colocado em perigo a vida da vítima;
- b) Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves;
- c) Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções;
- d) Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou
- e) Tiver como resultado o suicídio da vítima.

5 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

6 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

7 - Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

8 - O consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.” (cit. in Código Penal Português, 2017, p.95 e 96)

Como se pode verificar, está evidentemente em causa, no tráfico de seres humanos, a violação do bem jurídico “liberdade pessoal” - quer seja a liberdade de ação ou decisão - sendo que o que confere particular gravidade a este crime, é a deterioração da dignidade da pessoa humana.

O conceito de tráfico de pessoas evoca o sentido de mercantilização das vítimas. Estas são reduzidas a objeto, ou mercadoria ao serviço de fins que lhes são alheios, quando lhes é inerente uma dignidade - ou deveria ser - e nunca, como em relação às coisas, lhes deve ser inerente um preço. Assim, o crime de TSH revela-se um crime contra as pessoas

Não obstante, e conforme Carvalho (2012, p.683) refere, o crime de TSH afeta diretamente “a dignidade da pessoa Humana, ao transformar o corpo da vítima em mero objeto de exploração”.

Para além disto, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos também reflete e reconhece as consequências devastadoras resultantes do TSH: “O tráfico de pessoas constitui um fenómeno planetário, resultante de múltiplos fatores, com consequências devastadoras, desde logo para as vítimas, e que normalmente envolve gravíssimas violações de vários direitos humanos e a proliferação de outro tipo de criminalidade conexa, tendo já sido apelidado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de “escravatura moderna” (cit. in Guide on Article 4 of the European Convention on Human Rights, 2018).

Presentemente, o tráfico de pessoas não exige a transposição de fronteiras, bastando-se como um tráfico interno ou “doméstico”. Neste tipo de crime concorre para a punibilidade: a produção do primeiro ato, ou seja, o aliciamento ou a entrega; a intenção de se vir a realizar, por obra do próprio agente ou de terceiro, uma ação mais alargada; e por fim, a exploração da pessoa aliciada ou entregue. Isto significa que o ‘traficante’ não necessita sequer de prosseguir com a exploração da vítima(s) em causa, basta oferecer a(s) pessoa(s) para fins de exploração.

Por vezes, na realização deste crime, colaboram uma pluralidade de agentes, usualmente designados como participantes. Torna-se então necessário, para determinar a forma e a medida de punição, qualificar cada uma destas intervenções, isto é, distinguir quem é o autor da realização ilícita típica e quem nela apenas participa.

Para uma condenação ‘justa’ deste tipo de crime – no entanto, nada poderá compensar o sofrimento e exploração impostas à vítima - é necessário ter em consideração o modo de recrutamento e condições em que a vítima foi transportada, os moldes transnacionais da conduta criminoso, as limitações da liberdade da vítima e dos seus movimentos, a coação económica e as sequelas físicas que a vítima poderá ter sofrido. É importante referir que também comete um crime de Tráfico de Seres Humanos quem desde que tenha conhecimento da situação a vítima e não a comunique a uma das autoridades competentes (artº160 nº5, Código Penal)

As condições de exploração sexual ou do trabalho no crime de tráfico de pessoas, pressupõe e equivale a um estado de sujeição da vítima ao agente explorados.

De facto, e conforme Gameiro (2015, p. 36) argumenta, “Tal como é configurado na lei penal, o crime de Tráfico de Pessoas é um crime de intenção na forma de crime de resultado cortado”, uma vez que o agente procura um resultado que não é, todavia, necessário ser alcançado para que se verifique a consumação do crime.

Deste modo, e segundo Jorge de Figueiredo Dias (in Comentário Conimbricense do Código Penal – Tomo I Parte Especial – Artigos 131º a 201º) este crime é constituído por uma ação característica, que poderá ser respeitante à oferta, à entrega, ao recrutamento, aliciamento, aceitação, transporte e alojamento, com a intenção de que a vítima venha a ser sujeita a exploração. Não obstante, para que o crime de tráfico de pessoas se considere consumado, torna-se apenas necessário que o agente pratique um dos atos integrantes do crime, empregando um dos meios enumerados para alcançar aquele objetivo. Assim, basta que se confirme a intenção de exploração para que se possa considerar que há consumação do crime de tráfico de pessoas.

Portanto, podemos concluir que é importante demonstrar-se uma certa intenção do agente, em submeter a vítima a algum tipo de exploração, de modo a verificar-se a presença deste crime. Para além disto, vale ressaltar que a competência de investigação do crime de TSH está delegada na Polícia Judiciária e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

3. Formas de Exploração no TSH

Conforme mencionado anteriormente, as formas de exploração no tráfico de seres humanos são variadas, tendo como característica comum o facto de a vítima ser obrigada a realizar uma atividade contra a sua vontade, por meio de ameaças ou outras formas de coação, tendo a sua liberdade de movimentos condicionada. (APAV, S/D)

De acordo com o atual Código Penal Português, as formas de exploração compreendidas no âmbito do tráfico de seres humanos são:

Exploração Sexual: Qualquer abuso da vulnerabilidade de outra pessoa, mediante abuso de poder ou de confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não exclusivamente, a obtenção de benefícios financeiros;

Exploração do Trabalho: Este tipo de exploração pode ser definido como “todo o trabalho ou serviço que é exigido a qualquer indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o

qual o referido indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade” (artigo 2º da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho).

Mendicidade: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a mendicidade como “um conjunto de atividades através das quais um indivíduo pede dinheiro a um estranho em razão de ser pobre ou de necessitar de doações de caridade para a sua saúde ou por razões religiosas.” Para além do referido nesta definição da OIT, poderá ainda acrescentar-se que também pode ser utilizada como estratégia nestes casos, a venda de pequenos artigos, em troca de valores que não correspondem, de forma alguma, com o valor dos itens à venda. Sendo que, a mendicidade forçada ocorrerá sempre que alguém estiver a ser forçado, mediante qualquer meio de coação ou de violência, a praticar a mendicidade, que neste caso deverá ser entendida como uma forma de trabalho forçado.

Escravidão: A escravidão é configurada pela conduta de quem reduz outra pessoa ao estado ou à condição de escravo, ou aliena, cede, adquire pessoa ou dela se apossa com a intenção de a manter na condição de escravo. A escravidão é também é um crime previsto no Código Penal (artigo nº 159), e foi incluída enquanto forma de exploração no âmbito do tráfico de seres humanos para poder possibilitar a criminalização de condutas como o transporte e o aliciamento de pessoas com a finalidade de reduzi-la à condição de escravo.

Extração de Órgãos: Corresponde, tal como o nome indica, à retirada dos órgãos da vítima. Naturalmente que, no caso de TSH, esta retirada de órgãos tem como finalidade a venda clandestina.

Exploração de Atividades Criminosas: Através desta forma de exploração, as vítimas são obrigadas - sob ameaças ou outras formas de coação - a praticar pequenos crimes (como furtos de carteira, por exemplo) ou crimes mais graves (como tráfico de drogas) em benefício dos exploradores, que lucram com as atividades praticadas (ficam com os bens furtados ou com o dinheiro proveniente do tráfico de drogas);

Adoção: Uma das finalidades do tráfico de crianças e jovens, pode ser precisamente a adoção ilegal. Esta, conciliada com o processo de TSH, consiste no aliciamento e transporte das vítimas com o fim de submetê-las a processos de adoção ilegal, seja no próprio país ou num país diferente daquele em que nasceram.

3.1. Crime de Lenocínio e o crime de Tráfico de pessoas

Artigo 169.º - Lenocínio

“1 - Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

2 - Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

a) Por meio de violência ou ameaça grave;
b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;

ou

d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;

é punido com pena de prisão de um a oito anos.” (cit. in Código Penal Português, 2017, p.98 e 99)

O crime de Lenocínio, contrariamente ao de tráfico de pessoas, enquadra-se na secção de crimes contra a liberdade sexual. No entanto, como se pode constatar após a análise destes dois tipos de crime, verifica-se, assim, uma nítida semelhança entre as configurações de execução do crime de tráfico de pessoas (Artº160 nº1 do Código Penal) e os formatos de execução correspondentes ao crime de lenocínio agravado (artº169 nº2 do Código Penal), entre as quais: ameaça grave, manobra fraudulenta, ardil, abuso de autoridade, aproveitamento de incapacidade psíquica e de especial vulnerabilidade da vítima.

Quanto aos critérios de distinção, segundo Pedro Vaz Patto (Juíz de Direito e Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz) na obra “Tráfico de Seres Humanos – Testemunhos e Documentos”, a exploração sexual não se limita à prostituição, uma vez que pode incluir o aproveitamento do corpo de outrem para fins de pornografia, por exemplo. Mas na maior parte das situações tal exploração estará estreitamente ligada à prática da prostituição. No entanto, o nº1 do artigo 160 (crime de tráfico de pessoas) não exige que o agente atue profissionalmente ou com intenção lucrativa para ser considerado este um crime de tráfico de pessoas, apesar de na maior parte dos casos ser isso que se

verifica. Já no crime de lenocínio, que não seja referente a menores, exige que o agente atue profissionalmente ou com intenção lucrativa.

Assim, pode afirmar-se que o que delimita o crime de tráfico de pessoas, do crime de lenocínio simples e de lenocínio agravado, baseia-se essencialmente no grau de instrumentalização que é instaurado na vítima. Com isto, naturalmente que, o crime de lenocínio apresenta um grau de instrumentalização mais baixo que o de lenocínio agravado e consequentemente o tráfico de pessoas apresenta um grau de instrumentalização mais elevado que o crime referido anteriormente. Não obstante, esta correlação verifica-se na punição correspondentemente mais gravosa em cada um dos crimes consoante, tal como já foi referido, o grau de instrumentalização da vítima. Logo, a isto adequa-se o facto de o crime de lenocínio simples ser punido com uma pena de prisão de seis meses a cinco anos, o lenocínio agravado com pena de prisão de um a oito anos e por fim, o tráfico de pessoas para exploração sexual ser punível com pena de prisão de três a dez anos.

Assim, podemos concluir que o grau de instrumentalização no crime de tráfico de pessoas é de tanta gravidade que se pode constatar que este tipo de crime é o que mais se assemelha à escravatura.

A distinção entre estes três crimes, na maior parte dos casos, é bastante difícil, mas tal como é referido por Patto (2018, p.92) “ (...) a coexistência dos três também permite evitar que tais dúvidas ou dificuldades de prova, se traduzam numa injustificada impunidade”.

3.2. Como Identificar Indícios de Tráfico de Pessoas e qual a sua distinção com o crime de Lenocínio?

Têm sido assinalados, por várias autoridades policiais de diferentes países da Europa, diferentes indícios que poderão ajudar a distinguir a situação de tráfico para exploração sexual de outras situações de exercício da prostituição. “Assim, por exemplo, as autoridades policiais de Essen, na Alemanha, indicam os sinais seguintes: fecho

mecânico de entradas e saídas dos locais de exercício da prostituição (ou vigilância desses locais com guardas), controlo eletrónico de movimentos ou outras formas de limitação da liberdade de movimentos, janelas com barras, privação de passaportes ou documentos de identificação, desconhecimento de qualquer língua para além da língua nativa, desconhecimento da forma de entrada no país de destino, preços de serviços abaixo dos do mercado, impossibilidade de gerir autonomamente os rendimentos da atividade, situações de ansiedade ou abandono, obrigação de obter determinado rendimento diário, obrigação de pagamento de dívidas de montante elevado.” (cit. in Internacional Center for Migration Policy Development, pgs. 107 e 108).

A polícia holandesa também indica vários sinais, fazendo corresponder a cada um deles uma determinada pontuação, conforme a sua maior ou menor relevância. Alguns dos referidos anteriormente na abordagem alemã também se verificam na abordagem holandesa. Nesta última, os que se destacam são: “(...) obrigação de aceitação de determinado tipo de práticas sexuais, isolamento social, ameaças de violência física ou sinais de violência física, chantagens ou ameaças sobre a família, (...) atividade sem horário ou com um número de horas desproporcionado, ausência de alojamento próprio, dificuldade em localizar o local de exercício da atividade.” (cit. in Internacional Center for Migration Policy Development, pgs. 108 e 109).

Já de acordo com a abordagem italiana, alguns dos sinais indicadores de uma situação de tráfico para exploração sexual são: “(...) controlo contínuo, normalmente através do telemóvel; obrigação de informação a respeito de todos os rendimentos da atividade, com sanções em caso de ocultação; (...) obrigação de aceitação de qualquer cliente e de relações sexuais não protegidas; decisão do preço dos serviços apenas pelo proxeneta; proibição de regressar ao país de destino, (...) manipulação de ritos religiosos e superstições para reforço do poder do proxeneta (no caso particular de mulheres nigerianas)”. (cit. in Internacional Center for Migration Policy Development, p. 109).

3.3.Diferença entre o crime de Auxílio à Imigração ilegal e Tráfico de Seres Humanos

Artigo 183.º - Auxílio à imigração ilegal

“1 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até três anos.

2 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

3 - Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

4 - A tentativa é punível.

5 - As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da atividade de um a cinco anos.” (cit.in Lei nº23/2007, 2018, p.108)

Várias organizações destacam a diferença entre o auxílio à imigração ilegal (crime contra o Estado) e o TSH. Temos como exemplo, a Associação para o Planeamento da Família (APF) que destaca quatro aspetos que permitem distinguir o crime de auxílio à imigração ilegal ao crime de tráfico de seres humanos.

Esta associação destaca o facto de no crime de auxílio à imigração ilegal existir um consentimento, por parte da pessoa que está a ser auxiliada, em trespassar uma fronteira de forma ilegal. Assim, neste tipo de crime verifica-se sempre o fator de transnacionalidade. Na medida que, no crime de tráfico de seres humanos, em relação ao fator ‘consentimento’, este pode ou não existir e caso exista esse fator é completamente irrelevante para determinar ou não se estamos perante este tipo de crime, ou seja, neste caso o consentimento não retira a ilicitude do ato, uma vez que está em causa a liberdade pessoal e portanto não é necessário que se faça prova do não consentimento da vítima. Já no que diz respeito ao fator transnacionalidade, este pode ou não estar presente, visto que não é obrigatório atravessar fronteiras para ocorrer o crime de tráfico de pessoas. É de salientar que foi a própria Convenção de Varsóvia que veio a alterar este conceito de que o tráfico verifica-se obrigatoriamente pela transposição de fronteiras, já que isso nem sempre se verifica, uma vez que há pessoas traficadas dentro do próprio país.

No que diz respeito ao fator ‘exploração’ no crime de auxílio à imigração legal, a relação entre o contrabandista e a pessoa auxiliada, regra geral, termina após a passagem de fronteiras. Contrariamente, no crime de tráfico de pessoas, a relação entre o traficante e a vítima e simultaneamente o fator ‘exploração’ perduram até ao local de destino, continuando, assim, a vítima a ser explorada nesse mesmo local pelo traficante ou por outrem.

Por fim, o fator ‘fonte de lucro’ no crime de auxílio à imigração ilegal apenas beneficia o contrabandista numa única transação, uma vez que, apenas facilita a entrada ilegal de um cidadão noutro país. Em contrapartida, no que diz respeito a este último fator, no crime de tráfico de seres humanos, verifica-se que o traficante beneficia de lucro de forma contínua, dado que a exploração da vítima até ao seu local de destino é ininterrupta.

Assim, podemos concluir que no crime de TSH, o cidadão traficado não sabe que vai ser explorado. Estas pessoas são ludibriadas, é-lhes prometida melhores condições de vida que não se verificam. Assim, podemos verificar que há uma “linha” bastante ténue entre o crime de auxílio à imigração ilegal e o crime de tráfico de pessoas, ou por outro lado, podemos constatar que é bastante frequente um dos crimes está associado ao outro.

Quanto aos critérios de distinção, em termos jurídicos, destes dois tipos de crimes a gravidade do crime de TSH, naturalmente é superior à do auxílio à imigração ilegal: a ilicitude do TSH é grave atendendo à modalidade de violência exercida sobre as vítimas e à concreta situação de vulnerabilidade que foi explorada pelos traficantes, à finalidade do tráfico e ao proveito económico proporcionado por aquelas vítimas/cidadãos/indivíduos. No que diz respeito ao auxílio à imigração ilegal, o grau da ilicitude decorre do número das vítimas, do período de tempo em que o auxílio foi prestado, do modo em que se traduziu esse auxílio e dos proveitos económicos retirados da atuação;

4. Enquadramento do TSH a nível internacional

O crime de tráfico de pessoas não é de agora, esteve presente ao longo da história internacional, assume-se como um dos efeitos perversos da globalização, que encontra na fragilidade dos Estados onde as desigualdades de género, raça ou etnia assumem uma

visibilidade esmagadora. Estamos perante um crime que traduz uma afronta brutal à dignidade humana. No entanto, recentemente começou-se a perceber de facto que os direitos humanos que eram violados e a crueldade que estava implícita neste tipo de tráfico, resultava em grandes consequências internacionais, pelo que foi necessário ‘abrir os olhos’ a esta realidade e tomar medidas que impedissem a continuação desta prática.

Assim, por volta de 1998, a Assembleia Geral da ONU criou um comité intergovernamental para elaborar uma convenção internacional global contra a criminalidade organizada transnacional e examinar a possibilidade de elaborar um instrumento para tratar de todos os aspetos relativos ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças.

Desta forma, este comité apresentou uma proposta, fortemente debatida durante o ano de 1999. Em dezembro de 2000, a ONU adotou dois protocolos adicionais à Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional, um contra o tráfico ilícito de migrantes (auxílio à imigração ilegal) por via terrestre, marítima e aérea à prevenção, outro relativo à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças - também conhecido simplesmente como Protocolo contra o Tráfico de Pessoas. No entanto, este apesar de ter sido aprovado em 2000, como já foi referido, apenas entrou em vigor em dezembro de 2003 e em setembro de 2017, continuou a ser corroborado por 171 estados.

Este protocolo surgiu por força do impacto crescente, do fenómeno ao nível mundial, aplicando-se à prevenção, investigação e perseguição, tal como já referido, mas somente se o TSH for transnacional e envolver um grupo que se dedica à Criminalidade Organizada, de acordo com a definição contida no artº 2 alínea a) da Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional: “«Grupo criminoso organizado» um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, directa ou indirectamente, um benefício económico ou outro benefício material.”

Para além disto, para fomentar melhor o enquadramento jurídico deste crime a nível internacional foi ainda elaborada a Convenção do Conselho da Europa contra o TSH (Convenção de Varsóvia, de 16 de maio de 2005), bem como o Plano de Ação da União Europeia sobre as melhores práticas, normas e procedimentos para prevenir e

combater o TSH, em dezembro de 2005). A Convenção de Varsóvia apresenta uma abordagem mais vasta de aplicação que o Protocolo da ONU, uma vez que de acordo com o seu artº2, inclui todas as formas de TSH quer seja de cariz nacional ou internacional, estando implícito ou não o crime organizado.

Para além destas duas iniciativas europeias, importa ainda mencionar a Decisão Quadro 2002/629/JAI do Conselho relativo ao TSH (instrumento jurídico que obriga cada Estado Membro a adotar medidas necessárias para garantir que os atos que preenchem o conceito de TSH sejam puníveis) e a Diretiva 2004/81/CE do Conselho que concede o título de residência aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas de TSH e que cooperem com as autoridades competentes.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) é responsável pela implementação deste Protocolo, uma vez que tem como principal tarefa oferecer assistência aos Estados na elaboração de leis, criando estratégias nacionais de ‘anti-tráfico’ e auxiliar com recursos que permitam implementar essas estratégias.

O protocolo compromete ainda a ratificação dos Estados para prevenir e combater o tráfico de pessoas, proteger e prestar apoio às vítimas de tráfico e promover a cooperação entre os Estados a fim de alcançar esses objetivos. Na sua generalidade, este protocolo, emprega a imposição para fins de exploração, seja ela sexual, laboral, servidão, escravatura ou a remoção de órgãos.

Para além disso, também decreta que o crime de tráfico de pessoas seja definido mediante uma combinação de três elementos construtivos, tais como a ação, os meios e os fins. A ausência destes pressupostos determina a impossibilidade de condenação, logo não basta a verificação isolada de cada um destes elementos. Nos casos em que não se prova que o transporte, das pessoas em causa, tenha a intenção de exploração, ou seja quando está em falta um dos elementos típicos, não pode considerar-se preenchido o tipo legal do crime de tráfico de pessoas, impondo-se a sua absolvição. (Soares, 2018)

No Protocolo de Palermo da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional é também definido o TSH, como: “O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, rapto, à fraude,

ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos.” (cit. in Protocolo de Palermo, artigo 3, alínea a))

Assim, podemos constatar a definição de TSH adotada pela Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional é bastante semelhante à definição deste crime presente no nosso Código Penal. Assim, constata-se que em termos de enquadramento jurídico, Portugal está bem ‘encaixado’ nas cláusulas internacionais.

5. Enquadramento do Tráfico de Menores

Tal como já constatado, o TSH entende-se como um processo pelo qual as pessoas são recrutadas na sua comunidade e exploradas por traficantes, sendo para tal utilizada qualquer forma de engano ou qualquer outro meio de coação, de modo a atrair ou controlar pessoa vulnerável, independentemente do seu consentimento (no caso de crianças ou jovens - ou seja com idade inferior a 18 anos, o consentimento é completamente irrelevante para a configuração do tráfico - e não é necessário existir engano ou qualquer outro meio de coação, apenas o ato e o fim). Ou seja, neste tipo de crime, praticado contra menores, o ato e o fim são os únicos elementos que devem estar presentes para que se possa considerar a prática do crime de Tráfico de Pessoas, neste caso de menores.

No entanto, cada elemento pode manifestar-se de diversas maneiras. De um modo geral, os elementos que permitem distinguir se estamos perante um crime de TSH, são: “O ato”, que corresponde ao recrutamento, ou ao transporte ou o alojamento ou acolhimento; “Os meios” referem-se à ameaça ou uso da força, ardil ou manobra fraudulenta, coerção ou abuso de poder usado para controlar as vítimas; “O fim”, corresponde à forma de exploração, utilizada pelos traficantes, para submeter as suas vítimas, seja à exploração sexual, trabalho forçado, trabalho sob condições laborais abusivas e servidão, mendicância ou a exploração de outras atividades criminosas, com o principal objetivo de retirar o maior proveito - por norma, económico - desta atividade.

É de notar que as crianças mais vulneráveis a este tipo de exploração, estão em muitos casos, desacompanhadas ou em situação de risco, com famílias destruídas, com ligação ao consumo de estupefacientes e/ou álcool e com cuidadores negligentes ou violentos. Estes casos de situações de risco, inevitavelmente torna estas crianças suscetíveis a num futuro próximo sujeitarem-se a vários tipos de abuso por aqueles que os exploram (sexual, laboral, mendicância e/ou furto forçado...) em comparação com outras crianças que pertencem a famílias estáveis.

A diferença entre tráfico de menores e tráfico de ‘adultos’ está relacionada com a fragilidade que é inerente aos menores, não sendo portanto exigível que estes tenham de estar condicionados por algum dos meios previstos no nº1 do artigo 160 do Código Penal, para que se possa considerar que efetivamente está em causa o crime de tráfico de pessoas.

A questão do consentimento da vítima, tal como já referido anteriormente, é irrelevante, ou seja, não exclui em caso algum a ilicitude do facto, tal como é referido no artº160, nº8 do Código Penal Português. Para além disso, no artigo 2 da Diretiva 2011/36/EU, é também enaltecido o facto de o consentimento ser irrelevante quando obtido por meios de ameaça, uso de força ou outras formas de coerção, tais como oferta ou aceitação de benefícios ou pagamentos, fraude, abuso de poder ou de posição de vulnerabilidade da vítima. Neste mesmo artigo da Diretiva 2011/36/EU, quando estamos perante o envolvimento de uma criança, mesmo que não exista evidências do uso destes meios, a conduta permanece como sendo um crime de Tráfico de Pessoas, neste caso de Tráfico de Menores. Para além disto, também é de salientar que o consentimento por parte da criança não pode ser considerado válido. Este parâmetro é igualmente salientado no manual de treino para inspetores de fronteira, elaborado em 2012 pela Frontex, com o título: “Anti-Trafficking Training for border guards – Trainer’s Manual”.

6. Tráfico de Seres Humanos para mendicância forçada

Quem pratica os métodos da exploração de mendicância forçada – entre outros tipos de exploração - está plenamente consciente da ilicitude dos seus atos, uma vez que

controlam as pessoas - sejam elas menores ou não - dando ordens claras como não serem detetados pelos OPC de proximidade, ou caso detetados, elucidam as vítimas a fornecerem identidades falsas, assim como o apagar das comunicações de forma a não deixarem qualquer ‘rasto’ e a tornarem mais difícil a sua identificação, mudança rápida de roupa para as autoridades não os detetarem, caso estes estejam a ser perseguidos pelas autoridades. No casos de as vítimas chegarem a ser acolhidas por alguma instituição, incentivam as mesmas a fugirem ou mesmo a apagarem qualquer tipo de comunicação efetuada em telemóveis (redes sociais, chamadas, etc...).

Na grande maioria destes casos, existe algum grau de sofisticação e organização em todo o processo de consumação da atividade criminosa desenvolvida, como a emissão de bilhetes de avião, transporte, acolhimento e constante controlo da vítima (seja presencialmente ou à distância).

Muitas vezes é utilizada a burla qualificada, uma vez que atuam com intenção de obter para o grupo, enriquecimento ilegítimo por meio de engano sobre os factos (como por exemplo, falsos peditórios para supostas associações de deficientes, simulando as próprias vítimas serem portadoras de algum tipo de deficiência).

Não obstante, é também bastante comum nestes casos existir um controlo direto e pessoal, dos ganhos obtidos pelas vítimas, que estão a ser exploradas para a mendicidade forçada, de modo a não ocorrer nenhum falso peditório ou furto do dinheiro obtido por parte destas.

Não obstante, os incentivadores destes atos não mostram qualquer tipo de preocupação no bem-estar das pessoas, tornando-se ainda mais preocupante a falta de preocupação no bem-estar de menores - já que é essencial as condições básicas e a estabilidade na vida destes menores para o seu desenvolvimento saudável - e nas condições em que estes são obrigados a trabalhar para eles, uma vez que os deixam a trabalhar em condições desumanas, ao frio, fome ou à chuva, sem qualquer frequência escolar, com apenas em vista a obtenção de maior lucro, aproveitando-se da vulnerabilidade destas pessoas.

Todas estas conjunturas são contrárias às condições de menor e atentam contra os direitos mais básicos que qualquer cidadão tem direito no contexto europeu, como por exemplo o direito à alimentação, educação e saúde.

Este tipo de exploração assume uma maior gravidade uma vez que atenta contra

a autodeterminação, proteção e direitos humanos (em especial de crianças, uma vez que estas são as mais utilizadas para perpetuar estes atos).

Assim, é bastante considerável assumir-se que este tipo de exploração é uma das mais difíceis de combater, especialmente no caso de menores. Sendo que estes, por norma, crescem num ambiente onde a prática da mendicidade é algo ‘normal’ e ao ser a única realidade que conhecem, não se consideram como vítimas, chegando mesmo a desenvolver laços com os seus traficantes. A estes fatores característicos e típicos dos casos de mendicidade forçada, denomina-se de Síndrome de Estocolmo. Esta é uma síndrome bastante comum nas vítimas exploradas para mendicidade forçada.

Este tipo de exploração é bastante comuns entre os cidadãos romenos, sendo que estes chegam mesmo a recorrer ao típico argumento de que já é algo que lhes está ‘enraizado’ culturalmente, muitas vezes em meio família e passando de gerações em gerações o que assume-se para estas pessoas como sendo um comportamento normal, não observando assim, as atividades que perpetuam como algo incorreto.

Outra das dificuldades da mendicidade forçada é que muitas vezes são utilizadas para esta atividade pessoas com algum tipo de deficiência física ou debilidade mental, o que torna ainda mais difícil a denúncia ou a comunicação às autoridades policiais, especialmente nos casos onde as vítimas são portadoras de algum tipo de deficiência mental.

7. Tráfico de Seres Humanos para exploração sexual

O *modus operandi* utilizado neste tipo de crimes para fins de exploração sexual, é muito comum a outros tipos de exploração. O tráfico de pessoas para exploração sexual toma particular incidência em países da África Ocidental, em especial a Nigéria. Neste país, é bastante frequente traficarem as vítimas para exploração sexual, através do controlo da sua liberdade, por meio de crenças religiosas, o que leva às vítimas a ficarem completamente subjugadas, principalmente em termos emocionais, aos seus traficantes. Na Nigéria é bastante típico as práticas de *Vudu*, onde ameaçam as vítimas e

as suas famílias de que estas vão ser amaldiçoadas, retirando-lhes os documentos para que estas não possam fugir e pedir ajuda.

No entanto, é importante salientar que é bastante provável que estas vítimas sejam traficadas para outros países onde posteriormente serão exploradas, portanto é certo que mais pessoas estão envolvidas no tráfico de pessoas, nomeadamente, nos países que procedem à angariação destas vítimas. Esta transnacionalidade do tráfico de pessoas verifica-se principalmente pelo seu modo de recrutamento, o âmbito geográfico transnacional e a necessidade de passagem por vários estágios até à última etapa da exploração em si, já que são fases que obrigam a uma correlação de esforços por parte de vários intervenientes.

8. Tráfico de Seres Humanos para exploração Laboral

Relativamente a esta temática a organização OIKOS elabora uma pequena definição para a exploração laboral: “(...) consiste na violação dos direitos do trabalhador e a sujeição deste a condições precárias e degradantes, práticas estas que podem constituir ofensas no âmbito de diversas categorias.” (OIKOS, S/D)

Já a associação APAV destaca que uma situação de exploração laboral não constitui, por si só, um caso de TSH.

Portanto, não basta que as condições de trabalho sejam inferiores aos mínimos legalmente estabelecidos e viole os direitos dos trabalhadores, ou que haja um excesso de dias/horas de trabalho, incumprimento das regras de higiene e segurança no trabalho, não pagamento de salário ou pagamento abaixo do legalmente estabelecido, despedimento arbitrário, a não celebração de contratos escritos com trabalhadores estrangeiros ou a não atribuição de licença de maternidade, por exemplo.

Para que se verifique então uma situação de TSH para exploração laboral será também necessário que às práticas dessa exploração estejam presentes elementos, tal como a ação que procede a exploração e os meios de coação – de forma direta ou indireta - como por exemplo: “Violência; Ameaça de violência contra o próprio ou família; Restrição de movimentos e vigilância; Retenção de documentos ou dinheiro da vítima; Ameaça de denúncia às autoridades; Servidão por dívida; Aproveitamento de outras situações de vulnerabilidade; etc.” (APAV, S/D)

Num patamar de, igualmente, elevada gravidade temos também situações severas de violação dos direitos dos trabalhadores, que podem ser enquadradas no crime de tráfico de seres humanos. Como por exemplo, situações em que o trabalhador foi recrutado para executar um trabalho e depois obrigado a realizar outro diferente, contra a sua vontade, sem receber nenhuma contrapartida financeira, ou quando pessoa é recrutada e sujeita a trabalhos forçados, em condições degradantes, sem liberdade de contactar outras pessoas ou com alguma restrição de circulação e impedimento de abandonar o trabalho que lhe é imposto ou ainda sujeito a ofensas físicas e/ou sexuais. Para além de que é bastante comum ocorrer neste tipo de tráfico deixar as vítimas sem alimentação e cuidados de saúde adequados, podendo inclusive as mesmas serem compradas e vendidas como se de um objeto se tratassem, tal como já foi mencionado anteriormente. (OIKOS, S/D)

As situações de exploração laboral, no âmbito do TSH, ocorrem frequentemente em alguns setores de atividade específico como: o trabalho doméstico, o setor têxtil, a construção civil, a agricultura e o setor do desporto. A grande maioria das situações de tráfico para exploração laboral, identificadas em Portugal e noutros países, estavam ligadas a atividades desenvolvidas nestes três últimos setores.

Assim, facilmente se deduz que a elevada ocorrência de situações de tráfico nestas áreas podem estar relacionadas ao facto de que estes setores empregam sobretudo trabalhadores sazonais e mão-de-obra imigrante - visto que os períodos de grande atividade de agricultura ou de construção de grandes infraestruturas representam mercados atrativos para os traficantes colocarem as suas vítimas - tornando assim, o processo facilitado pelo interesse de algumas empresas em obter rapidamente muitos trabalhadores para a prestação de um serviço, que não se prolonga muito no tempo.

Na área do desporto, no que diz respeito ao tráfico de seres humanos, verifica-se que esta é uma área muito atrativa para os traficantes, uma vez que muitos jovens, especialmente os do sexo masculino (que integram meios mais carenciados) têm o sonho de ingressarem na área do desporto, por isso tornam-se mais fáceis de serem ludibriados e consequentemente traficados, com a promessa de integrarem uma famosa equipa desportiva. No entanto, quando chegam ao local de destino, esta concretização do sonho prometido não se verifica. Muitas vezes são obrigados a exercer uma atividade sem receber nenhuma remuneração e em condições degradantes, tendo assim os seus direitos fundamentais violados.

Com isto, e constatando as afirmações da associação OIKOS, o número de pessoas que trabalham sob condições laborais abusivas tem vindo a apresentar um crescimento exponencial. O que, particularmente, se verifica é que por força de circunstâncias económicas, sociais e culturais e/ou mesmo por ignorância e desconhecimento, é cada vez mais frequente os cidadãos encontrarem-se nalgum tipo de situação de exploração.

8.1.Prevenção do Tráfico de Seres Humanos para exploração laboral

Para prevenir a ocorrência do tráfico de seres humanos para exploração laboral, é fundamental que os trabalhadores conheçam os seus direitos, de modo a serem capazes de reconhecer possíveis situações de exploração e a procurar ajuda caso verifiquem que os seus direitos não estão a ser respeitados.

Algumas das regras abordadas pela APAV e previstas pelo Código do Trabalho, que os empregadores devem cumprir a fim de assegurar que os seus trabalhadores exercem a sua atividade de uma forma digna são as seguintes:

“- Não ser discriminado em razão do sexo, nacionalidade, origem racial ou étnica, orientação sexual; (...) – Receber uma contribuição justa e adequada ao trabalho que exerce; – Que o empregador proporcione boas condições de trabalho (físicas e morais); – Que o empregador contribua para a elevação da sua produtividade e empregabilidade, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional adequada a desenvolver a sua qualificação; (...) – Ter a sua segurança e saúde protegidas de riscos e doenças profissionais, bem como de ser indemnizado dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho; – Receber do empregador informação e formação adequadas à prevenção de riscos de acidente ou doença; – Exercer o seu trabalho sem qualquer impedimento injustificado; (...) – Trabalhar sem ser coagido a adquirir bens ou serviços fornecidos pelo empregador ou por pessoa por ele indicada; (...) – Gozar o descanso semanal e ter o seu horário de trabalho respeitado.” (APAV, S/D)

Caso o empregador não cumpra com estes e outros deveres previstos na legislação, relativamente aos seus trabalhadores, poderá incorrer numa contraordenação, nos termos do Código do Trabalho. Assim e como já referido anteriormente, é importante que os trabalhadores conheçam os seus direitos de modo a serem capazes de evitar possíveis situações de exploração.

Posto isto, para evitar situações de exploração laboral, é importante que se tenha especial atenção aos anúncios de emprego aos quais se dá resposta. Naturalmente, é também essencial que o cidadão conheça os seus direitos.

A APAV, oferece uma especial atenção a este tipo de exploração e portanto aborda os fatores essenciais a ter em atenção quando um cidadão está à procura de emprego, quer seja em Portugal ou no estrangeiro. Assim, é salientado por esta associação que tanto o cidadão nacional ou estrangeiro deve procurar emprego junto de instituições oficiais ou meios de comunicação fidedignos, de modo a diminuir a possibilidade de vir a ser ludibriado e ficar à “*mercê*” de eventuais traficantes que se aproveitam da vulnerabilidade dos cidadãos e que impõem a convicção de que os mesmos irão desempenhar funções de forma digna, o que posteriormente não se verifica.

Assim, tanto a APAV como a OIKOS disponibilizam orientações, para quem pensa trabalhar no estrangeiro, que são importantes considerar. Antes da partida deve-se privilegiar a procura de emprego junto de entidades formalmente reconhecidas, uma vez que na procura de emprego, o recurso a programas e organizações formalmente reconhecidos oferece um maior grau de segurança do que as ofertas informalmente divulgadas. Assim, temos como exemplo algumas organizações como:

Rede EURES Portugal: Onde quem estiver à procura de trabalho noutro país da União Europeia e/ou Suíça, poderá recorrer. Esta rede de conselheiros oferece serviços de informação, aconselhamento e apoio à colocação de trabalhadores, promovendo o contacto entre candidatos a emprego e empregadores interessados em recrutar fora do país. Em Portugal, a Rede EURES está também integrada no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., no Continente; no Instituto de Emprego da Madeira e na Direção Regional para o Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, nos Açores. A Rede Eures oferece, ainda, apoio específico nas regiões transfronteiriças em que se regista uma maior mobilidade de trabalhadores. É o caso do apoio prestado pela Rede Transfronteiriça Galicia – Norte de Portugal. (OIKOS, S/D);

Portal Europeu para a Mobilidade dos Trabalhadores (EURES Europa): O Portal EURES Europa é uma página oficial da União Europeia que divulga oportunidades de trabalho, para além de dicas e informações importantes para os trabalhadores que estão à procura de oportunidades profissionais noutros Estados-Membros;

Por fim, esta associação sugere “Net Emprego” como página inteiramente segura, uma

vez que esta página *online* está vinculada ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), disponibilizando anúncios de vagas de trabalho, tanto em Portugal como no estrangeiro. Esta, ainda permite que os trabalhadores criem um perfil para divulgar o seu currículo aos empregadores inscritos nesta plataforma.

Para além destes exemplos, existem também outros recursos que podem ser utilizados para verificar a má conduta da empresa (ou empregador) e as condições de trabalho num determinado país ou região.

Entre estes recursos existem os Consulados, Embaixadas e Câmaras de Comércio e Indústria e Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), onde os mesmos têm como objetivo prestar informação e aconselhamento aos cidadãos portugueses que pretendam emigrar para outros países, a respeito de assuntos relacionados à segurança social, equivalência de estudos, investimentos, duplas-tributações, pedidos de colocação no estrangeiro e informações jurídicas. Para além de que ao serem estruturas de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e os Municípios de Portugal, têm a capacidade para verificar se a empresa que apresenta a oferta existe e se tem credibilidade no mercado do país em que se encontra;

Portal das Comunidades Portuguesas, onde são disponibilizadas informações aos cidadãos portugueses que pretendam viajar ou trabalhar noutros países, quer seja dentro ou fora da União Europeia, nomeadamente sobre a documentação necessária para cada tipo de viagem, dicas de segurança e os contactos dos postos consulares que podem prestar apoio em situações de emergência;

Agências de Trabalho Temporário onde, através de uma página *online* oficial, o cidadão consegue verificar se a agência de trabalho temporário que divulgou a oferta de emprego está licenciada e se exerce a sua atividade legalmente. Este recurso torna-se de extrema importância uma vez que ao existirem agências de trabalho temporário clandestinas que atuam juntamente com redes de tráfico de seres humanos e exploração laboral, torna-se menos provável que o cidadão seja ludibriado por redes de tráfico, ao ser possível verificar se estas agências de trabalho estão licenciadas e a exercer a sua atividade de forma legal.

No entanto, vale ressaltar que o cidadão deve sempre consultar a página do IEFP, de modo a tomar conhecimento se, por ventura, a agência que está a divulgar a proposta está registada e possui a licença de funcionamento. Caso contrário, o cidadão não deverá

aceitar a proposta, visto que ao aceitar uma proposta de trabalho por parte de uma agência de trabalho temporário não regulamentada implica inúmeros riscos.

Na fase de resposta ao anúncio, é salientada outra questão importante: O cidadão não deverá fornecer informações ou fotocópias dos seus documentos de identificação e de viagem, contas ou cartões bancários, uma vez que ao fornecer este tipo de informações, poderá colocar-se numa situação de risco, pois as mesmas podem ser divulgadas a terceiras pessoas sem o seu consentimento ou utilizadas de forma indevida.

Não obstante, se o empregador se recusar a fornecer informações detalhadas sobre o tipo de trabalho que irá ser exercido pelo cidadão - ou seja, funções a desempenhar) horário e local de trabalho, ordenado, regime de férias, horas e dias de descanso - é de suspeitar a honestidade da proposta, uma vez que é um direito do trabalhador receber informações sobre as condições do trabalho a que irá estar sujeito.

Para além disto, o cidadão deverá suspeitar da idoneidade da proposta se o empregador não realizar uma entrevista ou se o fizer fora das instalações da empresa. É importante que se conheça previamente o futuro local de trabalho e que se verifique as suas condições antes de se aceitar uma proposta de emprego.

Por fim, caso o empregador se comprometa a pagar as despesas da deslocação do cidadão até ao local de trabalho, bem como da documentação necessária, é importante que se verifique por que razão o empregador se comprometeu a pagar estas despesas e se será o cidadão que terá de reembolsar estas despesas.

Segundo a APAV, o facto de o empregador suportar estes custos pode criar uma relação de maior dependência por parte do trabalhador e propiciar situações de exploração, uma vez que posteriormente o empregador poderá usar esta dívida como forma de coação, cobrando ao trabalhador um valor superior àquele que gastou para o seu transporte ou emissão de documentos – ou ainda a atribuição de juros que crescem a cada mês - descontando estes valores diretamente do ordenado e impedindo que o trabalhador conclua as suas funções antes de pagar o total da dívida. Este tipo de estratégia de imposição de dívidas por parte dos explorados é denominada de *Debt-bondage*.

Com isto, podemos concluir que, no caso de Portugal, quando se pretende aceitar uma proposta de trabalho e/ou emigrar, deve-se tentar obter o máximo de informação possível e consultar o Portal das Comunidades Portuguesas e os Gabinetes de Apoio ao

Emigrante (GAE), de modo a não estar vulnerável a situações de exploração laboral e/ou de Tráfico de Pessoas.

Outro aspeto necessário é conhecer os direitos dos trabalhadores residentes no estrangeiro, já que a legislação laboral varia de país para país. É possível obter esclarecimentos sobre os direitos e deveres de quem trabalha no estrangeiro através do contacto com a Rede EURES, os Gabinetes de Apoio ao Emigrante, Centro da Segurança Social e no Portal da Imigração da União Europeia;

Torna-se também conveniente conhecer o básico da língua e da cultura do país de destino, possibilitando assim comunicação em caso de situação de emergência; Aconselha-se a manter uma cópia do contrato de trabalho e dos documentos de identificação e deixá-las com alguém de confiança e/ou, em alternativa, enviar os documentos de identificação digitalizados para o próprio endereço eletrónico.

Quando à chegada ao país de destino deverá o cidadão combinar um dia e uma hora para contactar um familiar e/ou amigo após a viagem. Se este telefonema não chegar a ser feito, a pessoa de contacto deverá informar o Consulado do país em questão para além de que, assim que chegar ao país, o cidadão deverá inscrever-se no Consulado do seu país de origem e sobretudo não fornecer os documentos pessoais de identificação a ninguém.

8.2. O TSH e o setor privado

A Organização Internacional do Trabalho estima que atualmente 80% das situações de exploração laboral ocorrem no âmbito da economia privada e muitas destas estão relacionadas com o Tráfico de Seres Humanos.

Assim, e apesar de um grande número das situações de TSH ocorrerem no contexto de economias informais, é certo que nos últimos anos grandes companhias internacionalmente reconhecidas enfrentaram acusações por utilizarem a mão-de-obra forçada.

Este fenómeno deve-se ao facto de diversos setores da economia privada adotarem uma forma de produção caracterizada pela sectorização das cadeias de fornecimento e pela terceirização de serviços, o que resulta numa maior facilidade de ocultação de situações de exploração e de tráfico de seres humanos ao longo da cadeia de produção.

Frequentemente, o produtor final detém um total desconhecimento das condições de produção dos artigos que obtém ou da forma como os serviços terceirizados são realizados.

Por outro lado também se verifica, nos dias de hoje, a crescente preocupação por parte das empresas a respeito deste fenómeno, de modo a obterem um melhor controlo das suas cadeias de produção e a afastarem o risco de ficarem associadas a práticas exploratórias e abusivas dos trabalhadores.

Com isto verifica-se que, as companhias - especialmente aquelas que fornecem diretamente ao mercado consumidor e cuja marca tem um alto valor de mercado - enfrentam cada vez mais crescentes expectativas no sentido de que a sua forma de produção respeite os direitos humanos. (APAV, S/D)

Tal como referido pela APAV, as organizações do sector privado assumem assim um papel muito importante no combate ao tráfico de seres humanos e de outras formas de exploração, sobretudo pelas seguintes razões:

- Cumprimento da lei: a legislação da maioria dos países ocidentais, inclusive Portugal, dispõe de normas destinadas a proteger os trabalhadores de situações abusivas, criminalizando condutas ligadas à exploração laboral e ao tráfico de seres humanos;
- Gestão do risco e reputação: Alegações de exploração laboral e tráfico de seres humanos, envolvendo a empresa, representam um risco legal e também uma ameaça à reputação da empresa.

Para além disso, observa-se nos dias de hoje que, através da globalização e as crescentes ligações comerciais entre países e empresas multinacionais, há um aumento da probabilidade da ocorrência de exploração laboral e do tráfico de pessoas nas cadeias de produção global. Revelando-se assim outro fator, que se destaca para aumentar a importância do setor privado, no combate a este tipo de tráfico.

8.3. Definição de TSH para exploração laboral noutros países

Tal como compreendido na Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho forçado é definido no artigo nº 2 da Convenção nº 29, como: “(...) todo o trabalho

ou serviço que é exigido a qualquer indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o referido indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade”.

Para além disto, a exploração laboral pode englobar também outras práticas onde poderão estar envolvidas algumas formas de coação, ameaças ou ofensas físicas, emocionais e/ou sexuais.

A legislação de vários Estados também contém várias definições de trabalho forçado. Por exemplo, o Código Penal Alemão, no artigo 233º, pune o tráfico para exploração laboral quando neste se verificam condições “que revelam uma grande disparidade com as condições de trabalho de outros trabalhadores que realizam a mesma tarefa, ou tarefas equiparáveis”.

Já em França, o artº 223, nº4, do Código Penal Francês pune o tráfico para exploração de trabalho forçado, sendo este definido como o que é efetuado “em condições de (vida e de trabalho) contrárias à dignidade da pessoa humana.”.

Assim como no Código Penal Belga, no artigo 433º, também se pune o tráfico humano para exploração laboral quando este se efetua “em condições contrárias à dignidade humana”, como por exemplo, o número excessivo de horas de trabalho, trabalho não pago ou com baixos salários, etc. Se se verificar este tipo de condições de trabalho definido na legislação francesa e belga, não será necessário nesses países provar que são utilizados métodos coercivos, para que estejamos perante um crime de tráfico de pessoas. (Soares, 2018)

9. Métodos de Recrutamento para o TSH

Uma das principais características do tráfico de seres humanos e que inclusive está incorporada no seu conceito é o facto de aproveitar sempre uma característica de vulnerabilidade da vítima. O conceito de “vulnerabilidade” pode variar na legislação de diferentes países, mas é possível dizer que tal característica em regra está ligada ao ambiente onde as potenciais vítimas vivem e também a fatores pessoais que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas para virem a tornar-se vítimas de tráfico.

Por norma, a forma de recrutamento mais utilizada para angariar as vítimas neste contexto é o uso de propostas de trabalho aliciantes, aproveitando-se da sua situação de vulnerabilidade enquanto mulher que vive num país com altos índices de pobreza,

duramente afetado pela desigualdade de género, o que a impede de ter pleno acesso ao mercado de trabalho, por exemplo. Face a estes fatores, as vítimas eventualmente acabam por concordar e posteriormente a colaborar com o processo do tráfico onde a vítima acaba por facilitar e consentir a falsificação de documentos de identificação e viagem e/ou deslocando-se sozinhas até ao local de destino. Usuais são as situações em que só no momento em que é iniciada a exploração é que a vítima percebe que foi enganada.

De acordo com a APAV e de encontro com a definição legal do crime de tráfico de seres humanos, podemos constatar que este ocorre de acordo com um ciclo específico, desde o recrutamento à exploração.

No que diz respeito ao recrutamento das vítimas, esta angariação ocorre de diferentes formas variando de acordo com o tipo de vítima, no que toca à faixa etária ou género - ou seja se é adulto ou criança, homem ou mulher - e o tipo de exploração que se pretende realizar.

Inquestionavelmente, os traficantes analisam as vítimas e as suas fragilidades portanto é natural que seja bastante utilizado o recrutamento feito através de propostas de apoio e facilitação da emigração/imigração para outro país, promessa de oportunidades de estudo ou formação, falsos anúncios de trabalho, promessas de relacionamento amoroso, ou até mesmo o próprio rapto da vítima – Nos dias de hoje, este último método de recrutamento ‘caiu’ um pouco em desuso.

Não obstante, podemos concordar que o que sustenta estas promessas é o engano e a manobra ludibriosa com o intuito de atrair a pessoa e conduzi-la até à situação de exploração. A estas vítimas é-lhes prometido algo que nunca chega a concretizar-se.

Em relação a quem pode perpetuar o recrutamento, este pode ser feito por pessoas sem qualquer relação com a vítima, por conhecidos e mesmo por familiares, que podem atuar sozinhos ou no âmbito de uma organização criminosa. O contacto com a vítima pode ser estabelecido pessoalmente (especialmente no caso de conhecidos e familiares) ou através de um meio de comunicação, como por exemplo através de anúncios de jornais ou da internet.

Relativamente à Internet, esta ao ser um instrumento cada vez mais utilizado nos dias de hoje, a “armadilha” atinge mais pessoas, sendo maior a probabilidade de recrutar vítimas, uma vez que a maioria dos cidadãos tem acesso à internet.

O transporte das vítimas, evidencia-se como sendo a segunda fase deste processo. Este transporte, não implica necessariamente que ocorra a transposição de fronteiras do país, tal como já foi referido anteriormente, pode ter como destino um local no próprio país onde a vítima foi recrutada.

Para além disso, o transporte não decorre forçosamente de forma direta do local de origem para o de destino – é comum que os traficantes utilizem rotas que impliquem a passagem por diferentes locais de trânsito. Vale ainda salientar que o transporte da vítima pode ser efetuado pelos próprios recrutadores ou futuros exploradores. Por outro lado, ainda há a possibilidade de a vítima seguir as orientações dos autores do crime e realizar o trajeto sozinha e embora algumas vítimas de tráfico sejam sequestradas, a maioria deixa suas casas voluntariamente confiando nas promessas que lhes são feitas.

Os meios de transporte são diversos, uma vez que tanto podem ser utilizados meios de transporte público comuns, como por exemplo comboio, autocarro ou avião, ou meios de transporte particulares, como por exemplo os carros dos próprios recrutadores ou futuros exploradores, ou outros transportes destinados a deslocar várias vítimas de uma só vez, como carrinhas, camiões ou barcos. Contudo, não é peculiar que as condições de transporte sejam muitas vezes precárias: com falta de higiene, excesso de passageiros, em lugares inapropriados (por exemplo juntamente com a carga de camiões ou animais) e de outras formas que colocam em risco a integridade física, saúde e até mesmo a vida das pessoas transportadas.

Após o transporte surge a exploração, sendo esta a última fase do ciclo do tráfico de pessoas. Conforme mencionado anteriormente, as formas de exploração no tráfico de seres humanos são variadas, tendo como característica comum o facto de a vítima ser obrigada a realizar uma certa atividade e tendo a sua liberdade de movimentos condicionada.

Naturalmente que o objetivo principal de todas as formas de exploração é o aproveitamento económico, seja porque a vítima desempenha um trabalho sem remuneração, gerando lucro aos exploradores, seja porque é a própria vítima quem obtém dinheiro e/ou bens materiais que é obrigada a entregar aos exploradores – como se verifica, por exemplo, em casos de exploração sexual e de mendicidade forçada.

Uma das técnicas bastante utilizadas pelos traficantes baseia-se na indução de “dívidas” às vítimas que estas terão de findar - muitas vezes com o argumento de que as mesmas terão de perfazer o valor que foi gasto no seu transporte, seja através de

trabalho, prostituição ou mendicância - com a promessa de que só a partir do término da dívida é que serão livres. Esta promessa nunca acontece, levando assim ao maior desespero das vítimas que veem um futuro sem liberdade e de contínua exploração para as suas vidas.

Como já referido anteriormente, esta técnica de servidão por dívida denomina-se “*Debt Bondage*”. Conforme Soares, (2018, p.96) nesta é habitual o empregador providenciar comida e alojamento, mas o trabalhador não é pago pelo seu trabalho ou o empregador providencia comida ou alojamento, mediante cobrança de preços tão elevados, que o trabalhador nunca consegue pagar a dívida (esta última é bastante utilizada nos casos de tráfico para exploração sexual).

As estatísticas referentes a Portugal demonstram que a forma de recrutamento mais utilizada para a prática do tráfico de seres humanos é a falsa proposta de trabalho, tendo especialmente em conta a atual situação económica que o país enfrenta e os altos índices de desemprego registados. (APAV, S/D)

Quanto às formas de coação e de controlo, as situações conhecidas em Portugal revelam que as formas mais frequentes de controlar as vítimas de tráfico de seres humanos e impedir que deixem a situação de exploração são as ameaças, direcionadas tanto à vítima como aos seus familiares e amigos, e também o controlo de movimentos. (APAV, S/D)

10. Situações de Vulnerabilidade para o Tráfico de Seres Humanos

A situação de especial vulnerabilidade da vítima consiste em toda a situação em que a mesma não tem outra escolha senão a de submeter-se ao abuso.

Podem assim, estar abrangidas diversas situações tais como: cidadãos que se encontram numa situação de sem-abrigo ou que se sujeitam a processos de imigração ilegal; Pessoas indocumentadas num determinado país ou território o que posteriormente leva ao medo de expulsão do país em que se encontram em situação de permanência irregular; Pobreza extrema e/ou desemprego, que naturalmente poderá levar à aceitação de determinadas condições de trabalho; Situações em que está em risco a sobrevivência

peçoal ou familiar da vítima; Afastamento da família de origem (crianças que são afastadas dos pais devido de uma situação de guerra ou desastre natural); Pessoas que trabalham no mercado sexual (prostituição); Pessoas ou grupos sujeitos a discriminação racial, étnica ou discriminação de género; Exclusão social; Crianças desacompanhadas em trânsito entre diferentes países; Dificuldade de acesso a informação sobre direitos laborais. (APAV, S/D)

Para além disto, a falta de informação ou a inexistência da mesma e de campanhas de sensibilização sobre o tráfico de seres humanos nas comunidades locais, continuam a contribuir para a falta de conhecimento deste crime por parte da sociedade o que consequentemente contribui para a vulnerabilidade da sociedade a este crime e para a perpetuação do mesmo.

Efetivamente, o que realmente movimenta os fluxos de tráfico de seres humanos resulta essencialmente da lei da oferta e da procura, ou seja, da combinação entre a requisição por um determinado serviço ou produto e as ofertas disponíveis para compensar esta procura. De facto e conforme Soares (2018, p.125), no TSH, como noutros tipos de tráfico existe um agente muito importante, o cliente. Sem este não existiria tráfico.

Esta lei de oferta e procura verifica-se tanto no tráfico de pessoas para exploração sexual, como laboral. Por exemplo, no contexto da exploração sexual, a existência da procura por serviços de prostituição, inevitavelmente, irá levar à existência de cidadãos que pretendam aproveitar-se de quem exerce este tipo de atividade e serviços, de modo a obter benefícios económicos – aqui estaríamos eventualmente perante a prática de crimes de lenocínio ou de tráfico de seres humanos para exploração sexual, dependendo dos parâmetros distintivos entre estes dois crimes, já referidos anteriormente.

Já no contexto da exploração laboral, a requisição é definida pela procura de pessoas que exerçam um trabalho, num determinado setor de atividade, com o objetivo de produzir menos encargos financeiros ao empregador, ainda que seja por meios ilegais ou forçados.

Para explicar este facto a APAV oferece um exemplo bastante elucidativo: “Se pensarmos numa localidade em que existem diversas fábricas do setor têxtil que competem entre si para fornecer o preço mais baixo e estão dispostas a empregar pessoas sem

remuneração ou com remuneração muito baixa para aumentarem a margem de lucro, temos a demanda; por outro lado, se temos uma outra localidade cuja população tenha dificuldades de integração no mercado de trabalho, altas taxas de desemprego e um baixo nível de vida, temos a oferta de possíveis vítimas de tráfico.” (APAV, S/D)

Deste modo, a oferta e a procura dependem assim de fatores de risco associados às possíveis vítimas de tráfico. O fator de risco mais frequentemente associado ao tráfico e que está naturalmente presente numa grande parte das situações identificadas, em todo o mundo, é a pobreza. Contudo, é bastante frequente que existam outros fatores que, aliados à pobreza, tornam a vítima ainda mais vulnerável e com maior probabilidade de, num futuro próximo, sujeitar-se a uma situação de tráfico de pessoas, sem que a mesma se aperceba.

De facto, existem algumas situações que podem conduzir a uma maior vulnerabilidade ao tráfico de seres humanos, como por exemplo entre outras situações já referidas em que exista alguma circunstância que dificulte o exercício regular dos direitos por uma determinada pessoa ou grupo de pessoas.

11. TSH em Portugal

Relativamente a Portugal e para combater a densidade que caracteriza este fenómeno, foi naturalmente necessário proceder-se à sua prevenção, sensibilização e combate. Para isso foi criado, em 2008, o Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH). Este organismo constitui-se como um centro de referência nacional e internacional, promovendo a análise, o conhecimento e a intervenção sobre o Tráfico de Seres Humanos e outras formas de violência de género.

“Em Portugal, as informações sobre as situações de tráfico identificadas anualmente são recolhidas pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), órgão tutelado pelo Ministério da Administração Interna. O OTSH tem como missão produzir,

recolher, tratar e difundir informação sobre tráfico de seres humanos, divulgando relatórios estatísticos anuais sobre esta realidade e de que maneira a mesma afeta Portugal. Para além destas funções, a atividade do OTSH está integrada num processo de identificação e sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos, que envolve, ainda, a participação dos Órgãos de Polícia Criminal, ONG's e outros serviços que tenham contacto com estas vítimas.” (cit. in OTSH, 2011)

A própria Comissão Europeia reconhece a importância do OTSH e considera no seu relatório de 2016 - relativamente aos progressos realizados no combate ao tráfico de pessoas – que o OTSH deve ser entendido como um sistema de acompanhamento e supervisão que recolhe dados quantitativos e qualitativos de diferentes entidades com atividades relacionadas ao tráfico de seres humanos, de forma a conseguir analisar esses mesmos dados e a disseminar maior conhecimento sobre o fenómeno.

As atividades dessas diferentes entidades, relacionadas com o tráfico de pessoas, incluem ações relacionadas com as operações criminais e judiciais, bem como operações que apoiam a reintegração social da vítima.

Outro aspeto importante a ressaltar, é que o OTSH possui uma rede de mais de 30 órgãos governamentais e não-governamentais como fontes primárias de dados. Como fontes secundárias de dados, o OTSH contacta os Oficiais de Ligação nacionais, tais como: Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Lisboa, a Europol e a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPI), ou seja, o Ministério da Justiça. Deste modo, ao possuir ligações com fontes de dados, tanto nacionais como internacionais, permite ao OTSH perceber quais os principais tipos de exploração criminalizadas nos outros países e quais as estratégias utilizadas pelos mesmos no combate a esses tipos de exploração.

De acordo com este órgão e com as informações recolhidas desde o ano de 2008, foi possível catalogar Portugal enquanto país de origem e de destino de vítimas de tráfico de seres humanos.

Quanto a Portugal, como país de origem, e de acordo com as estatísticas - de anos anteriores - do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, foram registados casos de vítimas recrutadas em Portugal e transportadas para outros países, onde foram exploradas sobretudo no contexto do trabalho.

As características que permitiram identificar que se estava perante crimes de tráfico de seres humanos, foram o facto de estas estarem impedidas de procurar ajuda e de sair da situação de exploração, através de ameaças e ofensas corporais, controlo dos seus movimentos e subtração dos seus documentos de identificação, que efetivamente são as estratégias mais utilizadas para “controlar” as vítimas, tanto a nível nacional como internacional. (OTSH, S/D)

Portugal também se verifica como país de destino para a prática deste tipo de crime. De acordo com as estatísticas do OTSH, as vítimas de tráfico trazidas para Portugal nos últimos cinco anos eram oriundas de países como o Brasil, China, Roménia, Croácia, Bulgária, Nigéria e Bósnia. É importante salientar que, para além das vítimas de nacionalidade estrangeira trazidas para Portugal, também os cidadãos portugueses são vítimas de tráfico dentro do próprio país, tal como acontece nos outros países da Europa, bem como nos países do resto do mundo. Sendo que, nos países de terceiro mundo é bastante frequente a prática deste tipo de crime com os cidadãos desses mesmos países e nos próprios países.

Independentemente da forma de exploração à qual as vítimas foram submetidas, verificou-se - através do OTSH e tal como referido em contextos anteriores - que uma das formas de recrutamento mais utilizada foram as falsas promessas de trabalho.

Segundo o OTSH, (2016, p.31) com exceção do ano de 2014, o tráfico laboral (nomeadamente no setor agrícola) tem sido a principal forma de TSH sinalizada e com mais vítimas confirmadas pelas autoridades portuguesas.

Não obstante e conforme o OTSH (2010, p.29), “No que respeita à georreferenciação do crime, em 2009, o OTSH terá apresentado a região Norte como uma das zonas do país em que mais se fez sentir o fenómeno. Nesse ano, foram sinalizadas situações de tráfico humano em cinco municípios do distrito de Braga, os mesmos em que a OIKOS se propôs a intervir: Barcelos, Braga, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão. Daí para cá, o número de sinalizações e/ou confirmações no distrito tem oscilado anualmente, variando, quer de forma positiva, quer de forma negativa. (OTSH, 2016, p.15) Atualmente, a OIKOS desenvolve a sua atividade contra o TSH em toda a extensão do distrito de Braga.” (OTSH, S/D)

11.1. Setores de Risco em Portugal

Segundo o OTSH e tendo em conta as diversas estatísticas sobre o tráfico de seres humanos em Portugal e sobre cidadãos portugueses que são traficados para outros países, é possível identificar alguns setores de risco, que correspondem às atividades económicas com elevados registos de exploração laboral e às quais a maioria das vítimas de tráfico para exploração laboral são submetidas. Entre eles estão: os setores agrícola, serviços domésticos, serviços de hotelaria e restauração e o setor de construção civil.

Segundo a APAV, até ao ano de 2013, o setor agrícola foi o que teve mais registos de vítimas de tráfico de seres humanos para exploração laboral. Neste setor a procura por trabalhadores é sazonal, uma vez que depende principalmente das temporadas de colheita, e destina-se a diferentes ramos de atividade, como por exemplo: a vindima, a apanha da azeitona e/ou apanha de frutas.

Através da mesma fonte podemos verificar que, quanto ao sector da construção civil, este apresenta elevados registos de trabalho não declarado e de trabalhadores em situações instáveis.

O principal fator que leva à ocorrência de exploração laboral, neste tipo de setores, é a falta de vínculo direto entre o trabalhador e o empreiteiro da obra, ficando o trabalhador vinculado apenas a intermediários, que podem ser pessoas ou empresas, muitas vezes fictícias. Estes intermediários ficam responsáveis pela colocação do trabalhador, geralmente em trabalhos temporários e pagos à hora, e também pelo seu pagamento (pagando, muitas vezes, menos do que aquilo que foi acordado com o dono da obra). (APAV, S/D)

Para além disso, temos também o setor do serviço doméstico em Portugal que regista um elevado número de situações de exploração laboral, sobretudo em relação a trabalhadores estrangeiros, que em regra desconhecem os seus direitos e encontram maiores dificuldades em receber apoio devido à barreira linguística.

Por norma, este tipo de exploração laboral consiste na inexistência de horários de trabalho para os empregados internos, sendo que a sua vida privada é praticamente inexistente, uma vez que estes estão sempre à disposição do empregador. É típico neste

tipo de exploração em serviços domésticos, a falta de liberdade para contactar familiares e amigos, aprisionamento no local de trabalho e indefinição das atividades a serem desenvolvidas, sendo o(a) trabalhador(a) obrigado a realizar diferentes atividades, desde a limpeza da casa, preparação de refeições, cuidar do jardim, das crianças, etc.

Tal como referido na publicação de António Soares, “Tráfico de Seres Humanos – Testemunhos e Documentos”, o mais atípico em termos de objetivo final será provavelmente a servidão doméstica, uma vez que ao contrário dos outros tipos de tráfico em que se procura o elevado proveito económico à custa da exploração neste parece estar em questão outro fator, como a dominação de um ser humano pelo outro de forma extrema. Assim, as vítimas deste tipo de exploração são encerradas em casas sem acesso ao exterior e sem lhes ser permitida a comunicação com outras pessoas. “São tratadas como objetos ou como meros animais, sendo muitas vezes forçadas a usar trelas ou a comer do chão e a serem obrigadas a servir o seu traficante 24h/dia.” (cit. in Soares, 2018, p.74)

Podemos ainda afirmar que as situações de exploração no serviço doméstico são das mais difíceis de identificar, uma vez que acontecem no interior de residências privadas e que os trabalhadores têm pouco ou nenhum contacto com pessoas alheias ao contexto da família que os está a explorar. Muitas vezes, a deteção deste tipo de casos é feita por algum vizinho ou até mesmo alguém próximo da família que ao frequentar a residência privada em questão, pode desconfiar da presença constante de determinada pessoa que se encontra sempre a trabalhar, sem horários de descanso.

Este tipo de exploração pode ser praticado por todo o tipo de indivíduos e alguns pouco suspeitos, como por exemplo diplomatas. Estes últimos, ao abrigo da imunidade, com casas residenciais de difícil acesso e vistos especiais para pessoas ao seu serviço, aprisionam pessoas por longos períodos de tempo.

Claro que, não podemos generalizar a todos os diplomatas, no entanto este fenómeno é bastante frequente em cidades com grande número de diplomatas como Nova Iorque, Bruxelas e Genebra. Isto tornou-se tão grave que alguns países, como por exemplo, a Áustria, passaram a prever que as autoridades pudessem realizar ‘inspeções surpresa’ a casas de diplomatas. (Soares, 2018)

No que diz respeito a Portugal, também a lei portuguesa permite que qualquer diplomata possa trazer pessoas para o seu serviço sem documento de entrada e permanência que lhes permita a entrada e permanência no território em questão, uma vez

que o próprio diplomata apenas necessita de um passaporte diplomático e posteriormente passa a usufruir de vários direitos, incluindo também circular por qualquer território. Este tipo de passaporte é bastante fácil de ser obtido, já que apenas é necessária a comprovação do cargo ocupado. (República Portuguesa Passaporte Eletrónico Português, S/D)

Por fim, outros dos setores onde se destaca um registo de índices de trabalho não declarado são os setores da hotelaria e da restauração. No que diz respeito a este assunto, a APAV salienta que estes índices são executados tanto por cidadãos nacionais como estrangeiros em situação vulnerável e sujeitos à exploração.

Por serem atividades que implicam alta rotatividade de horários, os trabalhadores muitas vezes são sujeitos a turnos sucessivos, com horas excessivas de trabalho, ordenados inferiores ao ordenado mínimo nacional estipulado e ausência de contrato de trabalho.

12. Instituições que procuram combater o TSH

A nível internacional:

- QCEA (Quaker Council for European Affairs)

Esta organização, sem fins lucrativos, foi fundada em 1979 em Bruxelas e tem como objetivo dirigir uma visão baseada no seu compromisso para a paz, justiça e igualdade para a Europa e as suas instituições. Assim, procuram oferecer um apoio a políticas humanitárias e não militares, a nível da UE, dentro e fora das suas fronteiras.

O espírito de cooperação, que constitui a base da política europeia, é também o mesmo espírito pelo qual esta organização procura basear-se.

É importante também ressaltar que a QCEA é membro das redes de advocacia EPLO (Gabinete Europeu de Ligação à Consolidação da Paz) e da HRDN (Rede de Direitos Humanos e Democracia).

Atualmente, encontram-se a atuar dois programas focados na Paz e Direitos Humanos. No que diz respeito ao Programa de Direitos Humanos da QCEA, foi lançado em 2017, como principal foco, a questão da detenção da migração infantil. Assim, este programa procura: “(...) promover uma abordagem mais humana à migração e ao asilo na Europa e centra-se em áreas de política de migração menos visíveis, como a detenção de imigrantes infantis.” (QCEA, S/D).

“Nos últimos anos, de modo a escapar à pobreza, violência, perseguição e à guerra, o número de refugiados e migrantes que tentam chegar às costas europeias aumentou substancialmente. Tendo como pano de fundo (...) o aumento do nacionalismo e o medo do extremismo violento, a resposta europeia à migração retratou a migração como uma questão de segurança. A migração é, portanto, enquadrada como uma ameaça que precisa de ser tratada com urgência. Tal abordagem ajuda a justificar o uso de medidas excecionais, além daquelas que normalmente poderiam ser politicamente aceitáveis. Tudo isto está a ocorrer no contexto de um aumento no número de crianças que procuram asilo na Europa. Em 2016, as crianças representaram 32% do número total de requerentes de asilo pela primeira vez em países da União Europeia. Na perigosa passagem do Mar Mediterrâneo Central do norte de África para a Europa, na Itália, 92% das crianças que chegaram em 2016 e os dois primeiros meses de 2017 não estavam acompanhados (...). Como uma constatação, o número de refugiados e as crianças migrantes detidas em países europeus também aumentaram significativamente.” (QCEA, S/D).

Deste modo, esta organização, devido à sua especial intervenção neste campo de fluxos de migração - em especial de migrantes menores – é provável que se depare com situações de Tráfico de Pessoas e portanto será uma mais valia no “combate”, ou pelo menos, na deteção deste tipo de crime. Posto isto, ressalta-se assim a importância desta organização, no que diz respeito a este tema.

Para isso, esta organização coopera com outras organizações não-governamentais e religiosas que compartilham alguns dos seus ideais, de forma a cooperarem e unirem esforços para trazer mudanças. As suas principais redes de parceiros são: o Gabinete Europeu de Ligação da Consolidação da Paz, a Rede de Direitos Humanos e Democracia e a Conferência das Igrejas Europeias.

- FRA (Fundamental Rights Agency)

A FRA destaca-se no âmbito do tráfico de pessoas, uma vez que é uma agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, sediada em Viena.

A União Europeia (UE) criou a Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) para proporcionar, às instituições e aos Estados Membros da UE, assistência e competências no domínio dos direitos fundamentais. A FRA é um organismo independente da UE, não obstante é uma entidade financiada pelo orçamento da mesma.

Esta organização realiza uma investigação sociojurídica, onde presta serviços de apoio às vítimas na UE (incluindo as vítimas de crimes de ódio), oferece ainda acesso a vias de recurso em matéria de proteção de dados e o acesso à justiça de forma global, abrangendo também as crianças. Para além disso, uma das suas principais funções - que, na verdade, é a mais importante no que concerne ao tema deste projeto - é a proteção dos direitos fundamentais dos imigrantes em situação irregular, na União Europeia. Assim, a FRA, foi a primeira organização a realizar o primeiro inquérito, à escala da UE, sobre as experiências de discriminação e de vitimização de imigrantes e minorias étnicas.

Esta agência realiza ainda manuais para profissionais de Direito, onde estes manuais apresentam a legislação e a jurisprudência da UE de forma acessível. Segundo a FRA, nestes manuais são abordados diversos temas tais como: asilo, fronteiras e imigração, para além da não-discriminação e a proteção de dados.

A FRA também realiza anualmente uma Conferência sobre os Direitos Fundamentais. A conferência reúne desde organizações da sociedade civil e profissionais para discutir questões específicas, bem como instituições da UE a instituições nacionais e locais. Dentro das questões específicas discutidas estão, por exemplo: direitos das crianças, acesso à justiça em tempos de austeridade, crimes de ódio, direitos fundamentais e fluxos migratórios para a UE e por fim direitos fundamentais dos imigrantes em situação irregular.

Relativamente às entidades que a FRA mantém ligações estreitas, temos como por exemplo: o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia e as agências da UE; Bem como as autoridades nacionais (que atuam como pontos de contacto principais para a FRA nos Estados-Membros), organizações internacionais como o Conselho da Europa, as Nações Unidas e a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), instituições académicas, organismos para a promoção da igualdade e instituições nacionais de direitos humanos.

Assim, a FRA torna-se uma entidade benéfica na resolução de problemáticas ligadas aos direitos humanos, uma vez que organiza reuniões mais pequenas com peritos governamentais onde se reúnem conhecimentos e salientam práticas promissoras que podem ajudar a resolver problemas específicos no domínio dos direitos fundamentais, daí esta agência ser importante na abordagem da temática do Tráfico de Seres Humanos, além de que a FRA estabelece um diálogo estruturado com a sociedade civil através da Plataforma dos Direitos Fundamentais (FRP). Esta plataforma é o intermediário da agência para a cooperação e o intercâmbio de informações com cerca de 400 organizações da sociedade civil, que trabalham com numerosas questões no domínio dos direitos fundamentais na UE.

Assim, é de notar que o trabalho desta agência é manifestamente reconhecido, uma vez que as instituições nacionais e da UE utilizam frequentemente dados, apreciações e relatórios da FRA, como por exemplo o Relatório Anual sobre os Direitos Fundamentais do Parlamento Europeu e várias resoluções parlamentares sobre diferentes questões no que concerne aos direitos fundamentais. Deste modo, os relatórios que fornecem dados fiáveis e equiparáveis abrangendo todos os Estados Membros, são muito respeitados pelas instituições da UE. Além de tudo, este tipo de relatórios comparam a situação real em diferentes Estados Membros e apoiam a elaboração de políticas a nível da EU, incluindo também, naturalmente, políticas respeitantes ao Tráfico de Pessoas, já que é um crime que interfere com os Direitos Humanos.

- Caritas

A Caritas Europa apresenta, desde 2004, na sua estrutura e sob a sua autoridade legal, uma rede ecuménica denominada de COATNET (Christian Organisations Against Trafficking In Human Beings). Esta é outra organização importante, uma vez que a mesma desenvolve atividades de sensibilização e medidas conjuntas de prevenção, para além de apoiarem as vítimas na sua reinserção social, aspetos legais, e no fornecimento de alojamento seguro.

Esta rede também estabelece contactos com outras organizações, de outros países, interessados nesta temática. Atualmente, a rede COATNET inclui organizações-membro da Caritas das regiões da Europa, América do Norte, Ásia, África, Norte de África e Médio Oriente. (Soares, 2018, p.145)

A nível nacional:

No âmbito nacional, quem possui a competência de investigar os crimes de TSH são a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No que diz respeito a este último, atualmente as competências deste Serviço de Segurança concretizam-se em áreas bastante diversas, entre as quais, destacam-se sobretudo os esforços com vista a compreender e lidar melhor com os fenómenos da imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.

Assim: “(...) o envolvimento nesta última vertente de estudo concederam ao SEF um profundo conhecimento dos fenómenos migratórios e da verdadeira dimensão da problemática do tráfico de seres humanos. Enquanto órgão de polícia criminal com um forte historial na investigação do crime de tráfico de pessoas, o SEF é hoje conhecedor da sua caracterização e também das especificidades e dificuldades da sua investigação.” (SEF, S/D)

Face a estes obstáculos, o SEF tem vindo a realizar um trabalho constante de aprendizagem e adaptação a esta realidade que está sempre em constante dinamismo, uma vez que a cada dia surgem novos processos e novas estratégias utilizadas pelos ‘traficantes’ de modo a conseguirem transpor as fragilidades da lei.

Em função disto, o SEF tem optado por estabelecer a sua estratégia através da Prevenção (sobretudo voltada para a formação e a sensibilização e também para a proteção, assegurando o acompanhamento e assistência adequados às vítimas); Investigação Criminal (procurando uma constante adequação e atualização das técnicas de investigação);

E, por fim, através da Cooperação (onde desenvolve um trabalho de parceria com várias instituições nacionais e internacionais, de cariz governamental e não-governamental. Sendo que todos têm em comum uma vasta experiência na área do tráfico de pessoas.

Para além destas estratégias, foi criada uma Unidade Anti-Tráfico de Pessoas (UATP), na sequência do III Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH).

Tal como referido pelo SEF, esta unidade Anti-Tráfico de Pessoas foi criada com o objetivo de existir um órgão no SEF, especialmente vocacionado, para o combate ao fenómeno do TSH.

Assim, tem como funções a recolha de indícios (em como se poderá estar perante uma situação de TSH); Análise desses indícios e sinalização de vítimas, articulando a sua atividade em estreita colaboração com o Ministério Público (tal como todos os outros OPC o fazem); Conciliar, do ponto de vista técnico, a atividade das diferentes unidades orgânicas do SEF, de forma a efetuar-se um melhor combate ao tráfico de pessoas; Sensibilizar - tanto a nível interno e externo - para a realidade do Tráfico de Seres Humanos; E por fim, cumprir e dar continuidade às parcerias e protocolos estabelecidos entre o SEF e as várias entidades públicas e privadas que operam na área do combate a este tipo de crime – como por exemplo, a Comissão para a Igualdade de Género, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos, a Associação de Planeamento Familiar, a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, assim como com as outras Forças de Segurança, no plano nacional, e agências europeias como a EUROPOL e a FRONTEX. (SEF, S/D)

No, entanto, aqui o desafio da Unidade Anti-Tráfico de Pessoas, que irá sempre existir ao longo do tempo, é o de centrar a ação do SEF na proteção das vítimas e simultaneamente numa recolha proactiva de informação e de indícios, com recurso a fontes humanas e cooperando com todos as parcerias nacionais e internacionais de que dispõem, com o principal objetivo de contribuir para a erradicação do tráfico de pessoas.

Para além da PJ e do SEF, como órgãos de polícia criminal, estarem encarregues de investigar este tipo de crime, existem também instituições que ao terem como objetivo a prevenção, o combate e o apoio às vítimas de TSH, em algum momento se “cruzam” com estes OPC, conciliando assim uma cooperação entre estes e as instituições.

Entre algumas destas instituições encontram-se:

- Akto (Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e Democracia)

A Akto - Direitos Humanos e Democracia, é uma associação sem fins Lucrativos e organização não-governamental, tendo como principal objetivo tornar-se uma organização com forte credibilidade nacional e internacional na proteção, promoção e intervenção em Direitos Humanos, Democracia e Paz. Deste modo, pretendem apoiar e defender os interesses de populações afetadas por desigualdades socioeconómicas,

catástrofes naturais, guerras e conflitos ou crises estruturais com imparcialidade e não-discriminação.

Com isto, esta associação trabalha principalmente para a promoção da Igualdade de Género e no combate ao Tráfico de Seres Humanos, desenvolvendo acções e projectos dirigidos a crianças, jovens e adultos. Relativamente ao seu trabalho no âmbito do TSH, efetuam-no sobretudo com crianças e jovens, numa perspetiva de sensibilização, prevenção e combate a este fenómeno. Desta forma, integram a RAPVT - Rede de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico e a Rede Regional do Centro de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Entre janeiro e junho de 2017, esta organização elaborou um projeto denominado: "You(th) Against Trafficking" (Jovens contra o tráfico), sendo que este é o resultado de uma ambição partilhada entre a Akto e os seus parceiros de trabalhar e sensibilizar os/as jovens para as questões do Tráfico de Seres Humanos (TSH) e do trabalho digno na Europa, como forma de promover o compromisso dos/as jovens com os princípios europeus de solidariedade e tolerância, cidadania ativa e direitos humanos.

Este projeto teve como principais destinatários jovens do sexo masculino e feminino, dos 18 aos 25 anos, da Suécia, Roménia, Bélgica, Grécia, Polónia e Portugal e visava “proporcionar educação não-formal sobre questões de direitos humanos a um número crescente de jovens com menos oportunidades e de diversas origens, para que possam ser atores de intervenções transformadoras centradas no reforço das nossas democracias e na proteção dos direitos humanos ao nível global.” (Akto, S/D)

Ao mesmo tempo, o projeto pretende divulgar as boas práticas que permitam a prevenção deste fenómeno ao nível europeu e incentivar uma reflexão sobre os mecanismos, os riscos e as potenciais soluções para lutar contra o TSH e esclarecer o que é desempenhar um “trabalho digno”.

Esta organização, possui neste momento, a decorrer um projeto denominado de CAP: Centro de Acolhimento e Protecção para Crianças Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, com apoio financeiro da União Europeia e como principal intermediário a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e tendo como principais destinatários/as, tal como o próprio nome do projeto indica, crianças (menores de 18 anos) vítimas de TSH.

O principal objetivo deste projeto baseia-se essencialmente em assegurar o acolhimento temporário de crianças vítimas de Tráfico de Seres Humanos, proporcionando um

ambiente digno e acolhedor, que promova um desenvolvimento integral da sua saúde física e mental, e a sua integração social, prestando ainda apoio médico, jurídico, psicossocial e formativo. Consequentemente e segundo a própria Akto, alguns dos objetivos, referidos pela mesma, são: “Criar uma resposta a nível nacional no que diz respeito ao acolhimento, apoio e proteção de crianças vítimas de Tráfico de Seres Humanos; Promover a proteção, a segurança, o bem-estar, a subsistência e a qualidade de vida de crianças vítimas de TSH, através de uma resposta efetiva, especializada e direcionada; Assegurar o funcionamento de uma linha de apoio disponível 24 horas e de apoio ao Centro de Acolhimento e Proteção; Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança; Assegurar respostas atempadas às necessidades de apoio médico, estabilidade emocional e psicológicas das crianças; Ajudar as crianças a desenvolverem as suas competências pessoais, sociais, escolares e profissionais através de programas de formação específicos; (...) Definir os respetivos projetos de vida, com vista à inserção familiar e/ou social (...); Acompanhar a vítima enquanto esta se torna mais autónoma, minimizando o risco de exclusão social.” (AKTO, S/D)

- APF (Associação para o Planeamento da Família)

No que diz respeito à intervenção no fenómeno do Tráfico de Seres Humanos (TSH), a APF participou no Projeto CAIM (2004-2009), o qual foi financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Este projeto piloto em Portugal teve como principal tema o tráfico de mulheres para exploração sexual e o mesmo revelou-se fulcral uma vez que estimulou a legislação em vigor e a criação do atual modelo de referenciação nacional.

A APF, em parceria com a Comissão para a Igualdade de Género (CIG), criou manuais que hoje servem como modelo para as práticas de intervenção criadas a nível nacional, entre estes manuais destacam-se o Modelo de Sinalização-Identificação e Integração de vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH) e o Kit de Formação. Consequentemente, a APF acabou por realizar a disseminação destes manuais junto de forças de segurança, magistrados e de profissionais com intervenção direta ou indireta no fenómeno. Desde então, a sensibilização junto à comunidade em geral e a formação de agentes de entidades governamentais ou não governamentais, tem sido o principal foco desta associação, contando-se igualmente as inúmeras ações de formação para públicos

tão diversificados como as forças de segurança, profissionais da área social, da saúde, de ensino e de outras ONG's.

O reconhecimento desta organização em projetos transnacionais, permitiu à mesma usufruir de diversas parcerias de ONG's de diferentes países, com as quais desenvolve um trabalho de articulação sempre que surgem vítimas sinalizadas de TSH (ou que, pelo menos haja suspeita de serem vítimas) em que há necessidade de acolhimento, partilha de informação, contacto com familiares ou apoio no retorno assistido ao país de origem (apenas nos casos em que este retorno é uma opção segura para a vítima).

Desde 2008, a APF é também responsável pela gestão do CAP – Centro de Acolhimento e Proteção para mulheres e seus filhos menores vítimas de tráfico de seres humanos. Este Centro de Acolhimento e Proteção foi a primeira funcionalidade criada neste domínio e tornou-se num parecer de âmbito nacional que funciona em permanência (24 horas por dia e durante os 7 dias da semana). Naturalmente, que por questões de segurança e proteção da vítima, a localização do centro de proteção é confidencial, até mesmo para as forças de segurança que lidaram de perto com a vítima, por exemplo.

Para além disso, é evidente que a equipa de técnicos que assegura apoio ao CAP é multidisciplinar e especializada em diferentes áreas, o que permite à mesma oferecer uma intervenção direta ao nível do apoio psicológico, médico, social e também no que diz respeito à elaboração e implementação do processo individual de cada vítima sinalizada e acolhida como vítima de TSH. (APF, S/D)

Já no que concerne à posterior saída das vítimas do centro de apoio e proteção, a equipa multidisciplinar que a acompanhou, desenvolve ações de acompanhamento, de modo a obter um feedback relativamente ao ponto de situação face aos percursos destas vítimas que já se encontrarão autonomizadas e ainda para reforçar, caso seja necessário, o apoio técnico aos mais diferentes níveis, sejam eles de foro psicológico, jurídico ou social.

Para além disto, desde 2012 que a APF se destaca na prestação de assistência especializada aos diferentes tipos de vítimas de TSH através de 5 Equipas Multidisciplinares Especializadas Regionais (EME) - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve - as quais levam a cabo uma intervenção direcionada para a assistência a vítimas de TSH a nível regional, atuando num panorama de proximidade e de articulação com

diversos intervenientes locais nos processos de sinalização e identificação de presumíveis vítimas. (APF, S/D)

Com a intervenção destas 5 Equipas foram criadas as 5 Redes Regionais de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico, as quais integram parceiros de entidades governamentais e não-governamentais assim como as forças de segurança, de modo a existir uma facilidade de comunicação que permita um trabalho regional em rede. Assim, e segundo a própria APF, “(...) as Equipas e Redes Regionais desenvolvem também campanhas que visam consciencializar a população geral sobre este fenómeno e despertar para a existência desta realidade, muitas vezes, invisível.” (APF, S/D)

- ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho)

Não menos importante, temos a ACT, que ao ter como principal objetivo a promoção da melhoria das condições de trabalho através do controlo do cumprimento das normativas laborais e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de atividade públicos e privados, torna-se importante na deteção de situações de exploração laboral que, por sua vez, poderão estar relacionadas com casos de tráfico de pessoas. Para além disso este serviço do Estado também colabora com os órgãos de polícia criminal na elaboração de planos de ação visando a prevenção de situações de tráfico de pessoas para efeitos de exploração laboral.

- Instituição Ninho

Esta instituição particular de Solidariedade Social tem como objetivo promover socialmente as mulheres que se dedicam/dedicavam à prostituição e as mulheres traficadas para fins de exploração sexual.

Como tal, é exigido aos técnicos que acompanham estas vítimas: Disponibilidade, ausência de preconceitos, atitude de não julgamento e de não culpabilização; Relacionamento empático, assertividade, empenhamento e intenção de apreender as significações que a situação tem para a vítima. Esta instituição refere ainda que utiliza uma abordagem que promove o autoconceito e integração, respeitando culturas e crenças enraizadas.

Utiliza ainda as abordagens do “trabalho de terreno” de modo a conhecer o meio

em que estas mulheres se encontram, através do contacto com as mulheres que se encontram na rua e nos bares estabelecendo com as mesmas relações empáticas e de confiança e informando as mesmas dos recursos que lhes são disponibilizados. (Soares, 2018, p.84)

A instituição Ninho possui ainda um centro de acolhimento de modo a proceder ao acompanhamento psicossocial destas mulheres, para além do apoio psicológico e psicoterapêutico que lhes é oferecido e onde se procede a avaliações clínicas das funções cognitivas e eventuais psicopatologias; Um lar onde as vítimas podem residir temporariamente, acompanhadas ou não dos seus filhos; Oficinas, sendo estas, um espaço de treino e aprendizagem de modo a proporcionarem hábitos de trabalho, competências sociais e profissionais para as vítimas; Realiza ações de sensibilização sobre as causas e consequências da prostituição, com o objetivo de combater a mentalidade atual onde vigora o pensamento de: “A mulher é prostituta porque quer” ou “A prostituição é uma profissão”.

- OIKOS

A OIKOS iniciou o seu trabalho nesta área em 2004, com o projeto “Mãos (es)Forçadas” e mantém-se permanentemente ativa na defesa dos direitos das vítimas de TSH, nomeadamente através da sua participação na Rede Nacional de Apoio e Proteção às vítimas de Tráfico, como já referida anteriormente e também na Rede Regional do Norte de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos. (OIKOS, S/D)

Desde 2010, esta intervenção foi assumida de forma mais direta, uma vez que tem implementado projetos específicos com o objetivo de sensibilizar, informar e mobilizar a população em torno dos fenómenos do tráfico de pessoas, da discriminação e da exploração laboral. Foi o caso dos projetos (Es)Forçadas e (Des)Iguais e Mãos (Re)Forçadas, que neste momento já se encontram concluídos.

Até junho de 2018, encontrava-se em curso o projeto (In)Forma-te sobre o Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral, que teve como propósito central reforçar o papel ativo da sociedade, em especial dos jovens, das entidades educativas e das associações juvenis do Distrito de Braga na prevenção TSH e da Exploração Laboral.

Como objetivos gerais esta entidade refere que: “Através de uma metodologia de ação descentralizada, (...), os projetos desenvolvidos pela OIKOS sobre a temática do TSH pretendem: Aumentar o nível de conhecimento geral da população sobre o fenómeno do tráfico de seres humanos e exploração laboral; Reforçar a capacidade de intervenção de grupos sociais específicos ao nível da prevenção e combate ao tráfico humano; Promover a mobilização e ativismo locais em torno da causa da prevenção e combate ao tráfico de pessoas, exploração laboral e discriminações múltiplas.” (OIKOS, S/D)

Para além disso, um dos objetivos essenciais da intervenção promovida no âmbito dos projetos OIKOS contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral passa pela produção e divulgação de material formativo e informativo para a difusão destas problemáticas, nomeadamente de um *Kit* Pedagógico com o nome de "Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral – Estratégias de [In]formação, Sensibilização, Prevenção e Combate em Contexto Escolar". Este tipo de material informativo é sustentado por instrumentos de qualidade técnica e pedagógica e concebidos para aplicação em contexto escolar, em especial no ensino de nível secundário.

Além de que, são também estabelecidos, por esta entidade, alguns recursos físicos concebidos para distribuição aos participantes nas ações de sensibilização presenciais. Estes recursos contêm informações gerais sobre o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos, estratégias de prevenção, mecanismos de denúncia, operacionalização de uma procura de emprego segura e de um processo emigratório informado.

Em dezembro de 2018, foi instaurado um recurso técnico-pedagógico, no âmbito do projeto “(In)Forma-te Sobre o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral”. Este recurso, teve o nome de "TSH e Exploração Laboral: Estratégias de (In)formação, Sensibilização e Combate em Contexto Associativo".

É especialmente dirigido a organizações da sociedade civil que trabalham com jovens, nomeadamente associações juvenis (técnicas/os, monitoras/es, associadas/os, dirigentes, entre outras/os). (OIKOS, S/D)

Não obstante, este recurso tem como principal objetivo partilhar boas práticas ao nível da prevenção do Tráfico de Seres Humanos e exploração laboral, que possam ser replicadas ou adaptadas por outras organizações, reforçando a capacidade de intervenção social dessas organizações/associações juvenis.

Ao nível da apresentação da informação, sensibilização e prevenção do TSH e exploração laboral, estas foram trabalhadas sob a forma de Oficinas de Expressão Artística: Oficina de Artes gráficas, Oficina de Arte urbana, Oficina vídeo e multimédia e Oficina de Expressão dramática.

Outro elemento fundamental para cumprir os objetivos de transmissão e multiplicação da mensagem de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, bem como para as funções de reconhecimento, identificação, denúncia e encaminhamento de potenciais vítimas de tráfico, são os workshops. Estes, tal como as ações de sensibilização, pretendem constituir-se como momentos de cariz formativo dirigidos a populações específicas que, sobretudo pelo seu enquadramento profissional, consideram-se estratégicas para esta problemática. (OIKOS, S/D)

Assim, tendo em consideração a tipologia profissional e funcional das populações-alvo destes workshops, estes realizaram-se em diferentes contextos, de acordo com as especificidades dos projetos desenvolvidos a cada momento. Foram, portanto, realizados workshops em contexto de ação e intervenção social, em que os principais destinatários eram autarcas, dirigentes e técnicos sociais; em contexto empresarial com destinatários os dirigentes e técnicos de associações empresariais, técnicos de sindicatos, comissões de trabalhadores e empresários; em contexto educativo com destinatários como professores, formadores e outros profissionais com funções educativas e/ou formativas; E por fim em contexto associativo estes workshops tiveram como destinatários dirigentes e membros de associações da sociedade civil.

No entanto, todas estas atividades já se encontram findas.

Relativamente às ações de sensibilização, estas integram situações de contacto presencial com as vítimas e, sobretudo, as potenciais vítimas de tráfico de seres humanos

e exploração laboral. O objetivo destas ações consiste em transmitir informação de modo a esclarecer o que é o tráfico de seres humanos, estratégias de prevenção e mecanismos de denúncia.

As ações de sensibilização realizadas em contexto de ação e intervenção social tiveram como principais destinatários: jovens à procura do 1º emprego, desempregados à procura de novo emprego, beneficiários de rendimento social de inserção, toxicodependentes, trabalhadores sexuais, emigrantes, imigrantes, sem-abrigo, etc;

Em Contexto Educativo os destinatários eram principalmente alunos, formadores e encarregados de educação.

Contudo, todas estas atividades encontram-se neste momento terminadas.

Segundo a entidade OIKOS, poderão ser realizadas campanhas semelhantes às que foram organizadas pela mesma, de forma autónoma nos diferentes meios escolares, por docentes e alunos, nomeadamente com recurso aos materiais de apoio facultados, como é o caso do Kit Pedagógico referido anteriormente.

Em relação ao combate, a OIKOS ressalva que caso o cidadão suspeite de uma situação ocorrida em território nacional, que aparente conter indícios de TSH, não deverá intervir isoladamente, mas sim contactar os órgãos de polícia (para iniciar o procedimento criminal) e as entidades que prestam auxílio a vítimas de TSH, para garantir a sua proteção.

Caso exista suspeita de uma situação, que aparente conter indícios de TSH, ocorrida com um cidadão fora do território nacional, deverá proceder-se à semelhança dos procedimentos adotados em Portugal - referidos anteriormente – e portanto deverá estabelecer-se de imediato contacto com os órgãos de polícia do respetivo país, solicitando ainda o apoio do Consulado correspondente ao seu país de origem.

Para além disto e sem querer descartar a importância de outras instituições que apresentam um papel fulcral no combate ao tráfico de pessoas, temos ainda a Rede Nacional de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico e a CAVITP (Comissão de apoio às vítimas de Tráfico de Pessoas).

12. 1. Campanhas de prevenção e combate contra o TSH em Portugal

Com o objetivo de assinalar o dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos – dia 18 de outubro - e de forma a sensibilizar a comunidade escolar para este fenómeno, a Oikos realizou a campanha “Escolas unidas contra o TSH”.

Esta campanha contou com a adesão de 45 estabelecimentos de ensino do Distrito de Braga que, neste dia e no ano de 2018, realizaram em simultâneo atividades sobre a temática. Em todas as escolas foram afixados cartazes alusivos ao TSH e disponibilizados *kits* pedagógicos e DVDs com conteúdos sobre a temática que permitiram aos docentes a realização de aulas e atividades temáticas em grupo. Todo o material foi disponibilizado pela Oikos que mobilizou as escolas a realizar, de forma autónoma, as atividades em contexto escolar.

- CIG (Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género)

À luz do dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, instituído pela União Europeia em 2007 e no âmbito do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, que privilegiava uma abordagem de proteção e integração das vítimas, foi realizada pelo CIG, durante o ano de 2008, uma campanha nacional de sensibilização, com a produção de materiais em 9 línguas e a divulgação de uma linha de apoio especializada.

A campanha com o tema “Tráfico Humano - Desperte para esta realidade” visava, por um lado, sensibilizar a população em geral para esta problemática e, por outro, permitir a quem tivesse conhecimento de alguma situação de tráfico saber como denunciá-la e apoiar essas vítimas. Desta campanha constaram um anúncio televisivo, inserções ao nível da rádio, das salas de cinema e expositores de publicidade espalhados por todo o país. Foi, ainda, elaborado um folheto informativo traduzido em português, francês, espanhol, inglês, mandarim, russo, ucraniano e romeno. (CIG, S/D)

A 13 de Abril de 2012, Portugal tornou-se o mais recente país a associar-se à campanha da ONU contra o tráfico de seres humanos, lançada em 2009, e com o nome de “Coração Azul”. Esta destinava-se a consciencializar a opinião pública para as proporções preocupantes do tráfico de seres humanos, um problema à escala mundial. (CIG, 2012)

A 18 de outubro de 2013, esta mesma comissão, lançou uma campanha de sensibilização contra o TSH, sob o mote “Não deixe que o Tráfico Humano escreva o seu

destino”. Enfatizando que o Tráfico de pessoas é crime, esta campanha clarifica o seu contorno legal.

Foi elaborado um folheto informativo traduzido em português, inglês, espanhol, francês, mandarim, romeno, e russo.

No dia 13 de outubro de 2016 foi lançada a campanha: “Exploradas e Tratadas como Lixo”, na Estação do Metro Baixa-Chiado em Lisboa. Esta nova campanha de âmbito nacional contra o tráfico de pessoas e que possuiu sobretudo do formato de anúncio de televisão, promoveu o alerta para esta realidade, mas desta vez direcionada para o combate ao tráfico de crianças.

Como cumprimento da medida do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017, foi lançado em 2017 e a nível nacional, mais uma Campanha de sensibilização sobre o fenómeno.

Os materiais que compuseram esta campanha foram em formato de cartaz e folheto, sendo que estes com o título «Diz não ao Tráfico de seres humanos» e «Não te cales», foram elaborados em sete línguas (Português, Inglês, Castelhana, Francês, Chinês, Romeno e Russo).

Posteriormente em 2018, foi novamente lançada uma campanha relativamente ao combate ao Tráfico de Pessoas e como cumprimento do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021. Esta e última campanha realizada até ao momento e com o nome “Podias ser Tu”, tem como principal objetivo alertar a população para a realidade de que qualquer pessoa pode vir a encontrar-se envolvida nesta problemática. Segundo a CIG, a presente campanha materializou-se através de um anúncio de televisão, redes sociais e em cartazes e folhetos em 7 línguas - tal como as anteriores - em Português, Inglês, Castelhana, Francês, Chinês, Romeno e Russo.

13. Fragilidades no âmbito do Sistema Jurídico e das Investigações do TSH

Muitos dos casos em que há suspeita de tráfico de pessoas acabam por não se conseguir provar em Tribunal, uma vez que é preciso as declarações dos arguidos em Tribunal de que realmente praticaram ou tiveram intenção de praticar esse crime.

Tudo o que é investigado pelos OPC - encarregues da investigação deste tipo de crimes - e todas as provas resultantes das diversas diligências têm de ter a sua veracidade comprovada. Assim, muitas vezes as acusações de tráfico de pessoas não conseguem ser comprovadas em Tribunal, uma vez que os suspeitos ou até mesmo a investigação não consegue revelar a verdadeira intenção dos seus atos, neste caso, de exploração das vítimas.

Com isto, e tal como já foi referido, é necessária comprovar a intenção de exploração para se verificar o crime de tráfico de pessoas.

As provas mais utilizadas para comprovar os crimes de tráfico de pessoas são a testemunhal, documental e pericial. No entanto, muitas das vezes, quando chega a altura da vítima prestar declarações em tribunal, esta refere que os factos em causa não são verdadeiros e assim a prova testemunhal deixa de ter qualquer valor. Portanto, por muita prova pericial que se junte ao processo, o depoimento da vítima é essencial para o êxito da investigação.

Para além disso, há muitas situações em que a vítima não se vê como uma vítima - nestes casos poderemos estar então perante uma situação de Síndrome de Estocolmo - ou não confiam nas autoridades policiais, já que estas vítimas trazem consigo o modelo das autoridades policiais do seu país de origem, onde provavelmente haverá muitos casos de corrupção e violência. Portanto, torna-se necessário ganhar a confiança destas vítimas para que estas colaborem e compreendam que são vítimas de um crime.

Uma das fragilidades das investigações pende-se essencialmente pelo facto de em muitos casos não se poder atuar de imediato quando se toma conhecimento de quem são os arguidos e as vítimas, a não ser que se esteja perante uma situação muito violenta, onde esteja em causa a vida ou que se verifique uma ofensa grave à integridade física da vítima. Estas fragilidades também se verificam no caso do tráfico de seres humanos. Sendo que, frequentemente, as investigações necessitam primeiramente de recolher provas (através das escutas telefónicas e vigilâncias com captação de imagens, por exemplo) para depois poderem atuar. Ou seja, durante esse período de investigação e recolha de provas, as vítimas continuam a ser exploradas.

Outra fragilidade importante a destacar aborda a questão das associações de apoio à vítima de tráfico de seres humanos. Quando um OPC sinaliza uma vítima, no caso dos adultos, esse OPC informa-a dos seus direitos e deveres e questiona a vítima se pretende ou não obter proteção e ser instalada numa associação de apoio e proteção à vítima, dando-lhe um período de reflexão (nos casos em que a vítima é estrangeira e se encontre em situação irregular, procede-se à sua instalação numa unidade de instalação temporária, onde a vítima dispõe de um período de reflexão de 60 dias antes de ser instaurado um processo de afastamento coercivo nos termos dos artigos 145º, 146º e 149 da Lei nº. 23/2007 (mais conhecida como Lei de Estrangeiros).

Se a vítima não quiser essa proteção nunca se poderá forçar a mesma a instalar-se numa instituição de apoio e proteção. No caso de menores, normalmente já é proferida uma decisão do Tribunal - sendo que a nível nacional a decisão de colocar o menor numa instituição de proteção a menores é sempre do juiz - em como o/a menor terá de ser instalada numa instituição de proteção a menores.

Esta orientação está explícita na Diretiva 2011/36 da EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011 relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas (nº17 + artº11 a 16) e para além disso, com base na orientação desta Diretiva é essencial conseguir enquadrar a mesma no nosso Direito Nacional.

Recentemente, esta decisão do Tribunal obriga a que, o menor em causa, seja de facto instalada numa dessas instituições. Anteriormente, não existiam instituições de proteção a menores, pelo que os mesmos tinham de ficar instalados numa instituição de apoio não privativas da liberdade. Logo, o que acaba por se verificar, muitas das vezes, era que as vítimas fugiam de instituições e voltavam para os seus ‘traficantes’.

Uma das fragilidades que mais revolta poderá causar, em quem lida com este tipo de situações, é quando a vítima não pretende colaborar com as autoridades - no que diz respeito aos procedimentos da investigação e descoberta de eventuais arguidos - seja porque não se considera vítima, ou porque tem medo das consequências da sua colaboração com as autoridades ou até mesmo quando a própria vítima já se encontra a recrutar outras vítimas para o tipo de exploração em que se encontra (esta última disposição é bastante frequente em casos de exploração sexual e laboral, por exemplo). O que torna bastante difícil, assim sem a colaboração, proceder à autorização de

residência a estas vítimas e ao seu alojamento e apoio por parte de alguma instituição, sendo que não se pode forçar ninguém a receber ajuda quando não pretende.

Assim, a negação de ajuda e de colaboração com as autoridades provavelmente irá aumentar a probabilidade de a vítima, em causa, continuar a ser explorada e também de outras vítimas continuarem nessa mesma situação.

Outra ocorrência que também se pode verificar, corresponde aos casos em que até os próprios exploradores se apresentam como vítimas com o objetivo de se aproveitarem das ‘lacunas’ da lei, para obterem uma autorização de residência em território nacional. Por isso é que se utiliza esta estratégia de cooperação com a polícia e posterior atribuição de residência.

No entanto se não houver cooperação por parte das vítimas estas, como referido anteriormente, irão muito provavelmente continuar a ser exploradas. Se for no caso de uma vítima estrangeira em situação irregular em território nacional, procede-se à abertura de um processo de afastamento coercivo, nos termos dos artigos 145º, 146º e 149º da Lei de Estrangeiros (Lei nº 23/2007). Não obstante, estas vítimas estrangeiras ao regressarem ao seu país de origem onde, fazem parte do quotidiano, situações de extrema pobreza, voltam a estar suscetíveis a situações de exploração.

Por fim, uma das fragilidades do sistema jurídico é a falta de sensibilidade dos próprios juízes e procuradores em relação à temática, visto que muitas das vezes os juízes decidem aplicar medidas de coação que não correspondem à gravidade do crime, ou seja, nestes casos e para evitar que os arguidos continuem a explorar a vítima ou que a “substituam” por outras, enquanto está a decorrer o processo-crime, deveria ser instaurada como medida de coação a prisão preventiva da liberdade. No entanto, isso nem sempre acontece, o que só demonstra que ainda há muitos casos em que não há, por parte dos juízes, como principal preocupação, a proteção das vítimas.

Temos como outro exemplo elucidativo desta questão, os casos em que são cidadãos estrangeiros que exploram as vítimas, onde não lhes é aplicada como medida de coação a retirada dos documentos de viagem - nem mesmo a aplicação de prisão preventiva, como acima referido - o que lhes permite continuar a transportar, de forma transnacional, outras vítimas. Nos dias de hoje, e com o fator transnacional do TSH cada vez mais presente, não se justifica estas imprecisões no sistema de Justiça.

Capítulo II - Estudo Empírico

1. Metodologia e Análise de Dados Estatísticos

A metodologia utilizada para a realização deste estudo empírico baseou-se essencialmente na análise das listagens dos processos-crime de Tráfico de Seres Humanos, que foram resolvidos ou que estão com a sua investigação em curso. Os dados que deram origem a estas listagens foram retirados de uma base de dados a nível nacional, por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Para além disso, também irá fazer parte desta estudo empírico a análise dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (IASI) do ano de 2018 de modo a conseguir a responder a questões que eventualmente surjam com a análise de dados.

No que diz respeito às estatísticas internacionais, irão ser analisadas alusões ao combate do TSH no relatório de junho de 2018, com o nome de “Trafficking in Persons Report June 2018” e realizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, bem como as estatísticas de 2018 realizadas pelo UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) com o nome de “Global Report on Trafficking in Persons 2018”. Com isto, pretende-se também conhecer quais as sugestões que as diversas ONG’s sugerem para impedir a evolução desta problemática.

2. Estatísticas Nacionais:

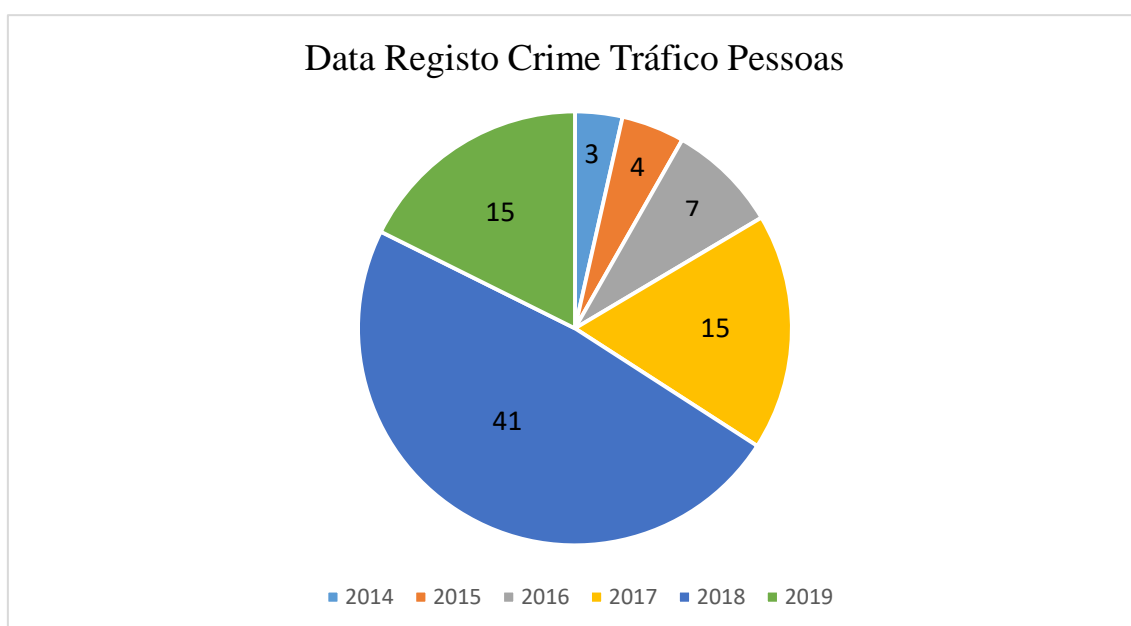


Gráfico 1: Data Registo de Crimes de Tráfico de Pessoas em Portugal (SEF)

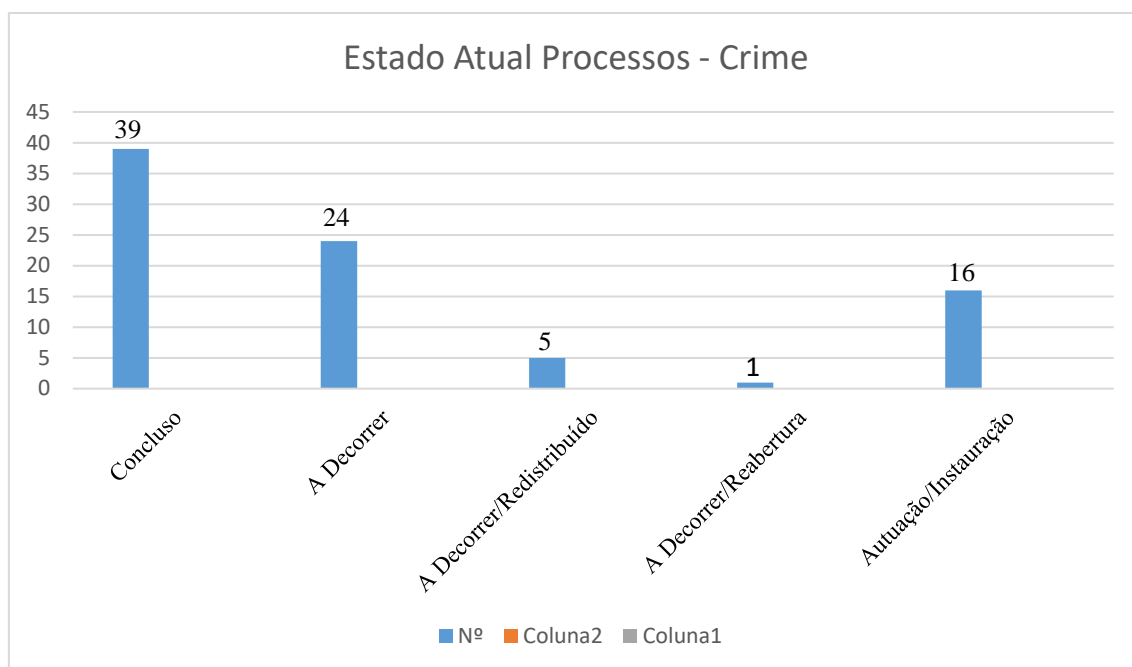


Gráfico 2: Estado Atual processos de Tráfico de Pessoas em Portugal

Como podemos observar no Gráfico 1, o número total de inquéritos registados desde 2014 até 2019, sob a coordenação do SEF e relativamente ao crime de tráfico de pessoas, é 85.

O número de casos que constam na listagem de processos de tráfico humano começam apenas em 2014, no entanto, o SEF começou a investigar casos de Tráfico Humano em 2007, portanto estas estatísticas não apresentam todos os casos.

O número de inquéritos é relativamente inferior ao esperado em comparação com o número provável de vítimas, uma vez que nem todos os casos são denunciados, visto que Portugal é essencialmente um país de trânsito.

Ao debruçarmo-nos sobre as estatísticas de Portugal, nota-se que os valores são completamente irrisórios e distantes da realidade.

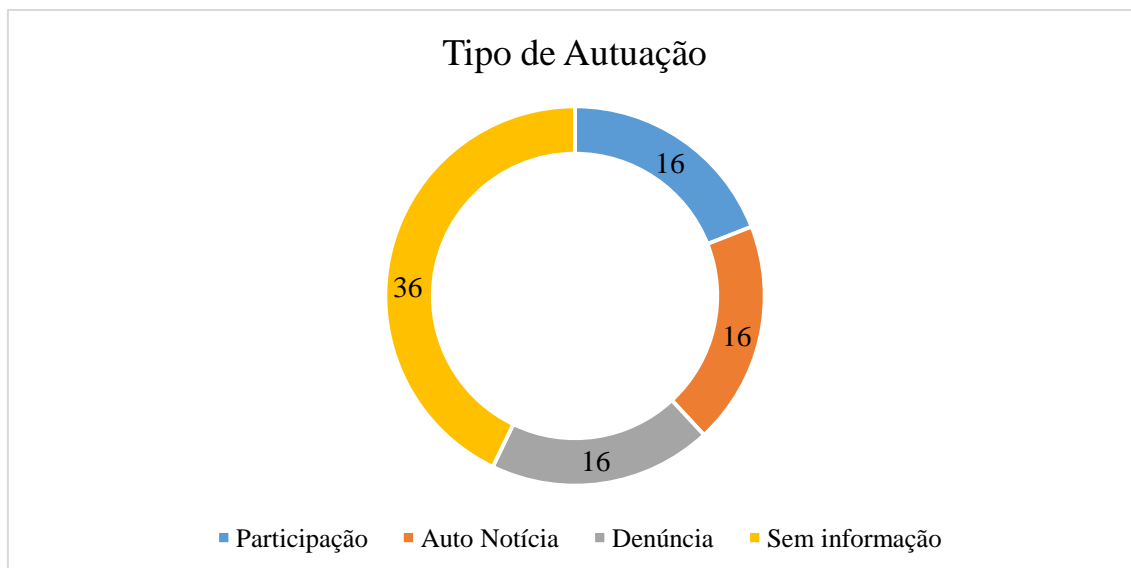


Gráfico 3: Tipo de Autuação dos processos de Tráfico de Pessoas

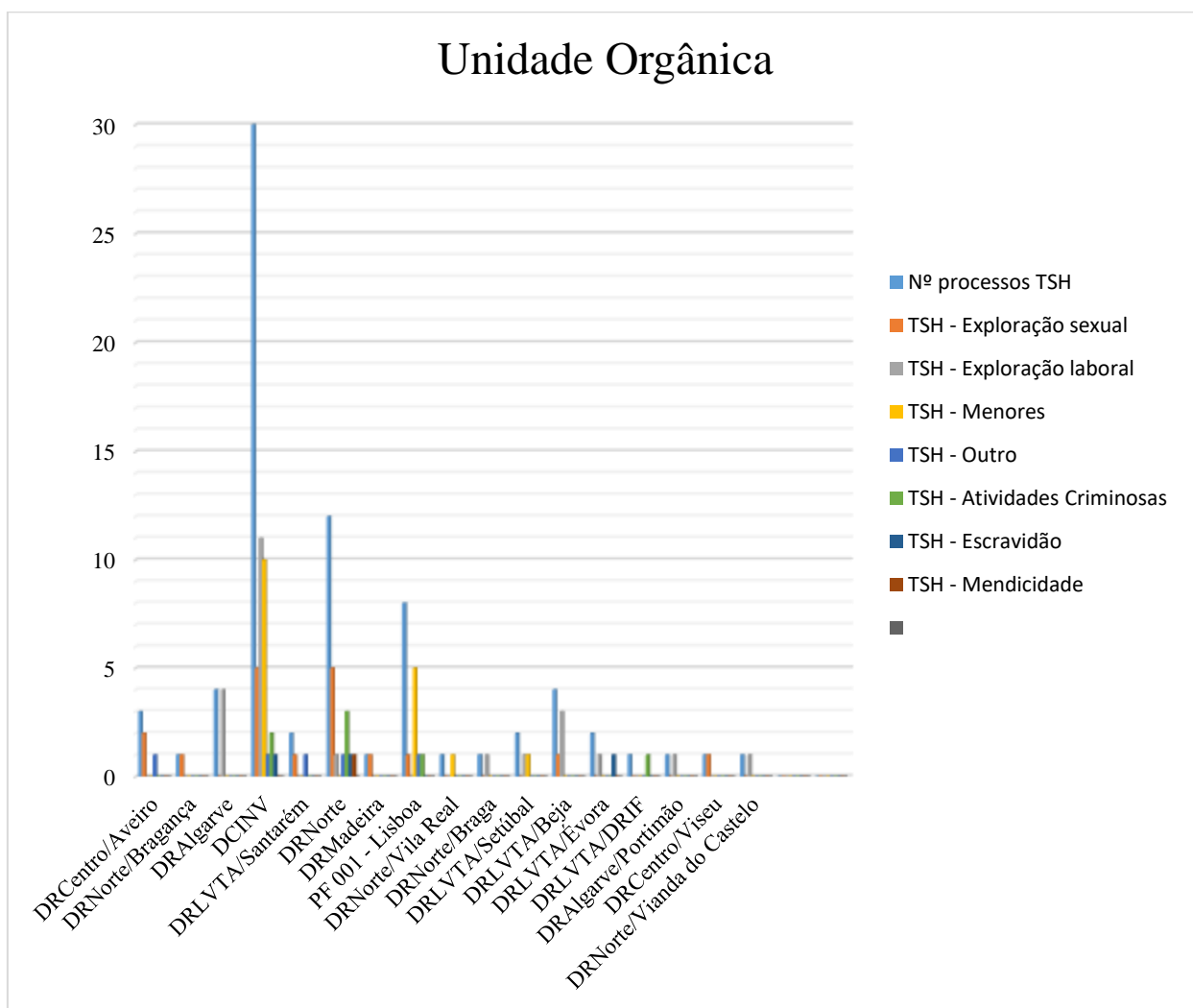


Gráfico 4: Unidade Orgânica encarregada dos processos-crime de TSH e respetivos tipos de exploração

Relativamente ao Gráfico 4, observamos uma elevada incidência de processos-crime nas principais cidades de Portugal - Porto e Lisboa.

Observa-se também que no Aeroporto de Lisboa (PF 001 – Lisboa) a maior parte dos casos que primeiro são detetados, nos postos de fronteira, são situações de auxílio à imigração ilegal. Posteriormente, com maior rigor de investigação, é que são detetados os casos de TSH, apesar de nos postos de fronteiras uma das principais preocupações é mesmo este tipo de crime - visto que é um crime contra as pessoas e que viola diversos Direitos Humanos – e portanto é uma das situações que os inspetores, que se encontram nos postos de fronteira, estão especialmente atentos.

No entanto, nos postos de fronteira é bastante difícil detetar logo situações de TSH, já que os inspetores desses postos dispõem de apenas alguns segundos para fazer a leitura do passaporte e efetuar algumas perguntas aos passageiros. Por isso, é que primeiramente são detetadas eventuais situações de auxílio à imigração ilegal, quando por exemplo os passageiros não conseguem explicar o que vêm fazer a Portugal, que lugares vão visitar, onde vão pernoitar, etc.

Nos casos detetados de TSH nos postos de fronteira, a maioria são casos de tráfico de menores. Uma das estratégias bastante utilizada para os traficantes conseguirem concretizar o tráfico de menores, é por exemplo, utilizarem cidadãos que não têm nenhuma relação familiar com os menores, no entanto, fazem-se passar por familiares dos mesmos – habitualmente por mãe ou pai – dizendo que vão, por exemplo, viajar para a Bélgica, Alemanha, França, ou outro destino Europeu, mas muitas das vezes o que acontece é que voltam para o seu país de origem mas sem os menores, desconhecendo-se posteriormente o paradeiro destes últimos, o que levanta assim suspeitas de eventuais situações de tráfico de menores.

Por outro lado, há também a possibilidade de apenas utilizarem esses menores, para dar a entender que são uma verdadeira família, para tornar mais credível a estadia em Portugal ou viagem para outros países, dizendo no posto de fronteira que vão visitar familiares. Ainda assim, é necessário ter em consideração que, nestes casos o principal objetivo consiste em instalarem-se de forma definitiva no país que desejam.

No entanto, ao não serem de facto familiares destes menores, dificilmente se consegue ter conhecimento do que acontece a essas crianças ou quem vai ficar responsável pelas

mesmas, posteriormente a instalarem-se no país de destino. Assim, a principal preocupação dos inspetores, que se encontram nas fronteiras, quando se deparam com menores que viajam sem os pais, é saber se há autorização para a criança viajar, quem está à espera da criança, se quem os transporta são de facto os seus progenitores e se a pessoa que a traz já trouxe outras crianças.

Para além disso, ocorrem muitas vezes nestes casos, deteções de falsificação e contrafação de documentos com a alteração da filiação dos menores. Assim, constata-se que é comum estarem presentes, simultaneamente, outros crimes para além do crime de TSH.

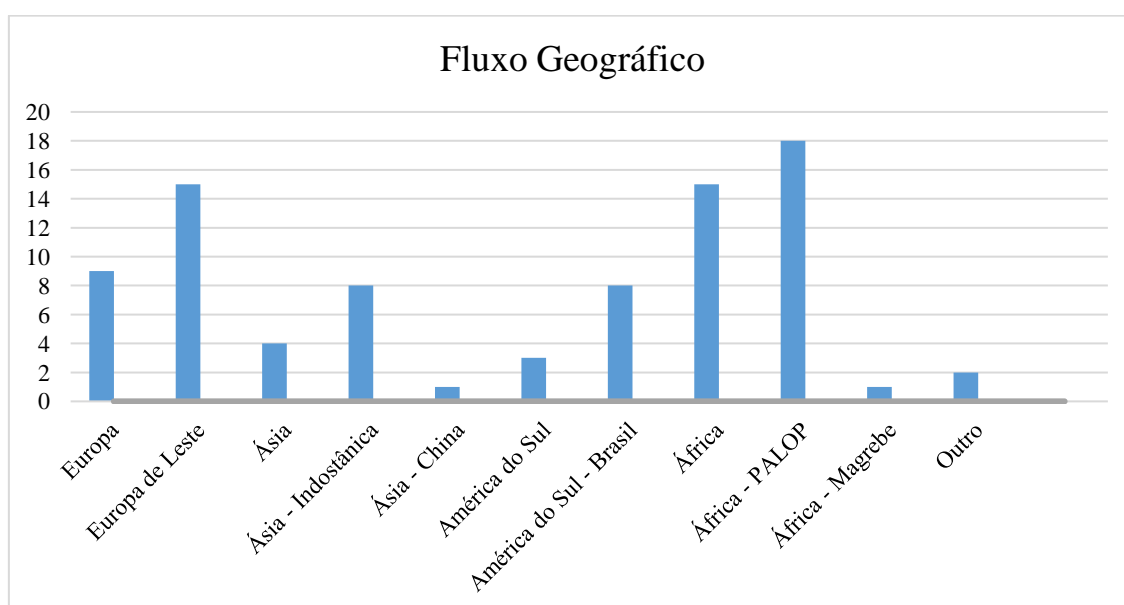


Gráfico 5: Fluxo Geográfico dos casos de Tráfico de Pessoas, detetados em Portugal

Relativamente ao fluxo geográfico de vítimas de TSH (Gráfico 5) sobressaem, como zonas de origem deste crime, a região da Europa de Leste, África e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nestes últimos, a maior incidência de vítimas poderá explicar-se pela ligação que estes países apresentam em relação ao nosso país, precisamente em termos de língua e cultura e laços familiares no nosso país, o que por sua vez faz com que haja um maior fluxo de cidadãos provenientes dos PALOP.

Outro fator que poderá explicar esta elevada incidência, para além das extremas condições precárias vigentes nestes países, incide especialmente no fato de as fronteiras entre Angola e a República Democrática do Congo não serem naturais, (decisão tomada na Convenção de Berlim de 1884, referente à divisão territorial de África) o que facilita a passagem dos cidadãos da República Democrática do Congo para Angola, onde – e devido à elevada incidência de corrupção neste território – é relativamente simples para

estes cidadãos, após a chegada a Angola, obterem documentos com dados falsificados, nomeadamente no que diz respeito à nacionalidade (alterando a mesma como sendo nacionalidade angolana). Assim, torna-se mais fácil, todo o processo de emigração para Portugal e muitas vezes devido à sua vulnerabilidade torna-se bastante mais fácil utilizar estas pessoas para algum tipo de exploração, após a sua chegada a Portugal.

Relativamente às vítimas provenientes da Europa de Leste, o elevado número das mesmas poderá explicar-se no facto de nesta região da Europa, também existirem condições de vida desfavoráveis, o que leva a que os residentes nestes países procurem melhores condições de vida noutros países da Europa, principalmente em Portugal, onde uma das atividades onde estes cidadãos são colocados para trabalhar será a construção civil, sendo que como já constatado anteriormente, é uma das atividades onde se verifica maior número de vítimas de TSH para exploração laboral.

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI - 2018)

Os dados estatísticos retirados do Relatório Anual de Segurança Interna, - elaborado pelo Sistema de Segurança Interna (pertencente ao Ministério de Administração Interna) - tiveram como principais fontes de dados estatísticos a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e o Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH).

Por parte da PJ e do SEF, o número de inquéritos-crime relacionados com Tráfico de Seres Humanos, instaurados em 2018, foram no total 94. “No âmbito dos inquéritos em investigação foram constituídos 34 arguidos e 21 detidos” (cit. in RASI 2018).

“O SEF tem assumido um forte compromisso no combate ao TSH através da Unidade Anti-Tráfico de Pessoas (UATP), assegurando a articulação nos termos do IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH), juntamente com o OTSH e outras equipas multidisciplinares (EME SOS TSH) e centros de acolhimento e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos (CAP).” (cit. in RASI 2018).

No quadro do Plano de Ação e Prevenção, referido anteriormente, foram estabelecidos mecanismos de cooperação com as diferentes entidades socias de modo a fornecer, às vítimas identificadas, o apoio às suas necessidades básicas. Nos âmbitos

nacionais consolidou-se os objetivos do PAPCTSH para o quadriénio 2018-2021. Para além disso, foi elaborada uma articulação com o posto de fronteira Humberto Delgado (PF001) quanto o procedimentos relacionados com situações que envolvem menores estrangeiros detetados à entrada de território nacional, nomeadamente menores não acompanhados.

No âmbito internacional, o SEF coopera com a EUROPOL, INTERPOL e FRONTEX. No caso da Frontex foi elaborado, em 2012, um manual europeu com o título “Anti-Trafficking Training for border guards – Trainer’s Manual”, direcionado para os agentes de fronteiras com o objetivo de detetar os sinais de eventuais situações de tráfico de pessoas e posteriormente saber como agir face a estas situações.

Para cumprir a medida 3.1.3 do IV PAPCTSH, foi criada em junho de 2018, uma equipa especializada a nível nacional sob a coordenação do SEF junto do posto de fronteira Humberto Delgado (PF001). Esta equipa integrou alguns elementos do UATP, inspetores de fronteiras e apenas um elemento magistrado do MP.

Segundo o RASI de 2018, esta UATP fortaleceu a cooperação com as instituições de acolhimento e as organizações que as gerem como por exemplo: a Associação para o planeamento da família (APF); Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e Democracia (AKTO).

Esta cooperação teve como objetivo principal garantir o acompanhamento das vítimas sinalizadas.

No âmbito deste relatório foram salientados os casos de tráfico para exploração laboral. Este fenómeno tem vindo a alterar-se, em termos de dimensões, ao longo dos anos. Não obstante, tem-se verificado o recrutamento de trabalhadores, principalmente sazonais, como por exemplo para a apanha da azeitona. As principais vítimas deste tipo de exploração são, maioritariamente, de países como Moldávia, Bulgária, Roménia, Índia, Nepal e Paquistão.

É nomeadamente referido neste relatório anual de 2018, a dificuldade em detetar estas vítimas, visto que é bastante comum este tipo de exploração e portanto a probabilidade de se verificar esta exploração em todas as regiões do território nacional é bastante elevada. No entanto, as regiões que mais se destacam com este tipo de exploração são o Alentejo e a região oeste do país. Tal informação pode ser corroborado pelo RASI de 2018, que fornece as informações de que só na região de Beja foram sinalizadas 26

supostas vítimas, onde 8 das quais chegaram a ser instaladas em instituições de acolhimento; 255 cidadãos provindos da Europa de Leste em situação de exploração Laboral; Para além de que apenas 6 indivíduos estrangeiros foram detidos com prisão preventiva como medida de coação, pela prática de crimes de tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal.

Quanto à sinalização de vítimas, os dados fornecidos são essencialmente do Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH). Nestes, segundo o RASI de 2018: “Foram sinalizadas 203 presumíveis vítimas das quais 49 foram confirmadas pelas autoridades (44 em Portugal e 5 no estrangeiro)” (Gráfico 6)

| País \ Ano | 2017 | 2018 | Variação Homóloga |
|-----------------------|-------------|-------------|--------------------------|
| Em Portugal | 150 | 168 | 12 % |
| No Estrangeiro | 25 | 35 | 40 % |
| Total | 175 | 203 | 16 % |

Gráfico 6: Adaptado de RASI 2018

As restantes sinalizações foram classificadas pelos OPC como “não confirmadas” 47 e como “pendentes” 59. As Organizações Não Governamentais (ONG) / outra entidade classificaram 33 vítimas como “sinalizadas” e 15 vítimas como “não confirmadas”. (Gráfico 7 e 8)

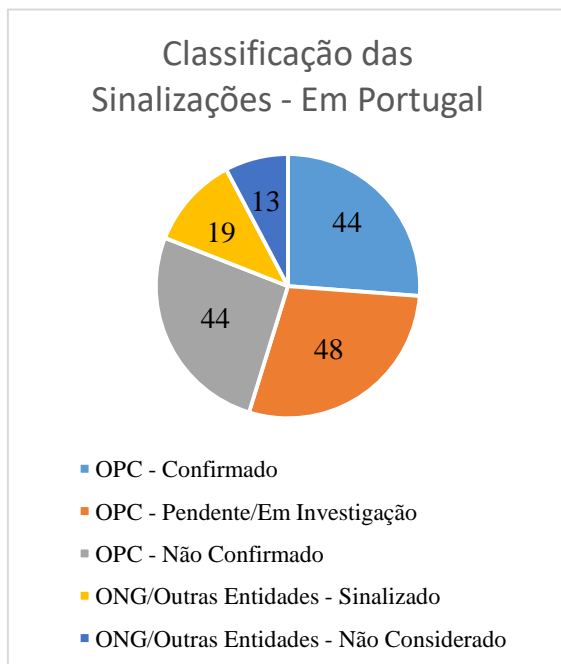


Gráfico 7: Adaptado de RASI 2018

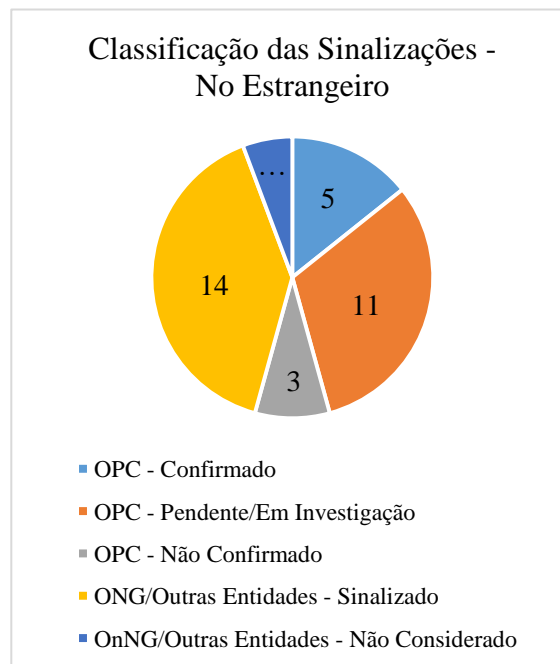


Gráfico 8: Adaptado de RASI 2018

Segundo o RASI 2018, a última atualização dos dados referentes ao Gráfico 7 e 8 realizou-se no dia 5 de fevereiro de 2019, explicando assim a discrepância entre os valores apresentados nos gráficos e nos valores explícitos e transcritos, anteriormente, do próprio RASI de 2018.

No que diz respeito aos valores alusivos à classificação “ONG/Outras Entidades - Não Considerado”, estes referem-se aos valores correspondentes às consideradas vítimas de tráfico de seres humanos, por essas “ONG/Outras Entidades”, que no entanto não foram consideradas vítimas, desse mesmo crime, por algum dos OPC - neste caso, Polícia Judiciária (PJ) ou Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - ou pela própria Autoridade Judiciária.

Quanto ao sinal “...” representado no Gráfico 8, este refere-se a um dado protegido por segredo estatístico, esclarecendo assim a não revelação do mesmo.

Como já referido anteriormente, Portugal tanto é um país de origem, trânsito e destino para as vítimas de tráfico de pessoas.

Se optarmos pela abordagem do número de sinalizações, considerando Portugal como país de destino, origem e trânsito, segundo os dados do OTSH tratados no RASI de 2018, verifica-se uma maior prevalência de vítimas sinalizadas em Portugal como país de

destino. Há um maior número de vítimas de doze nacionalidades diferentes de países terceiros e com 72 presumíveis vítimas, sendo que a nacionalidade com mais vítimas é a moldava, com 46 presumíveis vítimas. Quanto a vítimas pertencentes à União Europeia (UE) observam-se apenas 5 vítimas prováveis, sendo que apenas uma delas é de nacionalidade romena.

Observando Portugal como país de origem temos maioritariamente vítimas para exploração laboral, 6 destas em subtipo interno e 25 em subtipo externo. A diferença entre país de origem de subtipo externo e interno envolve o facto de o primeiro subtipo caracterizar-se pelo facto de as vítimas serem originárias de Portugal mas serem exploradas fora deste, ou seja, são exploradas no estrangeiro. Por outro lado, o subtipo interno baseia-se na ocorrência de as vítimas serem exploradas no próprio país de origem, neste caso, Portugal. Segundo o RASI de 2018, o principal país estrangeiro de exploração é Espanha.

Quanto a país de trânsito verificam-se maioritariamente prováveis vítimas menores de idade, oriundas de países africanos e maioritariamente da zona da República Democrática do Congo e Angola.

Tipo de exploração associada à sinalização de pessoas em Portugal

| Tipo de Exploração | | | | | | | | | | |
|---|---------|--|------------|-------------|--------------------------|----------------------------------|------------------|------------------|------------|-------------------------|
| Situação ↓ | Isolada | | | | | | Simultâneo | Outra/Indefinida | Total ↓ | Idade (Menor Adulto) |
| | Sexual | Laboral (A) | Escravidão | Mendicidade | Adoção ou Venda de Menor | Prática de Atividades Criminosas | Laboral e Sexual | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OPC - Confirmados | 5 | 37 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | ... | 44 | 6 38 |
| OPC – Pendentes / Em investigação | 5 | 27 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 13 | 48 | 10 35 (C) |
| OPC - Não Confirmados ^(B) | 3 | 33 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 5 | 44 | 3 40 (D) |
| ONG - Sinalizados | 6 | 5 | ... | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 19 | 9 10 (E) |
| ONG - Não Considerados | ... | 3 | 0 | ... | 0 | 0 | 0 | 7 | 13 | ... 11 |
| Total → | 19 | 105 | ... | 5 | 0 | 0 | 3 | 32 | 168 | 30 134 |
| (A) Incluindo servidão doméstica. | | | | | | | | | | |
| (B) Incluindo sinalizações realizadas por ONG/Outras entidades e não confirmadas após investigação pelos OPC. | | | | | | | | | | |
| (C) Em 3 registos este dado é ainda desconhecido | | | | | | | | | | |
| (D) Em 1 registo este dado é ainda desconhecido | | | | | | | | | | |
| (E) Em 1 registo o dado tem baixa fiabilidade, dado que a idade foi auto reportada. | | | | | | | | | | |
| Sinal | - | dado protegido por segredo estatístico | | | | | | | | |

Data última atualização: 5/02/2019

Gráfico 9 (Retirado do Relatório Anual Segurança Interna 2018)

Distribuição Geográfica:

Quanto à distribuição geográfica das presumíveis vítimas, o RASI 2018 destaca como principais áreas, os distritos de Lisboa, Beja e Faro.

Em Lisboa o principal tipo de exploração é a laboral e até à data estariam classificados em estado de investigação para o crime de tráfico de pessoas apenas 10 casos, 3 casos sinalizados por ONG/outras entidades e somente 3 casos estariam confirmados como sendo tráfico de pessoas. As presumíveis vítimas detetadas são “maioritariamente adultas do sexo feminino nacionais de países terceiros, nomeadamente de Angola”. (RASI 2018, p. 59)

Relativamente ao distrito de Beja, o principal tipo de exploração é a laboral e as presumíveis vítimas são sobretudo cidadãos do sexo masculino de nacionalidade Moldava. Dos casos de exploração laboral nesta área, 36 deles estão confirmados como sendo crimes de tráfico de pessoas e apenas, até àquela data, existiam 9 casos em

investigação para compreender se se estaria perante um crime de tráfico de pessoas ou não. Eventualmente, esta predominância de exploração laboral no distrito de Beja poderá estar relacionada com o facto de este distrito ser tipicamente conhecido pela apanha da azeitona, época esta que necessita um aumento substancial de trabalhadores para realizar esta tarefa. Esta necessidade de mão-de-obra repentina, aumenta a probabilidade de os dirigentes das respetivas herdades recorrerem a mão-de-obra mais barata, pelo que os cidadãos moldavos, ou de outras nacionalidades de países do Leste Europeu, são bastante vulneráveis já que nos seus países de origem as condições de vida são desfavoráveis e portanto estes cidadãos acabam por emigrar para outros países em busca de uma vida melhor, ao que Portugal destaca-se como um dos principais destinos. Assim, esta vulnerabilidade faz com que estes cidadãos sejam ‘alvos fáceis’ e portanto há quem se aproveite desta vulnerabilidade e acabe por empregar estes cidadãos, para trabalhar nestas épocas sazonais, a um custo de mão-de-obra bastante baixo.

Por fim, em relação ao distrito de Faro, também destacado como um dos principais distritos onde forma detetadas presumíveis vítimas de TSH, as mesmas são maioritariamente adultas – sendo que em 3 dos registos a idade seria ainda desconhecida – do sexo feminino e nacionais de países terceiros. No que concerne à classificação destes casos, o RASI 2018 apenas fornece a informação de a maior parte dos casos - até à data 8 casos - estarem classificados como “em investigação”, sendo que a exploração sexual e a exploração laboral são os tipos de exploração mais registados no distrito de Faro.

Menores

Relativamente a menores, tal como se pode verificar no gráfico 8 - cujos dados foram retirados do OTSH - foram sinalizados 30 menores como eventuais vítimas. Destas 30 vítimas, 10 estão ainda em processo de investigação, 9 foram sinalizadas por ONG/outra entidade, 3 não foram confirmadas como vítimas de TSH após investigação por OPC, e apenas 6 estariam confirmadas como vítimas de TSH. Para além disto, o RASI 2018 faz referência ao facto de, em relação ao ano anterior (2017), ter ocorrido uma diminuição de 15 sinalizações de vítimas menores.

Observando a Tabela 1, constata-se informações - retiradas do RASI 2018 - relativas à classificação dos registos e às características das presumíveis vítimas menores.

| Registos Confirmados por OPC | Registos Pendentes/Em investigação | Registos Sinalizados por ONG/Outras Entidades |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Maioritariamente sexo masculino (5); - Média de idade: 12 anos; - Nacionais de países terceiros (Angola); - Vítimas de Exploração sexual, laboral e outro/indefinido | <ul style="list-style-type: none"> - Maioritariamente sexo masculino (6); - Média de idade: 13 anos; - Nacionais de países terceiros (Angola); - Tipo de exploração indefinido | <ul style="list-style-type: none"> - Maioritariamente sexo feminino (7); - Média de idade: 15 anos; - Nacionais países terceiros; (República Democrática do Congo); - Tipo de exploração indefinido; |

Tabela 1: Informação adaptada de RASI 2018

Já segundo o relatório Tráfico de Seres Humanos, elaborado pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos, (2017, p. 20 e 21), define-se que: “No que diz respeito especificamente ao tráfico de menores, Portugal continua a ser, mais do que um país de origem, um país de trânsito e de destino, e assim, neste último caso, um território onde se procede à exploração. Por outro lado, ganha especial relevo a exploração de menores do sexo feminino na mendicância, de nacionalidade romena, que segundo dados de organizações não-governamentais são, maioritariamente, recrutadas na Roménia e Alemanha e controladas pelos progenitores de nacionalidade romena”.

Maiores

Relativamente a cidadãos adultos e segundo a informação obtida do Sistema de Segurança Interna (2018, p.60): “Foram sinalizados 134 adultos como (presumíveis) vítimas (aumento de 34 face a 2017)”. Destas 134, 38 cidadãos foram confirmados como sendo vítimas de TSH, 35 encontram-se ainda em investigação, 10 foram sinalizadas pelas ONG/outras entidades, 11 não foram consideradas vítimas pelas ONG/outras entidades e 40 não foram confirmadas como vítimas de TSH pelos OPC.

Observando a Tabela 2, constata-se informações - retiradas do RASI 2018 - relativas à classificação dos registos e às características das presumíveis vítimas adultas.

| Registos confirmados por OPC | Registos Pendentes/Em investigação | Registos sinalizados por ONG/Outras Entidades |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Maioritariamente sexo masculino (26); - Média de idade: 33 anos; - Nacionais de países terceiros (Moldávia); - Exploração laboral e em menor número exploração sexual | <ul style="list-style-type: none"> - Maioritariamente sexo masculino (20); - Média de idade: 35 anos; - Nacionais de países terceiros (Moldávia); - A segunda nacionalidade mais representada: Portuguesa; - Exploração laboral, exploração sexual, exploração laboral e sexual e outro/indefinido | <ul style="list-style-type: none"> - 5 Vítimas sexo masculino e 5 vítimas sexo feminino; - Média de idade: 37 anos; - Nacionais de países terceiros; - Exploração laboral, sexual e escravidão. |

Tabela 2: Informação Adaptada de RASI 2018

Vítimas sinalizadas no Estrangeiro

Consoante os dados do OTSH representados no RASI (2018, p.61): “Foram sinalizadas 35 presumíveis vítimas tendo as autoridades classificado 5 como *confirmado*, 11 como *pendente/em investigação* e 3 como *não confirmado*. Dos restantes, 14 registos foram classificados como *sinalizado por ONG/outra entidade* e os outros como *não considerado por ONG/outras entidades*”. Quanto aos tipos de classificação *pendente/em investigação* e *sinalizado por ONG/outras entidades*, as presumíveis vítimas são do sexo masculino, maioritariamente sujeitas a exploração laboral e com idade média de 45 anos. Já como principal país registado, destaca-se Espanha.

Das 5 vítimas confirmadas, 4 delas são menores vítimas de tráfico no estrangeiro e estão classificadas como *confirmado* por OPC. O tipo de tráfico destes menores é essencialmente para fins de adoção ilegal e as vítimas são maioritariamente do sexo feminino. A restante vítima é adulta e o tipo de exploração a que foi submetida é laboral.

Proteção e apoio às vítimas

Em termos de acolhimento, foram registados pelo OTSH 36 acolhimentos nos diferentes CAP (Centros de Acolhimentos e Proteção): CAP para Mulheres e Filhos Menores da Associação para o Planeamento Familiar; CAP para Homens e Filhos Menores da Saúde

em Português; CAP SUL para Mulheres e Filhos Menores da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; CAP para Crianças da Akto – Direitos Humanos e Democracia. Destas 36 vítimas acolhidas, 15 são vítimas do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Todas estas vítimas que foram acolhidas receberam apoio psicológico; Para além disso e conforme é referido no RASI (2018, p.61), “(...) 28 receberam assistência jurídica (15 do sexo masculino e 13 do sexo feminino), 13 receberam formação/educação (3 do sexo masculino e 10 do feminino).” Por fim, 12 das vítimas foram integradas no mercado de trabalho (6 do sexo masculino e 6 do sexo feminino).

A 9 das vítimas foram-lhes concedidas autorizações de residência, nos termos do artigo 109º da Lei 23/2007 (5 vítimas do sexo feminino e 4 do sexo masculino). No entanto, relativamente ao retorno voluntário e assistido de cidadãos de países terceiros e comunitários, 3 das vítimas retornaram ao abrigo do Fundo Comunitário, 2 vítimas retornaram ao abrigo do Projeto ARVoRe VI - Programa este que tem como objetivo apoiar imigrantes em situação vulnerável e que pretendem regressar voluntariamente ao seu país - e 6 retornaram em reencaminhamento articulado com outras entidades.

3. Estatísticas Internacionais

No documento “Direitos da União Europeia para as vítimas do tráfico de seres humanos” Cecilia Malmström - comissária europeia para os Assuntos Internos – (2013, p.1) refere que, “O tráfico de seres humanos é a escravatura dos tempos modernos e uma violação grosseira dos direitos humanos. Trata-se de um crime grave que afeta mulheres, homens e jovens de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidades, causando danos sérios e irreparáveis às suas vítimas.”

Para além disso, no relatório de junho de 2018, realizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos – relatório este com o título “Trafficking In Persons Report June 2018” - é enaltecida uma expressão utilizada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres (2018, p.13), “Devemos também fazer mais para apoiar as vítimas e os sobreviventes do tráfico. De fato, elas devem ser tratadas como vítimas de crime e não detidas, processadas ou punidas por atividades ilegais a que foram obrigadas a se envolver, a fim de sobreviver.”

Estas duas últimas expressões transmitem o que se foi concluindo ao longo deste projeto. É portanto necessário a prestação de maior apoio a estas vítimas. Vítimas estas sem distinção de nacionalidades e género.

Neste relatório de 2018, realizado pelos EUA, podemos constatar que o mesmo sugere que para ajudar no desenvolvimento de protocolos os governos nacionais deve-se garantir o acesso a informações sobre práticas de proteção às vítimas, inclusive usando uma abordagem centrada na vítima e instruída no que diz respeito a situações traumáticas, para além de que é necessário considerar as necessidades a longo prazo no que concerne à reintegração das vítimas nas suas comunidades de origem e colaborar com as partes interessadas locais para desenvolver um plano de reintegração sustentável. Relativamente ao combate ao tráfico de pessoas, sugere-se a criação de um ponto central para o desenvolvimento de competências judiciais e de coordenação operacional e o financiamento de uma linha direta de combate ao tráfico.

Não obstante, este relatório conclui perfeitamente o que tem vindo a ser enaltecido em todo este projeto: O tráfico de seres humanos não ocorre só nas comunidades mais precárias, este tipo de tráfico está presente em todo o mundo, e em todo o tipo de comunidades. Apesar de muitos casos compartilharem semelhanças, cada um é único, o que significa que as respostas ao tráfico de pessoas devem ser abrangentes e individuais para cada caso. As comunidades devem ser encorajadas a reconhecer os seus próprios pontos fortes na luta contra o tráfico de seres humanos e tomar medidas para o seu combate se tornar uma prioridade.

Além disso, argumente ainda que alguns dos fatores-chave que provavelmente contribuirão para a recuperação das vítimas, a longo prazo, numa comunidade, poderão passar pela: - Maior disponibilidade de habitações seguras e acessíveis; acesso de longo prazo a serviços de apoio à saúde mental e psicossocial; avaliação da vulnerabilidade e resiliência pessoal, familiar e comunitária; formação profissional e acesso ao mercado de trabalho e por fim, mas não menos importante, a consciencialização da comunidade, de modo a reduzir o estigma em relação às vítimas e incentivar o apoio comunitário.

É ressaltada ainda a importância da utilização, por parte dos governos, de operações financeiras para detetar casos de TSH. Assim, nos últimos anos, diversos governos em todo o mundo estabeleceram unidades de inteligência financeira - mais

conhecidas por *Financial Intelligence Units* (FIUs) – de modo a possibilitar a análise de relatórios de atividades financeiras, que poderão ser indicativos de lavagem de dinheiro, que muitas vezes é uma atividade que está interligada com o tráfico de pessoas e portanto permite detetar este tipo de tráfico, entre outros. Desta forma, as FIUs são capazes de detetar transações, localizar fluxos de dinheiro e recolher evidências que estão vinculadas a crimes de tráfico de pessoas. Para além disso, estas unidades também trabalham em estreita colaboração com instituições financeiras de modo a adicionar indicadores que poderão indicar que se está perante uma situação de tráfico de seres humanos à lista de atividades suspeitas, o que requer uma investigação mais apertada das contas bancárias em causa.

Embora cada caso seja único, existem grupos - tais como o “Egmont Group” - que servem como mediadores para colaboração internacional, de forma a combater crimes com uma componente financeira. Deste modo, fica claro que os indivíduos que praticam o tráfico de seres humanos devem estar entre os alvos a serem investigados por estes grupos e para além disso os governos podem desenvolver procedimentos para usar as informações de transações suspeitas para responsabilizar os traficantes de seres humanos. Um dos casos ressaltados por este relatório e que mostra que até os próprios governos estão ligados ao tráfico de pessoas - visto que é um tipo de tráfico que oferece um enorme rendimento – é caso do governo da Tailândia, que em 2017, condenou um alto funcionário do governo pelo seu envolvimento em crimes de tráfico de pessoas. Neste caso, o governo expôs o papel deste alto funcionário, no esquema de TSH, em grande parte devido ao rastreamento de transações financeiras suspeitas.

No que diz respeito às consequências impostas a estes traficantes, nos Estados Unidos da América (EUA), o Departamento do Tesouro dos EUA usa o seu envolvimento internacional para combater o tráfico de pessoas, através de sanções direcionadas a estes traficantes. Para além disso, o Departamento do Tesouro também protege os sistemas financeiros internacionais e dos EUA, através do bloqueio da propriedade de numerosas organizações criminosas transnacionais, incluindo aquelas envolvidas no tráfico de seres humanos.

Uma das principais condenações impostas pelos EUA, em 2018, foi a condenação da organização criminosa transnacional *Zhao Wei*, um grupo sediado no Laos e envolvida em inúmeras atividades criminosas, incluindo o tráfico sexual infantil.

Consequentemente, tornou-se necessário desenvolver ferramentas, por Organizações Intergovernamentais, de modo a conseguir combater o TSH. Entre estas diversas ferramentas inserem-se: a Publicação da obra “Riscos de lavagem de dinheiro decorrentes do tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes”, publicada pela Financial Action Task Force (FATF), de modo a facilitar a identificação de indicadores de lavagem de dinheiro das operações de tráfico de pessoas e fomentar o relato de transações suspeitas; “25 Keys to Unlock the Financial Chains of Human Trafficking and Modern Slavery” - um relatório sobre um workshop convocado pela Universidade das Nações Unidas com o apoio da Permanent Mission of Liechtenstein to the United Nations” em março de 2017 sobre a o branqueamento de capitais associado ao tráfico de seres humanos. O relatório identifica o desenvolvimento de estratégias para o envolvimento no setor financeiro de indústrias de alto risco – como por exemplo, as indústrias do óleo de palma, cacau, pesca, hotelaria, construção de megaeventos desportivos); “Leveraging Anti-Money Laundering Regimes to Combat Trafficking in Persons Cases” – publicada pela Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), onde esta dá a conhecer práticas promissoras - dos Estados participantes desta organização - utilizadas para identificar casos de tráfico de seres humanos, através de técnicas financeiras, como por exemplo o rastreamento e congelamento de contas/rendimentos.

No entanto, este relatório de 2018 ressalta o facto de ainda existirem bastantes países que se verificam não serem membros do “Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking In Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime”, protocolo este que entrou em vigor em 2003. Entre os países que não fazem parte deste temos: Bangladesh, Butão, Brunei, Comores (União dos Comores), República do Congo, Irão, Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia), Ilhas Marshall, Nepal, Paquistão Palau, Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Tonga, Uganda e Iémen. Entre abril de 2017 e março de 2018, as Ilhas Fiji e o Japão tornaram-se Estados pertencentes ao Protocolo.

Assim, podemos verificar que estes países ao não pertencerem a este protocolo e muitos deles serem classificados como países em desenvolvimento - onde prevalecem as condições precárias - naturalmente passam a ser países mais vulneráveis ao tráfico de

pessoas. Um dos países que não pertence a este protocolo e que se tem conhecimento de ser um dos países de origem para este tipo de crime, é por exemplo, a República do Congo.

Portanto, seria vantajoso que os mesmos passassem a fazer parte deste Protocolo, podendo assim existir um maior acompanhamento e possibilidade de serem introduzidas medidas que possam combater ou diminuir os casos de TSH.

Dados da Aplicação da Lei Global - Trafficking in Persons Report June 2018

A Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico e Violência, foi renovada em 2003 e acrescentou à lei original a exigência de que os governos estrangeiros deveriam fornecer, ao Departamento de Estado, dados sobre investigações, acusações, condenações e sentenças de tráfico, de modo a esta lei de proteção conseguir elaborar planos de intervenção e prevenção com o objetivo de diminuir o aumento do número de vítimas, em especial, do tráfico de pessoas.

| YEAR | PROSECUTIONS | CONVICTIONS | VICTIMS IDENTIFIED | NEW OR AMENDED LEGISLATION |
|------|----------------|-------------|--------------------|----------------------------|
| 2011 | 7,909 (456) | 3,969 (278) | 42,291 (15,205) | 15 |
| 2012 | 7,705 (1,153) | 4,746 (518) | 46,570 (17,368) | 21 |
| 2013 | 9,460 (1,199) | 5,776 (470) | 44,758 (10,603) | 58 |
| 2014 | 10,051 (418) | 4,443 (216) | 44,462 (11,438) | 20 |
| 2015 | 19,127 (857) | 6,615 (456) | 77,823 (14,262) | 30 |
| 2016 | 14,939 (1,038) | 9,072 (717) | 68,453 (17,465) | 25 |
| 2017 | 17,880 (869) | 7,045 (332) | 100,409 (23,906) | 5 |

Tabela 3: Adaptada de “Trafficking in Persons Report June 2018” (pág.43)

Estes dados são originários de governos estrangeiros (e de outras fontes) e foram conferidos pelo Departamento de Estado Americano.

A flutuação dos dados estatísticos – presentes na tabela acima - são explicados, pelo relatório em análise, devido à falta de uniformidade nas estruturas de relatórios nacionais, aos eventos globais dinâmicos (que naturalmente alteram os valores de vítimas de tráfico de pessoas, por exemplo em situações de guerra, onde frequentemente aumenta o número de vítimas deste tipo de crime), à natureza oculta dos crimes de tráfico e às mudanças nos esforços do governo.

Os valores entre parênteses correspondem aos casos detetados de tráfico de mão-de-obra, quer seja no âmbito de processos, condenações ou de vítimas identificadas.

Como nota final, este relatório conclui que esta era de comunicação digital cada vez tem mais influência nas técnicas utilizadas pelos traficantes, já que cada vez mais todos os mercados estão interconectados e a mão-de-obra facilmente é “móvel”, os traficantes de seres humanos estão a desenvolver novas – e cada vez mais sofisticadas – formas de explorar as suas vítimas.

Para além disso, os traficantes conseguem facilmente identificar e cultivar a vulnerabilidade nas vítimas que exploram, aproveitando as dificuldades, circunstâncias e instabilidade presentes na vida e no quotidiano das mesmas, além disso estudam estratégias para conseguir explorar o governo e as suas políticas. Assim, torna-se necessário que os governos continuem a examinar, testar e alterar as suas políticas, de forma a não possibilitarem os traficantes a contornarem essas mesmas políticas ou de alguma maneira contribuïrem para o tráfico de seres humanos.

Outra questão que os governos deveriam prestar maior atenção, deveriam ser as condições dos trabalhadores que integram a cadeia de serviços e bens, visto ser uma área onde o governo investe bilhões de dólares todos os anos. Abrangendo, especialmente, os serviços onde existe maior incidência de casos de tráfico de seres humanos, habitualmente aliados a situações de fraude contratual, salários não pagos e o confisco de passaporte.

Para além disto, os governos devem avaliar as suas estruturas de aquisição, reunir recursos humanos e especialistas em direitos do trabalhador e implementar políticas que protejam os trabalhadores. Os governos também devem aprovar políticas que proïbam claramente o tráfico de pessoas pelos contratantes do governo e subcontratados, e devem também proibir atividades que no processo de recrutamento, se sabe contribuïrem para o risco de tráfico de seres humanos, como por exemplo, tais como a cobrança de taxas de recrutamento de trabalhadores, que por sua vez criam vulnerabilidades aliadas à servidão por dívida, que como sabemos é uma característica que se verifica bastante em casos de tráfico de pessoas.

Por outro lado, muitos governos proïbem a migração de mão-de-obra para países que apresentam riscos específicos, de maneira a protegerem as suas explorações.

Embora bem-intencionadas – e de acordo com o relatório “Trafficking in Persons Report, 2018” (p.476) - estas políticas, para além de restringirem a liberdade de movimento, podem levar alguns indivíduos a assumir riscos para contornar essa mesma política. De modo a evitar, esta tentativa de contorno dessa mesma política, existem alternativas mais eficazes para proibir a migração laboral para os países com maior risco de ocorrência de tráfico de pessoas. Essas alternativas incluem: Educar os cidadãos dos seus direitos e os riscos específicos dos países de destino; Trabalhar em parceria com os governos dos países de destino, de modo a lidar com as vulnerabilidades à exploração e conduzir investigações conjuntas nos casos de TSH; e fornecer aos funcionários estrangeiros as ferramentas necessárias para servir e proteger seus cidadãos no exterior.

A busca pela segurança nacional e estabilidade regional, por parte de alguns governos, também poderá, indiretamente, possibilitar o tráfico de pessoas. Às vezes, o apoio e coordenação operacional do governo com os grupos armados podem, inconscientemente, capacitá-los a explorar as pessoas através do recrutamento forçado em grupos armados, especialmente de crianças, ou ainda através da exploração sexual. Os governos que apoiam as organizações ou milícias armadas devem entender, de forma clara, os objetivos dessas organizações e de que forma as mesmas aplicam os recursos do governo em ação. Caso os governos consigam descobrir, qualquer tipo de exploração - por parte desses grupos - devem incentivar as vítimas e/ou quem presencia estes abusos a denunciar os mesmos e tomar medidas apropriadas, incluindo responsabilizar os perpetradores destes crimes e, por fim, acabar com o apoio a esses grupos.

Estes são apenas alguns exemplos de como algumas políticas governamentais, mesmo que concebidas com boas intenções, podem deixar os indivíduos mais vulneráveis e, conseqüentemente, oferecer vantagem aos traficantes.

Ao promulgar novas políticas e rever as existentes, os governos devem esforçar-se para entender os efeitos inconsiderados, mas potencialmente nocivos, que podem ter sobre os indivíduos vulneráveis ao tráfico. Por isso, “cabe aos governos avaliar e adaptarem-se às dinâmicas específicas do tráfico de seres humanos.” (Trafficking in Persons Report, 2018)

UNODC: Global Report on Trafficking in Persons 2018

Relativamente à análise das estatísticas internacionais, iremos basear-nos no “Global Report on Trafficking in Persons 2018”, realizado pela UNODC. Este relatório, após a análise dos dados estatísticos, verifica que ainda existem bastantes áreas de impunidade, uma vez que, apesar de a maioria dos países terem uma legislação abrangente contra o tráfico de pessoas, apenas recentemente, o número de condenações começou a aumentar.

Assim, as principais tendências verificadas nos números de condenações foram registadas na Ásia, no Continente Americano, em África e no Médio Oriente.

O aumento do número de condenações em geral segue o aumento do número de casos de TSH detetados e de vítimas, o que mostra que a resposta da justiça criminal está a refletir um aumento na deteção destes casos. Contudo, muitos países Africanos e Asiáticos continuam a ter números de condenações muito baixos, relativamente aos números de casos de TSH detetados, o que consequentemente leva à deteção de menos vítimas.

Number of trafficking victims detected outside their region of origin, by area of citizenship, 2016 (or most recent)



Gráfico 10: Retirado de UNODC, 2018 (p.8)

O facto de existir um número limitado de vítimas detetadas e poucas condenações, não significa necessariamente que os traficantes não estão “ativos” nesses países. Na verdade, as vítimas traficadas, originárias de sub-regiões com baixas taxas de deteção e condenação, são encontradas em grande número noutras sub-regiões (Gráfico

10). Estas evidências detetadas, apenas sugere que as redes de tráfico operam com um elevado grau de impunidade nesses países. Assim, de certa forma, esta impunidade poderá servir como um incentivo para os traficantes continuarem com esta atividade.

A maioria das vítimas de tráfico é detetada nos seus países de cidadania, além de que é mais provável que os países mais desenvolvidos – como por exemplo, países europeus - sejam destinos para vítimas originárias de regiões mais distantes.

A Europa Ocidental e Meridional e os países do Médio Oriente, registam um número considerável de vítimas traficadas de outras regiões, enquanto que as deteções são relativamente raras na maioria das outras partes do mundo (UNODC, 2018).

Além disso, os fluxos de tráfico detetados em direção a países mais ricos também são mais diversificados geograficamente. Os países afluentes da Europa Ocidental e do Sul, bem como da América do Norte, detetam vítimas originárias de uma grande diversidade de países em todo o mundo (UNODC, 2018).

Number of citizenships among victims detected in destination countries, by subregion of detection, 2014-2017

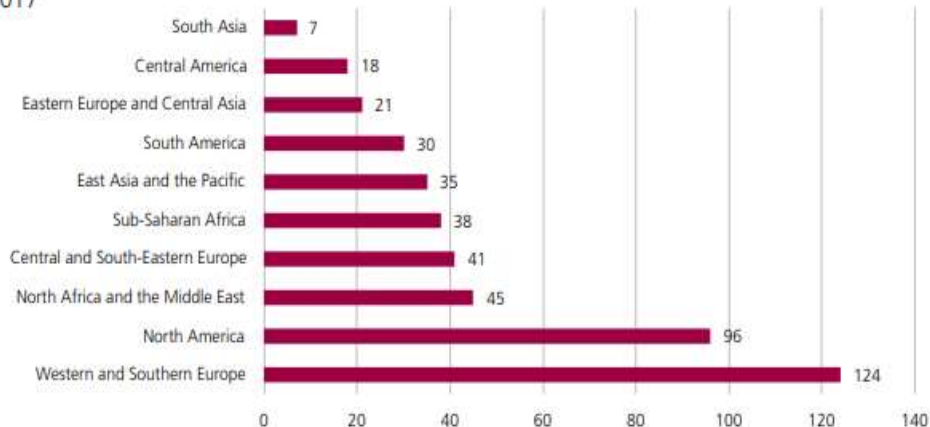


Gráfico 11: Retirado de UNODC, 2018 (p.9)

Shares of detected victims by area of origin and of detection, by subregion, 2016 (or most recent)

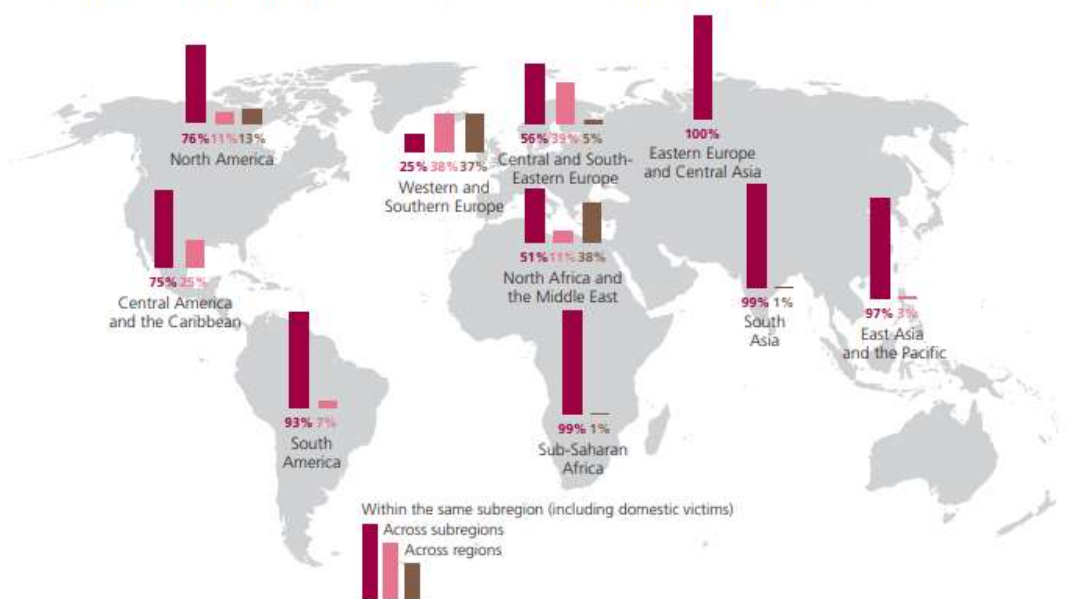


Gráfico 12: Retirado de UNODC, 2018 (p.9)

Vítimas

A maioria das vítimas detetadas em todo o mundo são mulheres, tanto mulheres adultas, como menores do sexo feminino (Gráfico 13). Igualmente na exploração sexual as principais vítimas são do sexo feminino e 35% das vítimas traficadas para trabalhos forçados são também mulheres e menores do sexo feminino. Por outro lado, mais da metade das vítimas de tráfico para trabalho forçado são homens. (UNODC, 2018)

Shares of detected victims of trafficking in persons globally, by age group and sex, 2016 (or most recent)

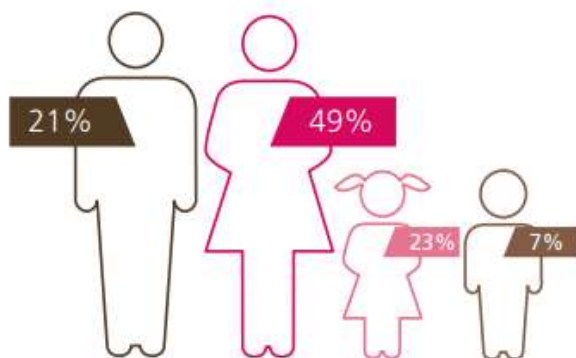


Gráfico 13: Retirado de UNODC, 2018 (p.10)

Não obstante, existem diferenças regionais consideráveis no que diz respeito aos perfis de sexo e idade das vítimas de tráfico detetadas. Por exemplo, como se pode verificar no Gráfico 14 - retirado do relatório de 2018 da UNODC – na África Ocidental, a maioria das vítimas detetadas são menores, tanto do sexo masculino e feminino, enquanto que no sul da Ásia, as vítimas são de ambos os géneros e das diversas faixas etárias. Já no que diz respeito à Ásia Central, verifica-se uma maior proporção de homens adultos detetados como vítimas de TSH, em comparação com outras regiões, enquanto que na América Central e nas Caraíbas, foi registado um maior número de crianças do sexo feminino.

Shares of detected victims of trafficking in persons in subregions recording diverse patterns, 2016 (or most recent)

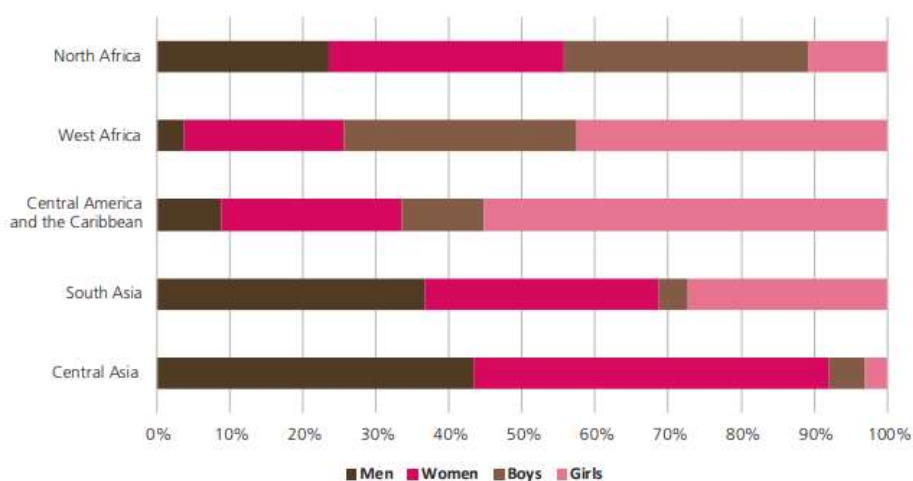


Gráfico 14: Retirado de UNODC, 2018 (p.10)

Tipos de exploração mais detetados

A maioria das vítimas detetadas foram traficadas para exploração sexual. No entanto, este padrão não é completamente consistente em todas as regiões. Analisando o Gráfico 15, verifica-se que o tráfico de mulheres - tanto adultas quanto crianças - para fins de exploração sexual prevalece nas áreas em que a maioria das vítimas são detetadas, ou seja, na Europa, Ásia Oriental, zona do Pacífico e no Continente Americano. Ainda assim, na América Central e nas Caraíbas, são detetadas mais crianças do sexo feminino como vítimas de tráfico para exploração sexual, enquanto as mulheres foram mais detetadas como vítimas, dessa forma de exploração, nas outras sub-regiões.

Quanto ao tráfico para exploração laboral, este foi principalmente detetado nas zonas da África Subsaariana e do Médio Oriente, envolvendo principalmente adultos. Na Ásia Central e no Sul da Ásia, o tráfico para exploração laboral e exploração sexual é detetado quase igualmente, embora com diferentes perfis de vítima (UNODC, 2018).

Por fim, os poucos estudos que foram realizados nos países europeus revelaram que o tráfico para exploração sexual é, efetivamente, a forma mais predominante de tráfico. Ao mesmo tempo, que o tráfico para exploração laboral é o mais difícil de ser identificado nos países europeus.

Main forms of exploitation and profiles of detected victims, by subregions, 2016 (or most recent)

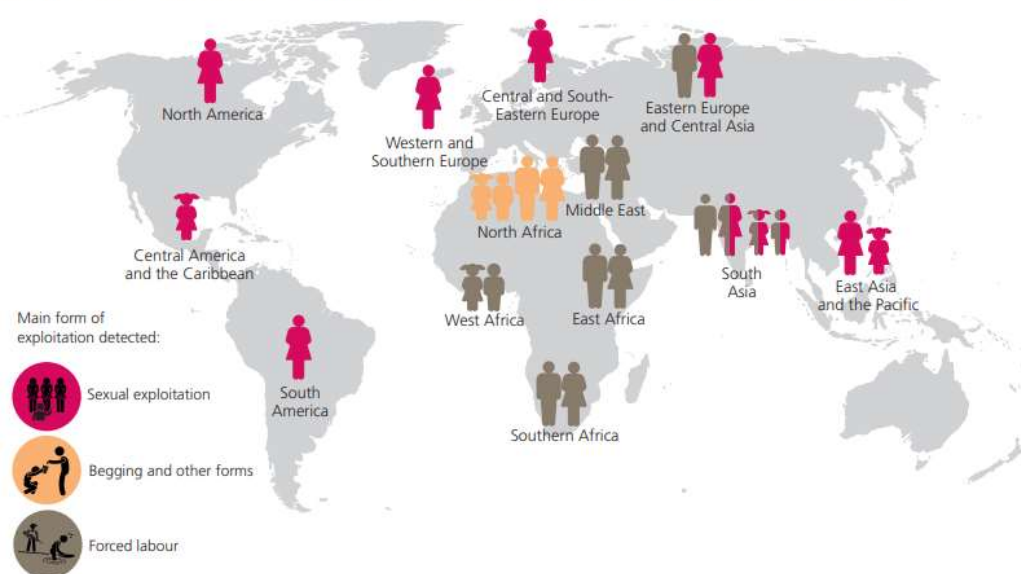


Gráfico 15: Retirado de UNODC, 2018 (p.11)

Relativamente a outros tipos de tráfico, este relatório salienta que o tráfico de pessoas para casamento forçado, é detetado com maior frequência em zonas do Sudeste Asiático, enquanto o tráfico de crianças para adoção ilegal é registado com maior abundância na América Central e América do Sul. Já o tráfico para a criminalidade forçada é relatado principalmente na Europa Ocidental e Meridional, enquanto o tráfico para remoção de órgãos é detetado principalmente no Norte de África, Europa Central e do Sudeste e Leste da Europa. Por último, o tráfico para mendicância forçada, é relatado em diferentes partes do mundo. Assim, podemos concluir que a identificação de outras formas de tráfico pode refletir, em parte, as formas pelas quais os diferentes países criminalizam as diversas formas de exploração.

Conflitos armados e o aumento da vulnerabilidade ao TSH

Neste relatório da UNODC, também é ressaltada a questão de como os conflitos armados podem aumentar a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas.

Deste modo, as áreas com fraco estado de direito e falta de recursos para responder aos diversos tipos de crime, fornecem aos traficantes, oportunidades para realizarem as suas operações. Esta situação tem ainda maior tendência para ocorrer em locais onde as pessoas se encontram em situações precárias e desesperantes, com fraco acesso às necessidades básicas, portanto desta forma, torna-se mais simples alguns grupos armados envolverem-se em conflitos, onde podem explorar os civis e ainda aproveitar a oportunidade para traficar vítimas, incluindo crianças, para exploração sexual, casamento forçado, combate armado e várias formas de exploração laboral.

Quanto aos casos de rapto de mulheres e crianças do sexo feminino para exploração sexual e para casamento forçado têm sido relatados em muitos conflitos na África Central e Ocidental, bem como nos conflitos do Médio Oriente. Já o recrutamento de crianças, para uso como combatentes armados, é documentado em muitas das áreas de conflito, tais como: a República Democrática do Congo, República Centro-Africana, bem como no Médio Oriente e outras partes da Ásia. Além disso, este relatório constata que vários grupos armados recrutam crianças para a exploração das mesmas em indústrias extrativas.

Em vários dos conflitos, considerados neste relatório, as populações que tiveram de ser deslocadas à força foram também alvos de traficantes. Do mesmo modo, também se torna discutível o risco que os migrantes e refugiados enfrentam ao viajarem através de áreas de conflito, como a Líbia ou partes da África subsaariana.

“Na Líbia, por exemplo, as milícias controlam alguns centros de detenção para migrantes e refugiados. Tem sido documentado a forma como as milícias e os criminosos estão a coagir os migrantes detidos e os refugiados para diferentes fins de exploração. Em condições socioeconómicas precárias ou situações que envolvem perseguição, as pessoas que fogem do conflito podem mais facilmente ser enganadas em planos de viagem, ao aceitarem ofertas de emprego fraudulentas em países vizinhos ou propostas de casamento fraudulentas que são, na verdade, situações de exploração.” (UNODC – Global Report On Trafficking In Persons 2018, p.12)

Perfil das vítimas

Debruçando-nos sobre o perfil das vítimas, em 2016, as mulheres adultas compunham quase metade das vítimas detetadas. Para além disto, o relatório da UNODC ressalta o facto de nos últimos 15 anos, e como resultado da análise de dados, as mulheres e crianças do sexo feminino, continuaram a representar mais de 70% das vítimas de tráfico detetadas.

Ao analisar-se os dados por região, no Gráfico 16, são reveladas diferenças geográficas significativas nos perfis das vítimas detetadas. De um modo geral, na Europa e em algumas regiões da Ásia e do continente Americano, são detetadas os maiores números de vítimas. No entanto e tal como referido no relatório: “... as vítimas infantis representaram a maioria das vítimas detetadas na África subsaariana em 2016, com menores, do sexo masculino e feminino, quase igualmente distribuídos. No sul da Ásia, no leste da Ásia e no Pacífico, os homens representavam mais de 30% das vítimas detetadas no mesmo ano. Na Europa, assim como em todo o continente Americano, as mulheres compreendiam uma clara maioria das vítimas de tráfico detetadas.” (in UNODC, 2018)

Relativamente aos homens, a maioria dos menores do sexo masculino identificadas foram detetadas em África, enquanto as vítimas de homens adultos foram encontrados, com frequência, no sul da Ásia e no Médio Oriente.

Assim, é possível concluir que, regra geral, está presente o fato de que na Europa e no continente Americano são identificadas maiores números de vítimas do que em África. Podendo assim supor-se, que se as capacidades de deteção de vítimas nos países da África Subsaariana fossem semelhantes às dos países da Europa ou do continente Americano, as vítimas infantis poderiam representar uma maior proporção das vítimas detetadas globalmente.

FIG. 12 Detected victims of trafficking in persons, by age group and sex, by subregion of detection, 2016 (or most recent)

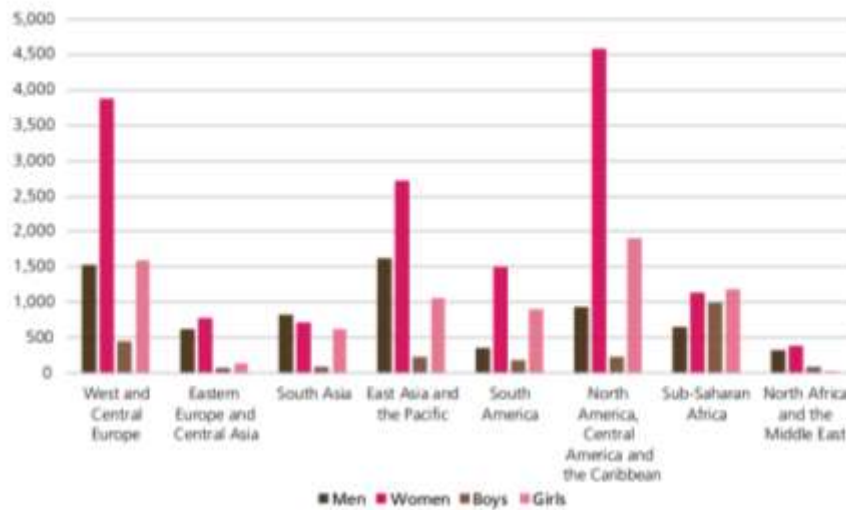


Gráfico 16: Retirado de UNODC, 2018 (p. 26)

FIG. 15 Shares of forms of exploitation among detected women victims of trafficking in persons, 2016 (or most recent)

54 countries (n=5,440 victims)

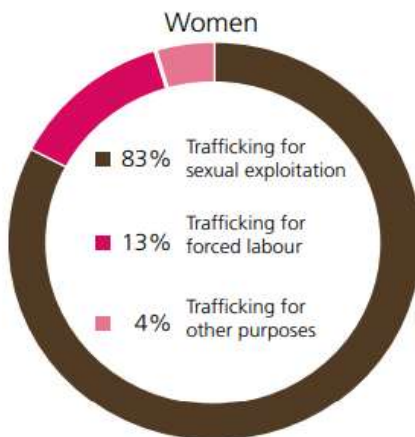


Gráfico 17: Retirado de UNODC, 2018 (p.28)

FIG. 16 Share of forms of exploitation among detected men victims of trafficking in persons, 2016 (or most recent)

54 countries (n=2,271 victims)

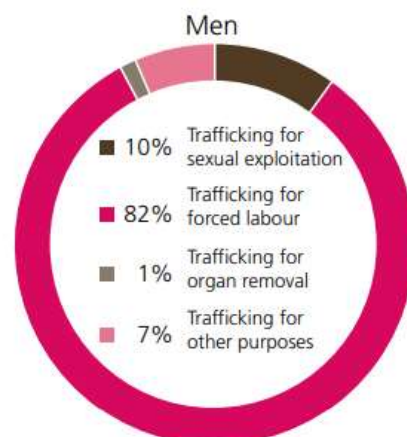


Gráfico 18: Retirado de UNODC, 2018 (p.28)

FIG. 17 Share of forms of exploitation among detected girl victims of trafficking in persons, 2016 (or most recent)
54 countries (n=2,350 victims)

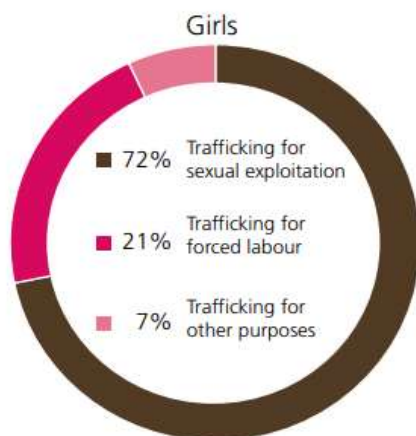


Gráfico 19: Retirado de UNODC, 2018 (p.28)

FIG. 18 Share of forms of exploitation among detected boy victims of trafficking in persons, 2016 (or most recent)
54 countries (n=711 victims)



Gráfico 20: Retirado de UNODC, 2018 (p.28)

Os perfis das vítimas também mudam de acordo com a forma de exploração, ou seja, os homens e as mulheres são amplamente reconhecidos como traficados para diferentes formas de exploração. Por exemplo, segundo os gráficos 17 e 18, 83% das mulheres detetadas como vítimas, em 2016, foram traficadas para exploração sexual, enquanto 82% dos homens foram traficados para exploração laboral.

Contrariamente, verifica-se que no que diz respeito à exploração sexual, foram apenas consideradas 10% dos homens como vítimas de tráfico para exploração sexual, enquanto 13% das mulheres foram traficadas para exploração laboral. Esta discrepância de valores correlacionada com o tipo de exploração e o género, mais uma vez revela que são poucos os casos em que as mulheres são traficadas para exploração laboral e os homens para exploração sexual.

Já no que diz respeito às vítimas de crianças detetadas, os padrões de género para as formas de exploração são diferentes, uma vez que tanto existem crianças do sexo masculino traficadas para exploração laboral, como para exploração sexual e para "outros" formas de exploração – como por exemplo, para a mendicância forçada, combate armado e atividades criminosas forçadas. (Gráfico 20)

Tal como as mulheres, a clara maioria das vítimas de crianças do sexo feminino detetadas são traficadas para fins de exploração sexual. Uma parcela significativa de

meninas traficadas detetadas foi traficada para formas de exploração que não a exploração sexual ou o trabalho forçado. Estas podem ainda ser traficadas para uma variedade de propósitos, variando de casamentos forçados, a mendicidade forçada e atividades criminosas forçadas. (Gráfico 19)

Formas de exploração

Para concluir, em termos de tipo de exploração, o tráfico para fins de exploração sexual é a forma mais detetada de tráfico, em todo o mundo. Desta forma e tal como refletido no gráfico 21, as vítimas traficadas para exploração sexual compreendiam 59% das vítimas detetadas, no ano de 2016.

Como já referido anteriormente, as formas de exploração também variam entre as diferentes sub-regiões. Segundo o gráfico 22, em 2016, o tráfico de pessoas para a exploração laboral foi a forma mais frequentemente assinalada nos países do Médio Oriente e na África Austral (África Meridional), Oriental e Ocidental.

Já no que concerne ao continente Asiático, tanto no sul da Ásia como na Ásia Central, o tráfico para exploração laboral e sexual foram detetados em proporções quase iguais. Relativamente à Europa, América do Norte, América Central e Caraíbas, Ásia Oriental e Pacífico, o tipo de exploração mais identificado foi o tráfico para fins de exploração sexual. No norte da África, a exploração de mendicidade forçada, foi a mais detetada.

Relativamente ao tráfico para a remoção de órgãos, esta é uma forma de exploração que permanece com os valores muito baixos, no que diz respeito ao número de vítimas detetadas. O relatório da UNODC refere que apenas cerca de 100 vítimas de tráfico para remoção de órgãos foram detetadas e reportadas a esta mesma organização durante 2014 a 2017.

Para além disso as vítimas eram todas adultas e cerca de dois terços dessas vítimas eram homens. A maioria dos casos provinham de África e do Médio Oriente, mas também foram registados casos na Europa Ocidental, Central e Oriental, bem como na América Central e do Sul. A principal explicação para o facto de todas as vítimas serem adultas, sustenta-se principalmente no facto de os traficantes procurarem pessoas com órgãos totalmente desenvolvidos. (UNODC, 2018)

Tal como referido pela mesma organização – UNODC – (2018, p.31), “Embora o número de deteções seja baixo, relativamente aos principais tipos de exploração, muitas das "outras" formas de exploração são geograficamente difundidas. O tráfico para fins de mendicidade exploratória, por exemplo, foi relatado por cerca de 20 países em todas as regiões consideradas neste relatório. O tráfico de casamentos forçados foi relatado por uma dúzia de países em todas as regiões.”

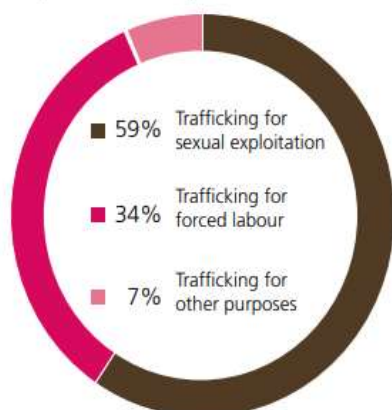
Todavia, o tráfico para fins de atividade criminosa é principalmente relatado por países da Europa e da América do Norte. Enquanto o tráfico de crianças para uso como combatentes armados é relatado em países que se encontram atualmente em conflito ou em pós-conflito.

Por isso é que estas formas de exploração ao serem menos relatadas, poderão existir situações em que não são explicitamente mencionadas e portanto a distribuição desses casos de tráfico podem ou não ser reconhecidas, pelas autoridades nacionais, como formas de tráfico.

Debruçando-nos agora sob o gráfico 23, observa-se que a grande maioria das vítimas de tráfico para exploração sexual são do sexo feminino, tal como já referido anteriormente. Assim, as mulheres representam 68 por cento, enquanto as raparigas (menores do sexo feminino) representam 26 por cento. Homens e rapazes representam igualmente 3 por cento das vítimas de tráfico para exploração sexual. Quanto ao perfil das vítimas que são traficadas para exploração laboral e embora os homens representem a maioria (Gráfico 24). Cerca de 35 por cento dessas vítimas são do sexo feminino, enquanto os menores do sexo masculino representam cerca de 10 por cento. Já no que diz respeito ao gráfico 25, nota-se que a maioria do tráfico para "outros" fins atinge as crianças em maior grau do que o tráfico para exploração sexual e/ou laboral.

Para concluir, podemos verificar que os perfis de idade e género das vítimas, correlacionada com a forma de exploração entre cada grupo de vítimas foi relatada por 54 países de diferentes partes do mundo (tal como se pode constatar nos gráficos 23, 24 e 25). As informações desses países confirmam a análise geral constatada ao longo deste relatório: a maioria das vítimas detetadas, em 2016, eram mulheres adultas (cerca de 45%) que foram traficadas para exploração sexual e seguidamente, menores do sexo feminino (17%) que foram igualmente traficadas para o mesmo fim (Gráfico 26).

FIG. 19 Share of forms of exploitation among detected trafficking victims*, 2016 (or most recent)



Source: UNODC elaboration of national data.

* Estimates are based on data provided by 110 countries reporting 24,687 detected victims.

Gráfico 21: Retirado de UNODC, 2018 (p.29)

FIG. 20 Number of detected trafficking victims, by form of exploitation and region of detection, 2016 (or most recent)

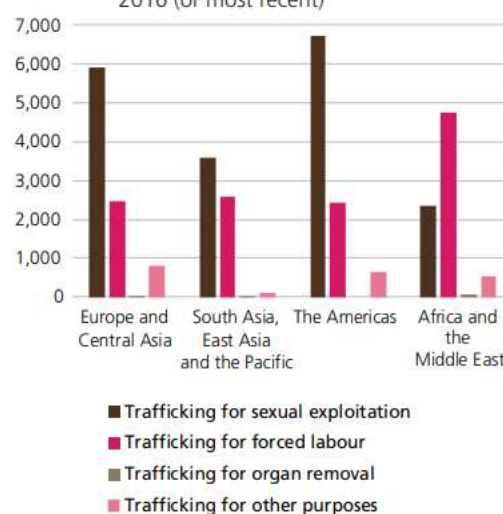


Gráfico 22: Retirado de UNODC, 2018 (p.29)

FIG. 21 Share of detected victims of trafficking for sexual exploitation, by age group and sex profiles, 2016 (or most recent)

54 countries (n=6,603 victims)

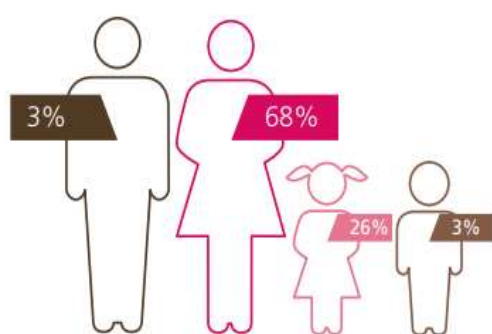


Gráfico 23: Retirado de UNODC, 2018 (p.33)

FIG. 22 Share of detected victims of trafficking for forced labour, by age group and sex profiles, 2016 (or most recent)

54 countries (n=3,408 victims)

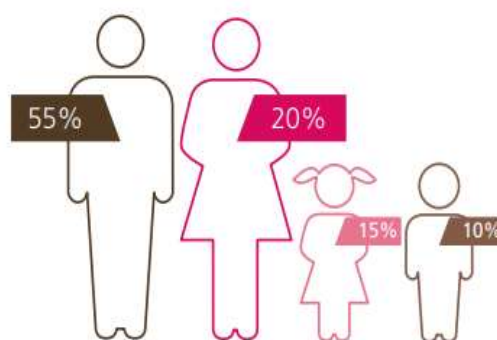


Gráfico 24: Retirado de UNODC, 2018 (p.33)

FIG. 23 Share of detected victims of trafficking for 'other' forms of exploitation, by age group and sex profiles, 2016 (or most recent)
54 countries (n=721 victims)

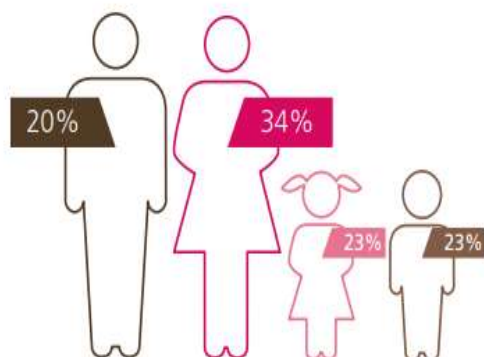


Gráfico 25: Retirado de UNODC, 2018 (p.33)

FIG. 24 Share of detected victims of trafficking, by profile and forms of exploitation, 2016 (or most recent)
54 countries (n=10,772 victims)

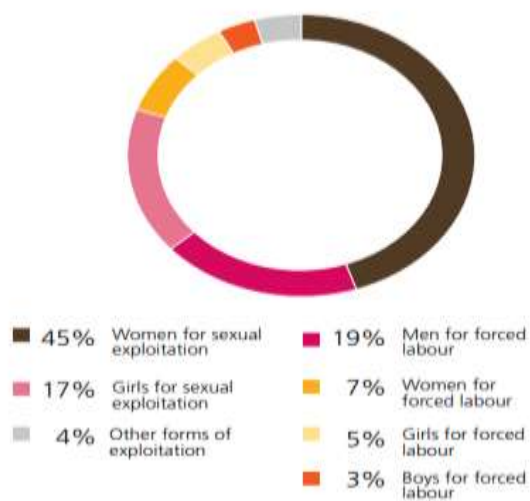


Gráfico 26: Retirado de UNODC, 2018 (p.33)

Conclusão

Um dos aspetos que podemos concluir é que: o tráfico de pessoas não se revela apenas através da violência física, isto é, não é este fator de violência que vai definir se estamos perante uma situação de TSH.

Nas diferentes etapas deste processo, desde o recrutamento ao transporte e posteriormente à fase da exploração, por norma a violência física não existe, o que não descarta a possibilidade de essa pessoa ser vítima deste tipo de crime. Assim, o crime de TSH estará mais conectado com os conceitos de consentimento e vulnerabilidade (este último é particularmente subjetivo, uma vez que varia em função do país e da pobreza existente no país de onde é originária a vítima e do facto de, muitas vezes, se encontrarem num país que não conhecem, existindo assim uma barreira linguística).

Da mesma maneira que, a falta de confiança nas autoridades policiais também se destaca como um fator de suspeita em como se possa estar perante um crime de tráfico de pessoas. Para isso, cabe também às autoridades conseguir obter a confiança das vítimas de modo a que estas forneçam um depoimento que seja verdadeiro e que posteriormente permita às autoridades decifrar se estão ou não perante um crime de tráfico de pessoas.

Para além disso, e para um melhor conhecimento deste tipo de crime, deverá alertar-se a população em geral para a existência de um problema que não é de agora, mas que se tem acentuado nos nossos dias e que se traduz numa clara violação dos direitos humanos e da dignidade que todos os cidadãos merecem.

Assim, é necessário nós, igualmente como cidadãos, contribuímos para denunciar e eliminar, ou pelo menos reduzir (já que esta problemática, tal como outros crimes, existirá sempre) as situações em que se verifica a escravatura do ser humano, mesmo as situações em que aparentemente a vítima colabora e aceita as condições degradantes, visto que independentemente do consentimento ou não, é nosso dever enquanto cidadãos denunciar esta problemática.

É então necessário consciencializar as pessoas de que em pleno século XXI ainda existem outras capazes de tamanhas atrocidades e clientes a ajudar na exploração. Cabe a todos nós, enquanto cidadãos contribuir para o fim do Tráfico de Seres Humanos. Para elaborar boas estratégias de prevenção é necessário conhecer-se todo o processo do tráfico de pessoas. Assim, o primeiro passo para a prevenção consiste em assumir que todos poderemos ser potenciais vítimas de Tráfico de Seres Humanos, por isso, todos os

cidadãos devem estar despertos para esta realidade.

Bibliografia

Feingold, David. (2005). Think Again. *Human Trafficking*, 26(32). [Em linha]. Disponível em <http://childhub.org/sites/default/files/library/attachments/750_756_EN_original.pdf> [Consultado em 23/01/2019].

European Union Agency for Fundamental Rights Home Page. [Em linha]. Disponível em <<https://fra.europa.eu/pt>> [Consultado em 24/01/2019].

Neves Gameiro, Joana Daniela. (2015). O Crime de Tráfico de Pessoas Contextualização da legislação nacional e internacional, análise do crime e comparação face a crimes conexos. [Em linha]. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34781/1/O%20Crime%20de%20Trafico%20de%20Pessoas.%20Contextualizacao%20da%20legislacao%20nacional%20e%20internacional%20c%20analise%20do%20crime%20e%20comparacao%20face%20a%20crimes%20conexos.pdf>> [Consultado em 02/02/2019].

Laczko, Frank., Gramegna, Marco A. (2003). Developing Better Indicators of Human Trafficking, *Brown Journal of World Affairs*, Volume X (Verão /Outono), pp. 179-194.

Oikos - Cooperação e Desenvolvimento. [Em linha]. Disponível em <<http://www.oikos.pt/traficosereshumanos/m1-traffic-seres-humanos.html>> [Consultado em 04/02/2019].

APAV - Não ao tráfico humano. [Em linha]. Disponível em <<http://naoaotrafico.pt/>> [Consultado em 04/02/2019].

Soares, António Silva. (2018). Tráfico de Seres Humanos. Lisboa, Editorial Cáritas.

Albuquerque, Paulo Pinto de. (2010). Comentário do Código Penal à luz da constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Universidade Católica Editora.

European Court of Human Rights. (1959). Guide on Article 4 of the European Convention on Human Rights 2018. Estrasburgo, European Court of Human Rights [Em linha]. Disponível em <https://www.echr.coe.int/Documents/Guide_Art_4_ENG.pdf> [Consultado em 09/02/2019].

Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2018). Tráfico de Seres Humanos Relatório de 2017. Lisboa, Observatório do Tráfico de Seres Humanos. **[Em linha]. Disponível em** <https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2017_2018.pdf> **[Consultado em 12/02/2019]**.

Purkayastha, Bandana. e Yousaf Navid. (2018). *Human Trafficking Trade for sex, labor, and organs*. United Kingdom, Polity.

Shelley, Louise. (2010). *Human Trafficking A Global Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.

Europol. (2016) Situation Report: Trafficking in human beings in the EU. **[Em linha]. Disponível em** <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/situational_report_trafficking_in_human_beings-europol.pdf> **[Consultado em 12/02/2019]**.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2011). DIRECTIVA 2011/36/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO. **[Em linha]. Disponível em** <https://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile_f0/DIRECTIVA_2011_36_UE.pdf?nocache=1303228637.48> **[Consultado em 15/02/2019]**.

Frontex. (2012). *Anti-Trafficking Training for border guards – Trainer’s Manual*. Frontex.

Oikos. (2018). Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral – Estratégias de (In)Formação, Sensibilização, Prevenção e Combate em Contexto Escolar. **[Em linha]. Disponível em** <<https://www.oikos.pt/traficosereshumanos/docs/OIKOS-kit-pedagogico.pdf>> **[Consultado em 21/02/2019]**.

Oikos. (2018). TSH e Exploração Laboral – Estratégias de (In)Formação, Sensibilização e Combate em Contexto Associativo. **[Em linha]. Disponível em** <<https://www.oikos.pt/traficosereshumanos/docs/OIKOS-roteiro.pdf>> **[Consultado em 21/02/2019]**.

Associação para o Planeamento da Família. Violência Sexual e de Género – Tráfico de Seres Humanos. **[Em linha]. Disponível em** <<http://www.apf.pt/violencia-sexual-e-de-genero/trafico-de-seres-humanos>>. **[Consultado em 22/02/2019]**.

Presidência do Conselho de Ministros. (2007). I Plano Nacional Contra o Tráfico De Seres Humanos (2007-2010). [Em linha]. Disponível em <http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/6.i_plano_nacional_contra_o_trafico_de_seres_humanos.pdf> [Consultado em 25/02/2019].

Presidência do Conselho de Ministros. (2010). II Plano Nacional Contra o Tráfico De Seres Humanos. [Em linha]. Disponível em <http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/7.ii_plano_nacional_contra_o_trafico_de_seres_humanos.pdf> [Consultado em 25/02/2019].

Presidência do Conselho de Ministros. (2013). III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico De Seres Humanos (2014-2017). [Em linha]. Disponível em <http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/8.iii_plano_nacional_contra_o_trafico_de_seres_humanos.pdf> [Consultado em 25/02/2019].

Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings. (2013). *Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal*. Strasbourg, GRETA. [Em linha]. Disponível em <http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/11.greta_2012_17_fgr_prt_en_with_cmts.pdf> [Consultado em 27/02/2019].

Eurostat. (2015). *Trafficking in Human Beings*. Luxembourg, Publications Office of The European Union. [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eurostat_report_on_trafficking_in_human_beings_-_2015_edition.pdf> [Consultado em 28/02/2019].

European Commission. (2012-2016). *The EU Strategy towards the Eradication of Trafficking in Human Beings 2012–2016*. [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eu_strategy_towards_the_eradication_of_trafficking_in_human_beings_2012-2016_1.pdf> [Consultado em 02/03/2019].

Portuguese Ministry of Internal Administration, General-Secretariat of the Ministry of Internal Administration and Observatory on Trafficking in Human Beings. (2015). *Handbook Towards A Pan-European Monitoring System On Trafficking In Human Beings*. [Em linha]. Disponível em <https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-Handbook_Towards_a_Pan-European_Monitoring_System_English.pdf> [Consultado em 02/03/2019].

Department of State United States of America. (2018). *Trafficking in Persons Report June 2018*. United States Of America, Department of State. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/282798.pdf>> [Consultado em 03/03/2019].

Commission To The European Parliament And The Council. (2016). Report on the progress made in the fight against trafficking in human beings (2016). [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/commission_staff_working_document.pdf> [Consultado em 03/03/2019].

General Assembly of United Nations. (2018). Report of the Special Rapporteur on trafficking in persons, especially women and children. New York, General Assembly of United Nations.

Ministério da Administração Interna, Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2010). Tráfico Desumano: Livro de Actas. [Em linha]. Disponível em <https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-Trafico_DesHumano_3.pdf> [Consultado em 04/03/2019].

Projeto Euro TrafGuID. (2014). *Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos: orientações para a sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos em Portugal*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. [Em linha]. Disponível em <<http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/flexpaper.aspx?skey=0E20B9FDAD87420E916AF496F64A680C&doc=95878&img=139313&save=true>> [Consultado em 04/03/2019].

Pinto, Ana Luísa Pombo Diogo. (2016). Tráfico (Des)Humano a Crime e a Prova. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/2678/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.pdf>> [Consultado em 12/03/2019].

European Court of Human Rights. (2019). Trafficking in human beings. Estrasburg. [Em linha]. Disponível em <https://www.echr.coe.int/Documents/FS_Trafficking_ENG.pdf?sfns=mo> [Consultado em 12/03/2019].

General Assembly of United Nations. (2018). Trafficking in persons, especially women and children. General Assembly of United Nations.

United Nations Office on Drugs and Crime. (2018). Global Report on Trafficking in Persons 2018. [Em linha]. Disponível em <<https://www.unodc.org/documents/data-and->

[analysis/glotip/2018/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf](#)> [Consultado em 12/03/2019].

Dias, Jorge Figueiredo. (2007). *Direito Penal - Parte Geral - Tomo I*. Coimbra, Coimbra Editora.

Dias, Jorge Figueiredo. (2012). *Comentário Conimbricense do Código Penal - Tomo I*. Coimbra, Coimbra Editora.

Pickering, S. e Ham, J. (2015). *The Routledge Handbook on Crime and International Migration*. New York, Routledge.

Ebbe, Obi N.I. e Das, Dilip K. (2009). *Criminal Abuse of Women and Children: An International Perspective*. Boca Raton, CRC PRESS Taylor & Francis Group.

Pickering, S. e McCulloch, J. (2012). *Borders and Crime: Pre-Crime, Mobility and Serious Harm in an Age of Globalization*. New York, Palgrave Macmillan.

Kutnick, Bruce *et alii*. (2007). *Methodologies for global and national estimation of human trafficking victims: current and future approaches*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.traffickingmatters.com/wp-content/uploads/2018/04/2007-02-ILO-Methodologies-for-Global-and-National-Estimation-of-Human-Trafficking-Victims-Kutnick-Belser-Danailova-Trainor.pdf>> [Consultado em 15/03/2019].

Scariot, J. (2013). *A Punição no Sistema Moral Kantiano*. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/787/Dissertacao%20Juliane%20Scariot.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> [Consultado em 15/03/2019].

Deisser, E. *et alii*. (2019). *Disrupting the Finances of Criminal Networks Responsible for Human Smuggling and Trafficking*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.soas.ac.uk/ref-hornresearch/research-papers/file138615.pdf?sfns=mo>> [Consultado em 15/03/2019].

European Commission, Lancaster University (2018). *Data collection on trafficking 2018 in human beings in the EU*. Lancaster, Lancaster University. [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-security/20181204_data-collection-study.pdf> [Consultado em 16/03/2019].

Frontex. (2015). *VEGA handbook Children at airports: children at risk on the move: guidelines for border guard*. [Em linha]. Disponível em <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5df1d5f2-7278-11e5-9317-01aa75ed71a1>> [Consultado em 17/03/2019].

Quaker Council for European Affairs Home Page. [Em linha]. Disponível em <<http://www.qcea.org/>>. [Consultado em 18/03/2019].

Mossou, S. (2017). Child Immigration Detention in Europe. [Em linha]. Disponível em <<http://www.qcea.org/wp-content/uploads/2018/10/Child-immigration-detention-in-Europe-2018.pdf>> [Consultado em 18/03/2019].

Mossou, S. e Lane, A. (2018). Anti-migrant hate speech. [Em linha]. Disponível em <http://www.qcea.org/wp-content/uploads/2018/06/Hate-Speech-Report_final.pdf> [Consultado em 18/03/2019].

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2011). *Directiva 2011/36/UE Do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril de 2011 relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas*. Bruxelas, Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. [Em linha]. Disponível em <https://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile_f0/DIRECTIVA_2011_36_UE.pdf?nocache=1303228637.48> [Consultado em 19/03/2019].

Ministério da Administração Interna. (2007). Decreto-Lei n.º 368/2007. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/629438>> [Consultado em 19/03/2019].

Jordan, A. (2011). Slavery, Forced Labor, Debt Bondage, and Human Trafficking: From Conceptional Confusion To Targeted Solutions. [Em linha]. Disponível em <<http://traffickingroundtable.org/wp-content/uploads/2012/07/Issue-Paper-2-Slavery-Forced-Labor-Debt-Bondage-and-Human-Trafficking.pdf>> [Consultado em 21/03/2019].

Network of Strategic and International Studies Home Page. [Em linha]. Disponível em <<http://www.nsis.org.pt/>>. [Consultado em 25/03/2019].

Network of Strategic and International Studies. (2015). Recomendações Acolhimento de Curto e Integração de Longo Prazo de Migrantes. Network of Strategic and International Studies. [Em linha]. Disponível em <http://www.nsis.org.pt/1/upload/nsis_recomendaa_a_es_de_acolhimento_de_curto_e_longo_prazo_de_migrantes_dez2015.pdf> [Consultado em 27/03/2019].

Neves, M. e Pedra, C. (2009). Manual de Boas Práticas no Combate ao Tráfico de Seres Humanos: Migrações, Combate ao Tráfico de Pessoas – Valorização e Inclusão Social das Vítimas. [Em linha]. Disponível em <http://www.nsis.org.pt/1/upload/manual_boas_praticas.pdf> [Consultado em 29/03/2019].

Martins, C. (2018). Tráfico de Mulheres Para Fins de Exploração Sexual. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/26412/1/Carla%20Dias%20Martins-340112123.pdf>> [Consultado em 29/03/2019].

Castilho, Ela. (2016). Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. [Em linha]. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/artigo_trafico_de_pessoas.pdf> [Consultado em 02/04/2019].

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Unidade Anti tráfico de Pessoas. [Em linha]. Disponível em <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=87>>. [Consultado em 28/04/2019].

Código Penal Português (2017).

Legislação de Imigração e Asilo – In: Lei 23/2007 (2018).

Medina, A. (2017). Tráfico de crianças para fins de exploração da mendicidade: contextualização do problema, (algumas) medidas de proteção das vítimas e lacunas do sistema português. [Em linha]. Disponível em <<https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/43062/1/Trafico%20de%20crianc%CC%A7as.pdf>> [Consultado em 29/04/2019].

Machado, P. (2010). INHUMAN TRAFFICKING, *HUMAN RIGHTS AND CITIZENSHIP COLLECTION*, Outubro. [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/inhuman_trafficking_en_3.pdf> [Consultado em 29/04/2019].

Comissão Europeia. (2014). The Fight Against The Trafficking In Human Beings in EU: Peomoting Legal Cooperation And Victims' Protection. **[Em linha]. Disponível em** <http://www.transcrime.it/wp-content/uploads/2016/01/THB_CoopToFight.pdf> **[Consultado em 02/05/2019]**.

Ministério da Administração Interna. (2008). Decreto-Lei n.º 229/2008. **[Em linha]. Disponível em** <<https://dre.pt/application/conteudo/440568>> **[Consultado em 03/05/2019]**.

Assembleia da República. (2001). Regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal. **Em linha]. Disponível em** <<https://dre.pt/application/conteudo/515636>> **[Consultado em 03/05/2019]**.

Assembleia da República. (2002). Lei n.º 5/2002. **Em linha]. Disponível em** <<https://dre.pt/application/conteudo/583017>> **[Consultado em 03/05/2019]**.

Assembleia da República. (2003). Lei n.º 36/2003. **Em linha]. Disponível em** <<https://dre.pt/application/conteudo/656116>> **[Consultado em 03/05/2019]**.

Assembleia da República. (2008). Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008. **Em linha]. Disponível em** <<https://dre.pt/application/conteudo/386633>> **[Consultado em 03/05/2019]**.

União Europeia. (2013). Direitos da União Europeia para as vítimas do tráfico de seres humanos. **[Em linha]. Disponível em** <https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eu_rights_of_victims_of_trafficking_pt_1.pdf> **[Consultado em 05/05/2019]**.

Carvalho, Américo Taipa de. (2012). Comentário Coimbricense do Código Penal – Tomo I, Parte Especial – artigos 131º a 201º do Código Penal, Coimbra, Coimbra Editora.

Internacional Center for Migration Policy Development (2006). Anti-Trafficking Modules for Judges and Prosecutors. **[Em linha]. Disponível em** <http://lastradainternational.org/lisidocs/540%20AGIS_JUD_Handbook.pdf> **[Consultado em 08/05/2019]**.

CIG (2012). Campanha “Coração Azul”. **[Em linha]. Disponível em**
<<https://www.cig.gov.pt/acoes-no-terreno/campanhas/campanha-coracao-azul/>>
[Consultado em 09/05/2019].